



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**O Poder da Informação nas Relações
Internacionais: Os Efeitos da Primavera Árabe
em Angola**

Asbel Demaca Quitunga

Orientação: Professor Doutor Marco António
Gonçalves Barbas Baptista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**O Poder da Informação nas Relações Internacionais: Os
Efeitos da Primavera Árabe em Angola**

Asbel Demaca Quitunga

Orientação: Professor Doutor Marco António Gonçalves Barbas
Baptista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015

Dedicatória

Aos meus pais, à Lúcia minha mulher,
e à Lia, fruto do nosso amor

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço Àquele que maior do que Ele mesmo não se pode pensar, por ser o meu eterno guia e o melhor conselheiro em momentos que me fecho à mim mesmo para meditar.

Em seguida, um especial agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Marco Batista Martins, pela paciência e pela disponibilidade que sempre mostrou para que eu pudesse levar este trabalho a bom porto.

Quero agradecer aos meus irmãos Fausto, Afra, Maria, Natinho, Ema, Neivi e Alice; as minhas cunhadas Esmeralda e Delfina Lucrecia e esposo; aos meus padrinhos César e Lourdes; os meus sogros Matias Miguel e Cristina Miguel, pessoas que sempre acreditaram em mim e que partilham comigo momentos de alegria e de tristeza.

Agradeço ao meu chefe Dr. José do Rosário Brito e a sua família pelo apoio incondicional.

Ao Peter, Patrick, Jorge, Celeste, Jerônimo, Osvaldo e Tchivembe, Filipe, Bento e Silva Luís pela amizade sincera e o apoio moral que nunca me faltaram.

Ao camarada José Vilema sem o qual, muito do que foi feito não teria sido possível.

À todos estes e aqueles que não foram mencionados, o meu MUITO OBRIGADO!

Resumo

O Poder da Informação nas Relações Internacionais: Os Efeitos da Primavera Árabe em Angola

O ano de 2011 marcou o início de uma nova era para a política africana: líderes longevos não resistiram ao poder das massas que saíram às ruas para protestar e exigir o afastamento dos seus presidentes sem recurso a força ou a violência, mas apenas recorrendo as novas tecnologias.

A presente dissertação de mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus tem como objetivo estudar a importância da informação e dos meios de comunicação na massificação e difusão do poder. Tendo como pano de fundo a primavera árabe, este trabalho se propõe analisar o papel dos meios de informação (Televisão, internet e as redes sociais) na primavera árabe e como esta influenciou posteriormente o comportamento dos jovens que saíram as ruas em protesto contra o Regime angolano.

PALAVRAS-CHAVES: Poder, Soft Power, Revolução da Informação, Primavera Árabe, manifestação em Angola.

Abstract

The Power of Information in International Relations: The Effects of the Arab Spring in Angola

The year 2011 marked the beginning of a new era in African politics: longevos leaders did not resist the power of the masses who took to the streets to demand the removal of their presidents without recourse to force or violence, but only using the new technologies.

This dissertation in International Relations and European Studies aims to study the importance of information and means of communication and mass diffusion of power. Against the backdrop of the Arab Spring, this paper propose to analyze the role of the media (TV, internet and social networks) in the Arab Spring and how this subsequently influenced the behavior of young people who came out to the streets in protest against Angolan regime.

KEY WORDS: Power, Soft Power, Information Revolution, Arab Spring, protest in Angola.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANGOP	Agência Angola Press
ARPANET	Advanced Research Projects Agency Network
BBC	British Broadcasting Corporation
CEEA	Centro de Estudo Estratégico de África
CIA	Central de Inteligência Americana
CNLT	Comité National des Libertés en Tunisie
CNN	Cable News Network
CSIS	Center for Strategic and International Studies
DW	Development Workshop
EAU	Emirados Árabes Unidos
ESP-Bengo	Escola Superior Pedagógica do Bengo
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Forças Armadas Angolanas
GRN	Gabinete de Reconstrução Nacional
HRW	Human Right Watch
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JA	Jornal de Angola
LTDH	Ligue Tunisienne des Droits de l'Homme
MEA	Movimento dos Estudantes Angolanos
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MTV	Music Television
NATO	North Atlantic Treaty Organization
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG	Organizações não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADEPA	Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola

PIB	Produto Interno Bruto
RNA	Rádio Nacional de Angola
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SINSE	Serviços de Informação e Segurança do Estado
SWIFT	Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication
TPA	Televisão Pública de Angola
UCAN	Universidade Católica de Angola
UGP	Unidade da Guarda Presidencial
UGTT	Union générale Tunisienne du Travail
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	vii
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – O PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	15
1.1. A perspetiva realista do poder.....	16
1.1.1. Hans Morgenthau e Raymond Aron: dos interesses à luta pelo poder.....	19
1.2. O conceito de soft power de Joseph Nye.....	24
1.3. A revolução da informação e a transformação do poder internacional.....	31
1.3.1. O papel da mídia e da internet na difusão do poder.....	38
1.3.2. O surgimento de novas ameaças: a ciberguerra e o ciberterrorismo.....	44
1.3.3. A Wikileaks e a divulgação de documentos secretos dos E.U.A.....	47
CAPÍTULO II – A PRIMAVERA ÁRABE E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	50
2.1. As origens e causas da primavera no norte de África.....	51
2.2. A influência de fatores externos nas revoltas.....	56
2.3. Difusão e cruzamento de fronteiras pelo mundo árabe.....	57
2.4. O papel da internet na difusão da primavera árabe: o twitter e o facebook.....	60
2.5. A contribuição da mídia internacional na difusão da primavera.....	67
2.6. O mundo árabe pós primavera.....	69
CAPÍTULO III – AS MANIFESTAÇÕES EM ANGOLA E A INFLUÊNCIA DA PRIMAVERA ÁRABE.....	73
3.1. As causas das manifestações em Angola e a influência da Primavera Árabe.....	74
3.2. A reação da mídia às manifestações.....	84
3.2.1. As reações da mídia pública.....	85

3.2.2. As reações da mídia privada.....	87
3.2.3. A Mídia internacional.....	88
3.3. A reação da classe política angolana.....	90
3.4. A proposta de lei contra os crimes na Internet.....	94
CAPÍTULO IV – UMA PRIMAVERA ANGOLANA?.....	97
4.1. O poder e a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação.....	98
4.2. O fator Club-K, Makaangola e Angola 24 horas.....	105
4.3. A credibilidade do governo em causa.....	108
CONCLUSÃO.....	113
SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

INTRODUÇÃO

O poder se baseia no controlo da informação. Esta afirmação de Manuel Castells nos leva a velha frase de Sir. Francis Bacon de que o “conhecimento é poder”. De facto, no século XXI a informação tornou-se numa arma importante não somente ao nível da política doméstica mas também no contexto das relações internacionais.

Duas escolas de pensamento serão aqui apresentadas para enquadrar-mos esta problemática do ponto de vista teórico e demonstrar como as relações internacionais foram se desdobrando particularmente a partir da segunda metade do século XX até aos nossos dias. A escola realista, que será à partida a primeira a ser estudada, considera que os Estados são os principais, senão mesmo os únicos atores importantes nas relações internacionais, a força militar é o elemento principal para definir o poder de uma nação e o equilíbrio de poder, a condição necessária para a manutenção da paz e a preservação da soberania nacional. Esta escola defende que o fundamental é aquilo que chamamos de hard power e consideram o seu uso fundamental nas relações internacionais cuja organização se rege pela anarquia.

O fim do século XX viu porém, diminuir a influência do realismo muito por causa da interdependência económica que foi favorecida também pela revolução da informação. Neste novo contexto, os Estados deixaram de ser os únicos intervenientes importantes nas relações internacionais aumentando desta forma a importância dos atores não estatais, a força já não é o único e nem o principal instrumento para o Estado exercer a sua influência pelo mundo e a segurança, não é o único resultado que procuram. Por esta via, apresentamos o novo conceito de poder defendido por Joseph Nye Jr. que se inscreve numa perspectiva neoliberal, segundo o qual um Estado ou ator pode exercer influência não somente por meio da força militar e da coerção, mas também por meio da atração.

Joseph Nye Jr. defende que a era da informação permitiu a difusão do poder e valorizou outros recursos. A internet por permitir a difusão rápida da informação, tornou-se num meio importante que deixa o poder ao alcance de um simples cidadão. Ela está a mudar a natureza da guerra e a diminuir a importância que se atribuía ao poder militar, trouxe consigo novas ameaças como a ciberguerra e o ciberterrorismo, e permite os cidadãos

gerarem o seu próprio conteúdo informativo, driblando o controlo do Estado e criar o seu próprio soft power ameaçando os demais.

O presente trabalho terá como base teórica o pensamento deste autor que introduz um novo conceito de poder e sobretudo por considerar que a revolução da informação, a internet e as novas tecnologias estão a provocar mudanças importantes nas relações internacionais. Este será o nosso ponto de partida para contextualizarmos o poder da informação, o começo e a rápida difusão da primavera árabe na região norte do continente africano e nos países de Golfo Pérsico, e a perspectiva de uma primavera angolana.

A razão da escolha do nosso tema recai no facto de que em Angola não se faziam manifestações contra o regime desde 1977. Contudo, a partir de Março de 2011 os jovens começaram a sair às ruas para protestar contra o governo e exigir a demissão do presidente. Isto levou-nos a formulação do seguinte problema que é a nossa questão de partida:

Por que razão os jovens angolanos começaram a protestar contra o governo a partir de Março de 2011 e exigirem a saída do presidente?

A hipótese formulada foi que durante o primeiro trimestre de 2011, o norte de África foi sacudido por movimentos de protestos contra os regimes da região provocando a queda de dois presidentes que estavam a mais de duas e três décadas no poder sem recurso a violência, então estes movimentos inspiraram, graças a difusão desta informação, os jovens angolanos a protestarem também contra o regime do seu país.

Cronologicamente este trabalho situa-se num breve período, que vai desde o começo da revolução na Tunísia isto é, a partir de Dezembro de 2010, que dará origem a todo o movimento de contestação que ficará conhecida por primavera árabe e vai se estender ao período que começam as manifestações em Angola até meados de 2012. Apesar de admitirmos que fatores passados estarão na base destas revoluções, foi contudo a partir do fim de 2010 que tudo começou e precipitou a queda de Ben Ali, Hosni Mubarak e Muammar Kadhafi.

A presente dissertação tem como objetivo geral, estudar a importância da informação e dos meios de comunicação na massificação e difusão do poder entre os atores das relações internacionais nomeadamente os estatais e não estatais.

No que tange aos objetivos específicos pretendemos:

- Analisar o impacto das redes sociais no surgimento e desenvolvimento da primavera árabe.
- Compreender o surgimento das manifestações em Angola e sua relação com os acontecimentos que marcaram a primavera árabe.
- Comparar o contexto em que surgiram as manifestações no mundo árabe com o contexto em que as manifestações começaram em Angola.

Quanto a metodologia, fizemos recurso a pesquisa bibliográfica que consistiu na consulta de livros, revistas, artigos científicos e jornais contendo informação atualizada e fidedigna sobre o tema em estudo.

A estrutura do trabalho compreende quatro capítulos. O primeiro será a abordagem teórica do problema, onde serão analisadas as teorias realistas destacando particularmente os pensamentos de Hans Morgenthau e Raymond Aron e suas respectivas críticas, para de seguida apresentarmos o conceito de soft power defendido por Nye que contrapõem a teoria anterior, contextualizamos igualmente o fim do século XX e o início do século XXI que ficaram marcados pela revolução da informação e permitiu que o poder se difundisse quer horizontal como verticalmente, são igualmente analisadas o papel da mídia e da internet na difusão do poder e aqui, faremos não somente um olhar às novas tecnologias como também iremos considerar a mídia tradicional, para finalmente apresentarmos as novas ameaças do século XXI.

No segundo capítulo a abordagem já recai sobre a primavera Árabe, as suas origens e causas, são analisados os fatores externos e aqui iremos considerar por exemplo a invasão da Líbia pela NATO, o papel da internet e das redes sociais como o twitter e o facebook que permitiram que a informação circulasse com rapidez e sem censura, será passada em revisão a contribuição da Al Jazeera que foi vital para que o movimento ganhasse a dimensão mundial e o efeito dominó dentro e fora da região.

O terceiro capítulo é dedicado as manifestações em Angola. Procuramos demonstrar as suas causas e como a primavera árabe influenciou o comportamento dos jovens, as reacções da classe política angolana, e aqui serão apresentadas alguns extratos da entrevista do Presidente Angolano José Eduardo dos Santos, que foi o principal visado. Dada a carência de documentação científica para este capítulo, a base para sua redação

serão os artigos publicados no Jornal de Angola, no Bissemanário Folha 8 e alguns jornais internacionais que fizeram referência às manifestações. Serão igualmente apresentados os artigos de Rafael Marques que tem feito estudos interessantes no que diz respeito a corrupção e a violação dos direitos humanos em Angola e outros relatórios da HRW e da UCAN.

O último capítulo é dedicado a possibilidade de uma primavera angolana levando em consideração o poder das novas tecnologias e a sua expansão, a importância que alguns portais de notícia vão assumindo dando informações alternativas como o Club-K e o Angola 24 horas, e finalmente tomamos em consideração o facto de o Presidente estar a mais de 35 anos no poder e o seu regime chegando ao desgaste.

Por ser um fenómeno recente e por haver ainda pouca literatura, pretendemos que este trabalho seja um contributo para maior conhecimento e que sirva também de ponto de partida para futuras pesquisas relacionadas com as manifestações em Angola.

CAPÍTULO I – O PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O desenvolvimento da política internacional está ligado ao conceito de poder. Os estudiosos das relações internacionais concordam que qualquer consideração a ser feita no âmbito da disciplina, deverá levar em consideração que a relação existente entre os diferentes atores envolve o poder. Todavia, não é fácil defini-lo. Sabemos que ele pressupõe uma relação desigual e está presente em todas as atividades humanas. Qualquer definição que se possa dar a respeito do poder dependerá da perspectiva histórica e teórica dos seus autores.

A corrente realista, uma das mais influentes nas relações internacionais, considera o mundo organizado de forma anárquica, sendo que os Estados são os principais atores das relações internacionais e o poder militar como recurso determinante. Esta escola de pensamento reemergiu depois do final das duas Grandes Guerras e tornou-se na época o paradigma dominante. Hans Morgenthau com a sua obra *A Política entre as Nações* e Raymond Aron, com a sua obra *Paz e Guerra entre as Nações*, são os realistas aqui escolhidos por serem dois dos maiores representantes desta escola de pensamento nas relações internacionais no século XX.

Mas esta teoria tem sido já bastante criticada. É por esta via que apresentamos e assumimos a nova perspectiva de poder que é defendida por Joseph Nye, autor que é conotado com o neoliberalismo, que leva em consideração não somente a existência e participação dos Estados mas também de outros atores não estatais na distribuição do poder, assim como a crescente importância do poder que a internet e a informação exercem nas relações internacionais. A sua mais recente obra intitulada “*O Futuro do Poder*”, apresenta contribuições valiosas para se compreender como as relações internacionais vão sofrendo alterações importantes através da entrada de novos atores e como o poder deixa de ser visto apenas se olhando para os recursos habituais.

Para uma leitura mais precisa contextualizamos as mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, o papel que a internet assumiu neste século permitindo o desenvolvimento de uma plataforma que ameaça o poder instaurado, colocando indivíduos com poucos recursos no campo da política internacional disputando lado a lado com os Estados, as novas ameaças vindas do ciberespaço, o que de resto se espera que proporcione elementos que nos permitem fazer uma leitura para melhor

compreensão dos desdobramentos dos acontecimentos durante a primavera Árabe e as manifestações ocorridas em Angola.

1.1. A perspectiva realista do poder

Vestefália (1648) marca uma era importante nas relações internacionais ao dar nascimento aos Estados Soberanos, a afirmação de que cada unidade política é independente de qualquer poder que pretende estar acima – quer seja do papado como do sacro império romano – e a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Na ordem vestefaliana somente os Estados aparecem como os protagonistas da luta pelo poder produzindo sempre dois resultados – guerra e paz – estando ela organizada de forma anárquica.

É com base nesta configuração que os realistas defendem que a ordem reinante nas relações internacionais é a anarquia que se traduz, não na ausência de ordem mas, na inexistência de um poder central. Esta é uma das principais características desta corrente que sustenta, segundo João Gomes Cravinho, que no sistema internacional não existe um Leviatão ou seja,

«Os Leviatões são, eles próprios, os atores internacionais, formalmente iguais entre si pois, nenhum reconhece uma autoridade superior e todos aceitam o princípio jurídico de igualdade soberana e na prática estão organizados de acordo com o seu poder e com o seu lugar nas balanças do poder internacional. Isto significa que na visão realista os participantes no sistema internacional são apenas os Estados (ou Leviatões)»¹.

No ambiente internacional cada Estado tem o poder de definir quer interna como externamente a sua própria agenda, tendo em vista a preservação da sua segurança nacional, a sua soberania, manter e/ou ampliar os seus interesses que são definidos em termos de poder.

Em “*Anarchy in International Relations Theory: The Neorealist-Neoliberal Debate*” Robert Powel identifica dois significados de anarquia que revelam ambos a mesma

¹ CRAVINHO, João Gomes – Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo. 2008, p. 141

ideia: a ausência de uma autoridade central ou, a «falta de um governo comum que pode aplicar acordos entre os Estados ou, mais geralmente entre as unidades»².

A anarquia é por isso vista também como condição necessária para a existência de uma política internacional. «Isto significa que as várias unidades estatais interagem entre si sem contudo haver um poder que esteja acima delas»³, e a ausência de um poder central acima dos Estados que pode estabelecer regras deixa apenas uma alternativa para os atores: cada um deve contar consigo mesmo, assim como no estado de natureza cada homem vela pela sua segurança protegendo-se dos demais.

Se por um lado as relações internacionais desenvolvem-se num ambiente de anarquia, onde cada Estado procurará sobreviver a ameaça dos demais atores, a sobrevivência só será garantida na medida em que cada um dos diferentes intervenientes consiga equilibrar a balança de poder. Assim, o realismo faz do poder o elemento fundamental na análise e compreensão da política internacional e o equilíbrio, a condição necessária para a paz.

Os princípios desta corrente já remontam desde a antiguidade clássica passando a era moderna cujos destaques recaem nas obras “*A Arte da Guerra*” de Sun-Tzu, “*A Guerra do Peloponeso*” de Tucídides, “*O Príncipe*” de Maquiavel e no “*Leviatão*” de Thomas Hobbes.

Considerado por muitos como o fundador da Ciência Política moderna, despindo a política de todos os condicionamentos morais e religiosos, Maquiavel é, segundo Freitas do Amaral «o primeiro analista moderno do poder»⁴. Ao contrário do período que o precedeu, ele concebeu a política não como os homens gostariam que ela fosse, mas como ela é e como os homens exercem o seu poder.

Em “*O Príncipe*”, são encontrados já alguns princípios que nortearão todo pensamento realista do século XX entre os quais podemos citar: o fim da política é a conquista e a manutenção do poder; o príncipe não pode agir levando em consideração questões de carácter ético e religiosas se isto levar o Estado a ruína e a perda do poder, (supremacia do interesse nacional sobre qualquer valor) defendido sobretudo por Morgenthau na

² POWEL, Robert – Anarchy in International Relations Theory: the Neorealist-Neoliberal Debate. *International Organization*. 1994, p. 330.

³ WALTZ, Kenneth N – Structural Realism after the Cold War. *International Security*. 2000, p. 6.

⁴ AMARAL, Diogo Freitas – História do Pensamento Político Ocidental. 2012, p. 124

“*Política entre as Nações*”; e, finalmente, Maquiavel – tal como os realistas modernos – acredita na existência de regras objetivas tanto na ordem interna como na externa.

Os realistas modernos – incluindo Hans Morgenthau – definem o poder em termos de interesse e acreditam que os Estados não buscam outra coisa senão preservá-los e ampliá-los. Para os teóricos desta corrente, o poder reside na própria natureza humana que tendo necessidade de preservar a vida e a satisfação de suas necessidades, procura conquistar, manter ou ampliar o seu poder e, se possível, aniquilar o seu adversário. O poder centra-se na capacidade militar e consiste em impor a vontade de um Estado (considerado mais poderoso) sobre os demais.

Por esta via, Robert Dahl também apresenta uma definição de poder que se ajusta a forma como o realismo encara esse elemento da política internacional. Ele define-o como «a habilidade ou capacidade de levarmos os outros a fazer algo que de outra forma não fariam»⁵. Neste contexto, poder é coercivo resultando na imposição de uma vontade sobre a outra. Assim como no domínio interno, no âmbito externo um Estado também pode obrigar o outro, através da ameaça ou uso da força, fazer o que aquele pretende.

O poder é entendido como elemento fundamental na constituição de um Estado que se traduz em este determinar o curso dos acontecimentos, e este é visto como “soberano” por não reconhecer segundo Bodin, «um poder igual na ordem interna e um superior na ordem externa»⁶. Um Estado é poderoso quando é capaz de obrigar os outros seguir a sua vontade e determina a agenda no cenário internacional.

As duas guerras mundiais fizeram emergir um novo ambiente nas relações internacionais, caracterizado por um sistema bipolar com os Estados Unidos da América e a União Soviética disputarem a supremacia do poder global dando origem a Guerra Fria. Durante o período em que esta vigorou, o mundo vivia em clima de terror (o equilíbrio do terror), medo e insegurança face as novas armas que estavam a disposição das duas superpotências e a sua conseqüente corrida. O poder dos Estados passou a ser determinado em função destes possuírem ou não armas nucleares e não menos importante ainda a sua capacidade económica.

Assim, os teóricos desta corrente defendem que o poder militar real utilizável determina o poder de um Estado na ordem internacional. Mas o realismo não nega a existência de

⁵ SOUSA, Fernando – Dicionário de Relações Internacionais. 2005, p. 143.

⁶ MONCADA, L. Cabral – Filosofia do Direito e do Estado. 1995, p. 120.

outros elementos na consideração do poder, ou seja, ele compõem-se de elementos tangíveis (tamanho da população, extensão territorial, recursos naturais, situação geográfica), e elementos não tangíveis (a coesão moral, o nível de educação, a imagem do país quer no interior como no exterior), estes últimos muito próximos ao conceito de soft power defendido por Joseph Nye Jr. Mas o poder militar continua sendo o elemento determinante.

Em linhas gerais, o realismo acredita que o homem tem uma natureza já corrompida e busca sempre satisfazer os seus interesses (poder) daí que, num sistema anárquico o risco de guerra é permanente tal como escrevia Hobbes na sua famosa obra “*O Leviatão*”.

Sejam quais forem ainda as vertentes que o realismo assume, elas assentam-se primeiro no facto de que a ordem reinante nas Relações Internacionais é a anarquia. Segundo, os Estados e de acordo com Huntington, «continuarão a ser os mais poderosos atores nas relações internacionais»⁷ embora reconheça que os principais conflitos das políticas globais serão verificados entre nações e grupos de diferentes civilizações. Terceiro, os Estados agem em função dos seus interesses que eles identificam com poder. São os interesses que determinam as suas ações mas estes não são permanentes adaptando-se constantemente as contingências históricas. Quarto e último, por considerar que a raiz do poder está intrinsecamente ligada a natureza humana, o realismo não procura acabar com as tensões surgidas nas relações entre os Estados. Eles procuram gerir de forma mais racionalmente possível estas contradições que surgem sempre que há choques de interesses. E como cada Estado procura sobreviver no sistema internacional, garantir a sua independência e integridade territorial, manter ou aumentar o seu poder, os riscos de conflitos são constantes.

1.1.1. Hans Morgenthau e Raymond Aron: dos interesses à luta pelo poder

Morgenthau é visto como o principal representante da escola realista do século XX. Sua obra “*Política entre as Nações*” representa um marco importante na nova abordagem teórica na disciplina de relações internacionais, que corresponde ao período pós-guerra.

⁷ HUNTINGTON, Samuel citado por MOREIRA, Adriano – Teoria das Relações Internacionais. 2011, p. 282.

De acordo com Morgenthau, o poder constitui o elemento central na análise da política internacional. Quando um Estado mantém relação com outro que não envolve o poder, diz ele, estaremos fora do âmbito da disciplina de Relações Internacionais e, conseqüentemente, fora do âmbito político. Assim, enquadram-se nesta lista muitas atividades legais, económicas, humanitárias e culturais, que não afetam o poder dos seus intervenientes.

O poder está presente em todas as atividades humanas e Morgenthau define-o como «uma relação entre os que exercitam e aqueles sobre os quais é exercido. Ele faculta aos primeiros o controle sobre certas ações dos últimos mediante o impacto que os primeiros exercem sobre as mentes deles»⁸.

O poder é visto assim como uma relação que envolve ação psicológica destinado a controlar e influenciar a conduta de outros, quer seja por meio da violência física ou da ameaça (punições), ou ainda de um benefício. As suas raízes encontram-se na natureza humana que procura sempre dominar.

Ainda sobre as raízes do poder, Morgenthau segundo Cravinho, considera que este está essencialmente ligado a natureza humana que no estado de natureza leva o homem a competir pela sobrevivência e supremacia sobre os demais. Todos querem o poder de modo a moldar os eventos em função dos seus interesses, quer seja individual (no caso do indivíduo) ou coletivo (se for a sociedade).

A natureza humana é constante daí que, para compreendermos e predizermos as ações dos políticos – que são aqueles que exercem efetivamente o poder – é necessário olharmos para as lições que a história nos oferece e não, como queriam os liberais, fazer uma interpretação abstrata da realidade. De facto, uma das críticas que o autor faz contra o liberalismo e outras correntes, foi o de considerar que elas (sobretudo o liberalismo), na tentativa de apresentar soluções para os conflitos internacionais, confiando na bondade do homem, impediu que se tomassem decisões inteligentes que seriam aquelas de saber como as decisões políticas poderiam afetar a distribuição do poder.

Morgenthau acredita que as ações dos Estados no âmbito da política internacional são determinadas pelos interesses que ele define como poder e não pelos motivos e pelas ideologias. Qualquer ação no contexto das relações entre os diferentes atores “estatais”, diz, deve ter em conta de que modo pode afetar os interesses ou poder de outras nações.

⁸ MORGENTHAU, Hans – A Política Entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz. 2003, p. 52.

Assim, argumenta Kenneth Waltz, «o poder é visto por Morgenthau como um fim em si mesmo... a afirmação de que “o desejo de atingir o máximo de poder é universal” entre as nações é uma das “leis objetivas que têm suas raízes na natureza humana”»⁹.

Morgenthau conclui ainda a partir das lições da história que muitas guerras tiveram lugar quando uma nação, na tentativa de expandir os seus interesses ou o seu poder, afetaram o poder de outras nações. «Nas relações internacionais a força militar representa o fator mais importante na construção do poder político de uma nação»¹⁰. Quando um Estado efetua manobras militares não tem em vista agredir outras nações mas demonstrar a sua capacidade e criar efeitos psicológicos com o propósito de dissuadi-las. Nestes termos, o objetivo do poder consiste em alterar a mentalidade do inimigo.

Mas o aumento do poder militar tem um impacto relativo no aumento do poder político de uma nação. Isto significa que nem sempre que um Estado melhora o seu arsenal bélico altera necessariamente o equilíbrio do poder.

Para o realista, «os interesses como fatores determinantes das ações de um Estado no plano externo não se subordinam as questões de carácter moral e legal. Os efeitos das decisões políticas é que são fundamentais. Os princípios morais têm o seu valor mas somente contextualizando-os»¹¹. Assim, o pensamento de Morgenthau admite a supremacia da ação política sobre a moral sempre que tal escolha se impõe. Não se pode sacrificar o interesse nacional – que de resto é uma das premissas do realismo clássico – e colocar-se em risco a segurança das pessoas em nome de uma lei moral universal.

Embora seja reconhecido o mérito da sua abordagem teórica, Morgenthau sofreu várias críticas. É Robert Kaufman quem diz que as considerações que ele faz sobre os imperativos do poder, as limitações da anarquia são corretas mas insuficientes. Elas necessitam de alguns princípios do idealismo tais como uma certa obediência as normas morais. Ao analisar por exemplo a política norte americana pode-se notar que existe uma forte ligação entre interesses e valores. Assim, os ideais da democracia, liberdade, igualdade e segurança são valores que também servem aos interesses norte-americanos e que estão acima de tudo, em consonância com os princípios fundadores daquela nação.

⁹ WALTZ, Kenneth N – Realist Thought and Neorealist Theory. *Journal of International Affairs*. 2003, P. 35.

¹⁰ MORGENTHAU, Hans – Ob. Cit. P. 52.

¹¹ Ibidem. p. 20.

«A principal fonte de erro de Morgenthau é a sua visão excessivamente pessimista sobre a natureza humana, que é o inverso do liberalismo puro que tem uma visão excessivamente positiva»¹². A natureza humana é na visão do realista, corrompida pelo desejo de poder. Enquanto o liberalismo acredita na bondade do homem e no desejo coletivo pela paz e segurança que são postas em causa devido as falhas das instituições, Morgenthau reafirma que a paz só é estabelecida mediante o equilíbrio do poder.

De acordo com John Mearsheimer, os realistas – incluindo também Morgenthau – acreditam que o equilíbrio é a fonte de estabilidade nas relações internacionais. Quanto melhor estiverem os atores equiparados em termos de sua capacidade bélica, menores serão as probabilidades de um conflito direto entre eles. A posse de armas nucleares por parte dos Estados Unidos e a URSS que gerou equilíbrio no período pós-guerra entre as duas nações, parece confirmar esta tese.

Outra crítica que merece o pensador realista vem de Thales de Castro que afirma que, sua visão fortemente marcado pelo interesse visto como poder, pode incorrer no erro de tornar obsoleto o Direito Internacional que ao longo dos últimos anos tem servido de base para a conduta dos Estado nas relações internacionais. As Nações Unidas por exemplo, têm sido um ator transnacional de grande relevância nas décadas que sucederam a segunda grande guerra.

A par de Morgenthau, Raymond Aron é seguramente um dos nomes mais importantes nas Relações Internacionais. A semelhança do que acontece com outros realistas, procurou a partir da história construir um quadro teórico sólido que lhe permitisse fazer uma análise objetiva das relações internacionais.

Ele considera que o poder está no centro da vida política quer interna como externa de cada Estado e definiu-o como a capacidade de influenciar a conduta de terceiros. «Nas relações internacionais o poder exerce-se entre os Estados e o seu exercício pode abranger a esfera económica, política e militar»¹³. Na sua obra “*Paz e Guerra Entre as Nações*” «distingue a política da força e a política do poder. A primeira refere-se a força militar e a segunda, ao poder enquanto relação humana»¹⁴. A guerra constitui manifestação de luta pelo poder. A diplomacia é uma via política para tentar persuadir o adversário a mudar o seu comportamento e a via militar é usada quando aquela falha.

¹² KAUFMAN, Robert – Morgenthau’s Unrealistic Realism. *Yale Journal of International Affairs*. 2006, p. 28.

¹³ BELLINTANI, Adriana Iop – Raymond Aron e a Importância dos exércitos. 2011, p. 1.

¹⁴ ARON, Raymond – Paz e Guerra Entre as Nações. 2002, p. 100.

Ele acredita ainda que «o simulacro de violência deve ser suficiente para convencer o adversário»¹⁵. Em outras palavras pretendia mostrar que o uso da violência nem sempre se faz necessário. Esta só será imprescindível se a nação ameaçada não cede a pressão psicológica.

«Para Aron, “poder ou potência é a capacidade de fazer, produzir ou destruir” e também de “influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos»¹⁶. Mas ele distingue os dois termos: “poder” e “potência”. Embora ambos têm como fim influenciar ou modificar o comportamento de outros, o poder dirige-se na esfera interna e potência, na esfera externa.

De acordo com Aron o poder não é um valor mas, antes de tudo, como uma relação. Considera que os Estados soberanos são os principais atores nas Relações Internacionais e estão em choques constantes uns com os outros¹⁷. Estes choques quando levados ao extremo podem acarretar consigo a guerra que ele não considera como um fim em si mesmo mas, tal como Clausewitz formulava: “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

Os Estados consideram a sua sobrevivência como objetivo fundamental. Para isso, a força é um recurso imprescindível para garantir a auto-segurança e isto pressupõe duas coisas: fortalecer o seu arsenal bélico e enfraquecer o do adversário. Tal como ele afirma: «Num mundo de unidades políticas autónomas, a segurança pode fundamentar-se na fraqueza dos adversários ou na sua própria força»¹⁸. Assim, sua visão sobre as relações entre os Estados é muito pessimista uma vez que considera a paz como uma situação sempre precária.

O advento da era nuclear contribuiu para que as unidades políticas ou Estados abordassem as suas diferenças em outros termos. Sua existência bem como a guerra fria, contribuíram bastante para o posicionamento do pensador francês. Em decorrência disto, Aron considera que quer a paz pelo equilíbrio, pela hegemonia e pelo império são sempre precárias. A “paz do terror” parece ser para ele a mais estável na medida em que nenhum Estado jamais lançaria um ataque sobre o seu inimigo – que possui igualmente armas nucleares – sem assumir perdas igualmente consideráveis ou seja, obter resultados desproporcionais aos ganhos.

¹⁵ Ibidem, p. 114.

¹⁶ CASTRO, Thales – Teoria das Relações Internacionais. 2012, p. 169.

¹⁷ ARON, Raymond – Ob. Cit. p. 100.

¹⁸ Ibidem. p. 128.

Assim, ao contrário do que pensava Clausewitz, “a guerra como continuação da política por outros meios”, Aron substituiu-a pela fórmula «“a política como a continuação da guerra por outros meios”»¹⁹. Uma vez que para ele a política tem como finalidade a luta pelo poder, a guerra não teria outra finalidade senão também aquela de lutar pelo poder por meios militares.

1.2. O conceito de soft power²⁰ de Joseph Nye.

Nye apresenta uma perspectiva nova em relação ao poder em contraposição a escola realista. No seu livro intitulado “*Bound to Lead*” cunhou o termo soft power que se tornou de seguida muito popular no mundo académico e político. Em 1990, publicou um artigo intitulado “*Soft Power*”, onde analisou o “atual” contexto da política internacional e o papel dos Estados Unidos da América e de outros atores, considerando equivocadas as teorias que sustentam o declínio do poder americano pois, estas ignoram que no mundo atual, e como resultado da interdependência, o poder tornou-se bastante difuso²¹.

É no livro mais recente intitulado “*O Futuro do Poder*”, onde ele vai aprofundar estas ideias defendendo que as mudanças ocorridas na segunda metade do século XX fizeram emergir novos atores e outras questões também passaram a ser consideradas. «Os Estados deixaram de ser os únicos intervenientes importantes nas questões globais; a segurança já não é o único grande resultado que procuram, e a força não é o único, ou nem sempre é o melhor instrumento para alcançar esses objetivos»²². Considera o soft power como elemento crucial para os Estados Unidos manterem a sua liderança global, e, ao contrário da escola realista, ele pensa que afetar o comportamento de outros não significa mandar ou obrigar, mas também atrair. É esta a grande novidade em relação ao soft power.

De maneira semelhante, Daniela Oliveira (2012) insurge-se contra as teses realistas que consideram apenas o chamado hard power e focam o centro de suas abordagens nos atores estatais. Ela avalia o impacto que a informação, a internet e as novas tecnologias

¹⁹ Ibidem. p. 233.

²⁰ Existem várias traduções em português sobre o conceito de soft power. Alguns chamam-lhe poder suave, outros poder brando, outros ainda traduzem-no como o poder encantador. Nós preferimos usar o termo na sua língua original que é soft power dada a problemática da tradução.

²¹ NYE, Joseph – Soft Power. *Foreign Policy*. 1990.

²² NYE, Joseph – O Futuro do Poder. 2012, p. 38.

exercem atualmente na política internacional e corrobora com Nye, considerando que o poder militar não é a única forma de um Estado assumir influência, e que cresce também a importância dos atores não estatais. As relações internacionais deixaram de ser palco exclusivo dos Estados integrando-se novos atores.

Ao contrário do chamado *hard power*, «o *soft power* tem três recursos básicos: a cultura, os seus valores políticos e as suas políticas externas – quando os outros as vêem como sendo legítimas e tendo autoridade moral»²³. Mas, paradoxalmente, aquilo que Nye chama de *hard power* – onde encontramos o poder militar e o económico – também podem servir de atrativos ou seja, serem fontes de *soft power*. O plano Marshall e a intervenção militar americana nas duas grandes guerras (1914-1918 e 1939-1945) são exemplos disso ao contribuírem para o aumento do *soft power* da América na Europa.

Ronaldo Gueraldi, analisando a viabilidade do *soft power* de modos a aprofundar a inserção internacional do Brasil, seguindo um caminho diferente do tradicional *hard power* defendido pela escola realista, considera por exemplo que aspetos culturais, ideológicos, éticos e morais são bons atrativos no atual contexto das relações internacionais emergido de uma era pós-bipolar. Fazendo uma clara alusão a Nye, ele compara o atual cenário internacional a um tabuleiro de xadrez:

O poder militar continua unipolar e é dominado pelos Estados Unidos; no tabuleiro intermediário, que representa o poder económico encontramos novamente os Estados Unidos mas este partilha o poder com o Japão e a Europa, bem como as economias emergentes tal como a China; e no tabuleiro inferior encontramos todos atores – incluindo os não-estatais – onde as relações transcendem as fronteiras estatais e escapam ao controle dos governos²⁴.

É no nível três do tabuleiro de xadrez que se levantam as maiores preocupações pois nele, os Estados já não podem usar apenas os recursos tradicionais a que estavam acostumados nos séculos anteriores para enfrentar os atuais desafios onde as empresas multinacionais estão exercendo cada vez maior influência na definição da agenda internacional, organizações não-governamentais exercem pressão sobre os governos, grupos ambientalistas defendendo o ecossistema e ocupando também um lugar importante nas questões globais dependendo do assunto que é colocado à mesa – no

²³ Ibidem. p. 106.

²⁴ GERALDI, Ronaldo Guimarães – A Aplicação do Conceito de Poder Brando (*Soft Power*) na Política Externa Brasileira. (sd), p. 69.

caso do aquecimento global a Green Peace é um ator importante – terroristas a atuarem cada vez mais em escala transnacional, recrutando militantes a partir da internet e ameaçando a segurança dos Estados, e um espaço virtual que foge ao controle dos governos. Na era da informação não basta ter um exército forte. “No tempo de Kennedy e de Kruchtchev, o poder era avaliado em termos de mísseis nucleares, capacidade industrial, o número de soldados armados e tanques prontos a atravessar as planícies da Europa do Leste. Mas a era da informação global do século XXI está rapidamente a tornar obsoletos tais indicadores tradicionais e a dar nova forma às relações de poder”, escreve Nye em “*O Futuro do Poder*”. É preciso olhar para novas ferramentas que sirvam de atrativos para outros.

Para ser credível num século em que o poder se difunde dos Estados para os intervenientes não-estatais, os esforços do governo para projetar soft power terão de aceitar que o poder é menos hierárquico numa era da informação e que as redes sociais assumiram uma maior importância. Para ser bem-sucedido em um mundo ligado em rede é preciso que os líderes pensem em termos de atração e cooptação e não de comando²⁵.

Longe de considerar obsoleto o exército e a força económica de um Estado, ele propõe o soft power como uma alternativa ao chamado hard power. Ele define-o como o poder de atrair os outros Estados a seguirem uma política de um outro sem coerção ou ameaça, ou como diz Daniela Oliveira, «habilidade de conseguir o que se quer através da atração em vez da coerção e do pagamento»²⁶. Somente quando as pessoas sentem-se convencidas de que enfrentam uma causa justa ou pelo menos legítima, é que elas sentir-se-ão motivadas a apoiar determinado projeto. Um dos casos mais recentes foi a questão Síria. Quando a Administração Obama tentou persuadir os congressistas e senadores bem como os seus parceiros internacionais em intervir militarmente, houve relutância. A opinião pública também mostrou-se bastante desfavorável e o governo carecia de apoio moral para se envolver em um novo conflito. Uma intervenção impopular colocaria novamente em causa a imagem da América a semelhança do que já vem acontecendo em outras questões como o Iraque só para citar um exemplo.

A invasão do Iraque pelos EUA e seus aliados confirmaria a tese de Nye segundo a qual «a guerra deixou de ser um mecanismo de comando usado com a frequência com que se

²⁵ NYE, Joseph – *O Futuro do Poder*. 2012, p. 124.

²⁶ OLIVEIRA, Daniela S. G – *O Poder da Informação na Política Internacional: a Wikileaks e a Revolução na Tunísia*. 2012, p. 16.

fazia nos séculos anteriores, uma vez que as dificuldades em provar a legitimidade desse tipo de intervenções são substancialmente mais elevadas»²⁷, e realça igualmente a importância que o soft power exerce na atualidade quer no comportamento das pessoas como nas relações internacionais.

Combinar eficazmente as forças (hard e soft power), é segundo Oliveira, a condição que torna possível neste século, uma nação ser poderosa, ou,

Como escreveu Kissinger em O Segundo Mundo, “*a força pode conquistar o mundo, mas não consegue legitimar-se*”. O soft power é fundamental para conseguir esta legitimação, mas a credibilidade de um país constrói-se também na confluência das duas forças²⁸.

A grande novidade deste tipo de poder é que ele deixa de estar somente ao alcance dos Estados passando também ao alcance de outras organizações. Por esta razão, Daniela Oliveira conclui que o novo contexto em que vivemos ajudou a moldar esta nova forma de poder cujo fator mais importante é a revolução da informação que criou novos modos de relacionamento nas relações internacionais permitindo mesmo que outras organizações internacionais (incluindo os atores não-estatais) ganhassem destaque na definição da agenda internacional.

Sem os atuais recursos das redes de informação seria muito difícil por exemplo as revoluções despoletarem no mundo árabe, pois os governos teriam um controlo quase absoluto dos meios de comunicação e consequentemente conseguiriam censurar as informações que passaram para o grande público e dificultaria a sua mobilização. Mas a era da informação ajudou a quebrar este monopólio e até mesmo em Estados autocráticos os governos têm dificuldades em controlar estes novos meios e portanto, já não controlam de forma absoluta a informação que circula para o vasto público. Determinadas informações que podem comprometer a imagem dos governos passam hoje pela internet e vão circulando pelas redes sociais colocando sempre em causa o soft power. Sem olharmos para esses recursos, seria muito difícil falarmos também das manifestações em Angola, que como veremos mais adiante, foi mobilizada a partir das redes sociais como o facebook e de sítios noticiosos como o Club-K.

Num relatório bipartidário – CSIS “*Comission on Smart Power*” – Richard Armitage e Joseph Nye aconselham aos líderes americanos que se quiserem ter a América no topo

²⁷ Ibidem. p. 19.

²⁸ Ibidem. p. 21.

devem apostar no soft power, pois, na era da informação, a abordagem dos assuntos internacionais devem ser feita em outros termos comparativamente aos séculos passados em que o poder militar era o fator determinante.

Os “Estados e atores não-estatais que melhoram a sua capacidade de atrair aliados ganharão vantagens competitivas no ambiente de hoje...terroristas dependem de sua capacidade de atrair apoio do público, pelo menos tanto quanto a sua capacidade de destruir a vontade do inimigo para lutar”²⁹.

O 11 de Setembro foi segundo eles o confirmar desta tese e um ponto baixo na diplomacia norte americana que no entender de ambos foi mal respondido. Ao invés de exportar os valores de esperança e optimismo que sempre caracterizaram a América, ela passou a exportar o medo e a raiva. Também a prisão de Guantánamo – que foi inclusive uma das promessas eleitorais do presidente Barack Obama – mina, segundo Nye, «o poder suave norte-americano ainda que este exhibe as imagens dos muçulmanos a viver bem na América»³⁰. O seu fecho seria importante para que ela mostrasse aos seus aliados e ao mundo que os valores defendidos continuam a ser os mesmos, que a América respeita os direitos humanos e o direito internacional pois, «uma boa reputação promove boa vontade a traz aceitação para empreendimentos impopulares»³¹.

Para isso Nye defende que os Estados Unidos se quiserem conquistar novos aliados deverão abordar de modo diferente a sua política externa e apostar mais no soft power. O unilateralismo da Administração Bush é um dos maus exemplos. A recusa em assinar protocolos comerciais importantes, o protocolo de Kyoto e a corte internacional de justiça, é outro mau exemplo que mina a credibilidade dos EUA mesmo perante os seus aliados.

Mas, embora considerado crucial para promover cooperação entre os diferentes atores, nem sempre é fácil traçar a fronteira entre o soft e o hard power, e nem sempre o soft power produz os resultados pretendidos. É aqui onde surgem várias dificuldades e críticas à teoria.

A crítica realista ataca Nye. David Frum, ex-redator dos discursos do presidente Georg W. Bush, rejeita totalmente o conceito de soft power. «Perle e Frum apoiam o derrube de regimes como os do Iraque e Afeganistão e defendem igualmente o uso de ação

²⁹ ARMITAGE, Richard L; NYE, Joseph – A Smarter, more Secure America: CSIS Commission on Smart Power. 2007, p. 10.

³⁰ NYE, Joseph – O Futuro do Poder. 2012, p. 129.

³¹ ARMITAGE, Richard L; NYE, Joseph – Ob. Cit. p. 5

militar contra a Coreia do Norte, Irã, Síria, Líbia e Arábia Saudita. O soft power para eles é irrelevante para um país que não tem rivais militares»³².

Para outros teóricos, o soft power é apenas uma forma de suavizar o hard power que continua ser o meio fundamental para os Estados atingirem os seus objetivos. Ferguson admite que ele é apenas «a luva de veludo que cobre o punho de ferro»³³. Stephen Walt por sua vez, não o considera como solução para América uma vez que ele não representa também um problema.

...Em um debate com Nye não considera o soft power como não-existente, mas ele lida mais com o hard power. Ele afirma que o hard power causa mais problemas para os EUA hoje, porque nem os avanços tecnológicos norte-americanos ou os valores culturais são confrontados com a resistência, do que a política externa norte-americana e os instrumentos de hard power que são odiados em todo mundo³⁴.

Outros defendem ainda que a distinção entre soft e hard power é irrelevante uma vez que ele depende não tanto dos recursos utilizados mas da percepção que as pessoas terão dele.

O soft power não é um tipo de poder em tudo, mas sim, qualquer recurso, incluindo capacidades militares, podem ser vistas como soft conforme a sociedade aprova a sua utilização para algum propósito. Isto significa que a forma como ele é percebido é o fator chave³⁵.

Para este autor, o soft power não é a ausência de força mas a busca de legitimidade para o uso da força. Daí a importância que é conferida aos recursos que podem torna-lo mais atrativos tais como valores, o sistema político e económico.

Robert Kagan também critica a teoria de Nye pois, ele nega a utilização em simultâneo, por um mesmo país, do soft power e do hard power. Enquanto a América continua a dominar o mundo por intermédio dos recursos mais tradicionais, dentre eles o poder militar, a Europa, devido a sua fragilidade e por estar a se mover para fora do centro do poder mundial, utiliza outro recurso, o soft power e as organizações internacionais³⁶.

³² BOHORQUEZ, Tysha – *Soft Power: the Means to Success in World Politics*, 2005.

³³ FERGUSON citado por NOYA, Javier – *The Symbolic Power of Nations*. *Real Instituto Elcano*. 2005, p. 5.

³⁴ ALBERT, Dóra – *The Future of Power: Joseph Nye at Central European University*. 2011, p. 1.

³⁵ NOYA, Javier – *Ob. Cit.*, p. 3.

³⁶ KAGAN, Robert citado por OLIVEIRA, Daniela S. G – *Ob. Cit.* p. 23.

«Os Estados Unidos devem cooperar com os outros países se quiserem controlar os atores não-estatais que dividem o palco no tabuleiro inferior e que o principal desafio é fazer com que o hard e o soft power reforçam-se mutuamente para a liderança americana»³⁷. Contudo, critica também Nye pelo cunho do termo Smart Power que considera ser o mesmo há duas décadas, e é usado diferentemente do significado assumido. Ele Interroga-se sobre a questão da liderança norte-americana e vê-la como obstáculo para a criação de uma agenda internacional multilateral.

De acordo com a teoria da ação coletiva, o maior beneficiário (EUA) devem assumir o maior custo ou a liderança na participação dos recursos previstos mas isto não significa que eles devem organizar ou ditar os termos da ação coletiva que se segue. Acusa Nye de ser incoerente e não respeitar a distinção entre contribuir e cooperar, e organizar ou ditar os termos da ação coletiva. Cammack não considera a liderança dos Estados Unidos como condição necessária para ação coletiva ao contrário de Nye.

Finalmente, ele coloca em dúvida o alcance do soft power. Os valores americanos como democracia, globalização e uma economia internacional aberta tem servido de atrativo para muitos países, incluindo países muçulmanos, mas isto não se traduz num sentimento positivo favorável aos Estados Unidos. «Suporte para as ideias norte americanas, no entanto, não se traduzem necessariamente em apoio aos Estados Unidos»³⁸.

Tais críticas fazem sentido. O soft power por si só não pode produzir maior cooperação. Aliás, o próprio Nye já havia reconhecido que o soft power de forma isolada não produz os resultados pretendidos. Mas ele pensa, diferentemente de Kagan, que qualquer ator pode fazer o uso do soft power. Não se limita exclusivamente aos Estados. O recrutamento de militantes por grupos extremistas serve-se fundamentalmente do que está em causa e da imagem dos líderes destas organizações ou seja, do seu soft power, bem como a imagem que eles têm da América e do Ocidente. De modo relativamente semelhante, organizações como a wikileaks ao divulgar documentos secretos dos Estados Unidos colocam em causa a legitimidade e a moralidade das suas ações e conseqüentemente enfraquece o seu soft power com todas as conseqüências que poderão advir dela. O mesmo acontece quando determinados regimes são conotados

³⁷ CAMMACK, Paul – Smart Power and US Leadership: a Critique of Joseph Nye. 2008, p. 7.

³⁸ KOHUT; WIKE, citado por CAMMAK, Paul. Ob. Cit. 13.

como corruptos, antidemocráticos e violadores dos direitos humanos. Eles perdem legitimidade diante das suas populações o que pode desencadear revoltas populares.

Como tentaremos demonstrar nos pontos seguintes, a internet está produzindo a difusão do poder permitindo que indivíduos sem grandes recursos consigam ameaçar o poder instaurado, há diminuição do controle da informação por parte do Estado em que o poder sempre se baseou, e organizações como a Wikileaks, que não tem o hard power, conseguem contudo tornar-se importantes atores na política internacional atacando a credibilidade de vários atores estatais – incluindo os Estados Unidos – o que reforça as teses defendidas por Nye.

Assim o soft power longe de substituir o hard power, ele aparece como alternativa. É uma outra face do poder que visa torná-lo mais atrativo sem que haja necessidade do uso da força e das sanções económicas. Cultura, democracia, direitos humanos, são bons atrativos num mundo em que as pessoas procuram sempre maior abertura – e esta foi uma das principais reivindicações que marcaram as revoluções no mundo árabe.

Por esta razão ele defendeu a necessidade de combinar os dois tipos de poder. Reagindo às várias críticas que a teoria mereceu, em 2004 criou o termo “*Smart Power*” para defender que o soft power por si só não pode produzir os efeitos desejados na política externa mas que é necessário combinar recursos do hard e do soft power, superando-os e dando origem ao que chamou de “poder inteligente”.

1.3. A revolução da informação e a transformação do poder internacional

É quase consensual que estamos ainda no início desta nova era que é profundamente marcada pela difusão da informação. Desde o final da Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias, o poder evoluiu bastante. Ele já não depende somente da capacidade militar de um Estado mas, da capacidade de se combinarem inteligentemente outros fatores e recursos que foram ganhando maior importância desde a segunda metade do século XX, e isto graças à interdependência e à revolução da informação que foram decisivos.

Por revolução da informação entendemos «os rápidos avanços tecnológicos nos computadores, comunicações e software que, por seu turno, conduziram a decréscimos drásticos no custo de processamento e transmissão da informação»³⁹. Estes avanços

³⁹ NYE, Joseph – Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História. 2011, p. 248.

refletiram-se nos mais variados setores de atividade e na vida social incluindo na política, fazendo desaparecer as barreiras espaciais e temporais, sobretudo com a universalização dos telefones e da internet. Pretendemos aqui explicar como os novos recursos informativos permitiram a alteração do poder internacional, introduzindo novos atores e diminuíram a importância que se atribuía ao poder militar. Para isso, vamos contextualizar as mudanças ocorridas no século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos quebraram o isolacionismo e passaram a se envolver mais nas questões internacionais alargando a sua área de influência na Europa e no Japão através do auxílio económico com o Plano Marshall e a segurança do hemisfério ocidental com a NATO. Os E.U.A tornaram-se os porta-vozes da doutrina liberal e defensores da economia do mercado livre. «A interdependência económica aumentou rapidamente após a Segunda Guerra Mundial, mas foi a crise petrolífera de 1973 que trouxe o conflito económico para o centro do palco mundial»⁴⁰.

Contrariamente ao que pensava Mao Tsé Tung, Joseph Nye diz que esta crise havia recordado que o poder também podia sair de um barril de petróleo. E contrariamente também aquilo que teriam feito no século XVIII, os Estados mais poderosos não optaram pela guerra. A razão desta atitude é encontrada na interdependência económica que foi em grande parte favorecida pela revolução da informação.

Primeiro, porque as empresas multinacionais aumentaram consideravelmente o seu poder ao ponto de conseguirem influenciar as políticas dos Estados poderosos. Este poder é resultante do sistema capitalista que prevê a diminuição do Estado em favor do mercado. As empresas multinacionais agem transnacionalmente, fazem acordos e transferem capitais sem o conhecimento dos Estados.

A criação de zonas de livre comércio permitiu as empresas multinacionais escapar ao controlo regulacionista do Estado, facilitando a mobilidade de capitais. A lógica do mercado exige a não intervenção do Estado na economia deixando esta a mercê da mão invisível. A mundialização reduziu o potencial de controlo da economia das instituições públicas nacionais. Os governos perdem as suas alavancas de controlo, deixando as firmas multinacionais aumentarem a sua influência política e económica. «Cada esforço de regulação nacional provoca uma forte reação dos grupos transnacionais»⁴¹. Se um

⁴⁰ Ibidem, p. 223.

⁴¹ FONTANEL, Jacques – A Globalização em «Análise»: Geoeconomia e Estratégia dos actores. 2005, p. 314.

Estado tentar impor políticas protecionistas ou intervencionistas, as empresas podem facilmente deslocalizarem-se, instalando-se em mercados onde existem menos regulações.

Algumas multinacionais chegam mesmo a ter um volume de negócios anuais que superam o PIB de muitos países. Em 2001 por exemplo, «o volume de negócios da Wall Mart Stores, Exxon Mobil e General Motors, foi superior ao PIB de países como Tailândia, Noruega, Arábia Saudita e Polónia»⁴². O seu poder negocial é incomparavelmente maior se olharmos para épocas anteriores.

Segundo, e talvez o mais importante, as empresas multinacionais conseguiram evitar o ponto de estrangulamento fornecendo as grandes economias, petróleo provenientes de outros mercados. Terceiro,

A sensibilidade da interdependência, que conduziu aos elevados preços de energia, era considerada como benéfica por parte de importantes atores políticos no interior dos países consumidores. Existia uma coligação transnacional efetiva que não estava descontente com os elevados preços petrolíferos⁴³.

Atores não estatais agindo para além das fronteiras nacionais estavam ganhando mais poderes e muita das vezes obrigando os Estados a tomarem certos posicionamentos políticos. O conceito de interesse nacional defendido pelos realistas parecia entrar em desuso. Os custos de uma guerra seriam enormes tanto para os países produtores de petróleo, como para os compradores. A interdependência económica tornou o recurso a força inaceitável nestes termos.

No campo técnico-científico, os americanos desenvolviam pesquisas com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica e militar em relação à URSS. «Foi buscando estimular a pesquisa em computação interativa que surgiu o programa ARPANET, que visava compartilhar tempo de computação on-line»⁴⁴. Foi a partir deste programa que mais tarde se desenvolveu a internet. Embora concebida inicialmente para aperfeiçoar o sistema de defesa norte-americano, ela não tardaria passar para uso civil e pouco tempo depois, universalizado para uso doméstico, com uma brusca redução de custos e acessível para milhões de pessoas.

⁴² Ibidem. p. 307.

⁴³ NYE, Joseph – Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História. 2011, p. 247.

⁴⁴ BRITTO, Rovilson Robbi – Cibercultura: Sob o Olhar dos Estudos Culturais. 2009, p. 131.

Em 1960 o mundo contava com 70 milhões de telefones mas, trinta anos depois havia 600 milhões embora 450 milhões deles concentrados em apenas nove Estados. Em 2002 o mundo contava com 500 milhões de utilizadores da Internet, mas 72% deles viviam em países da OCDE, dos quais 164 milhões residiam nos Estados Unidos da América⁴⁵.

O sistema bancário também integrou-se permitindo a transação de elevadas somas de dinheiro de forma instantânea. «Em 1973, 239 bancos nacionais estabeleceram o SWIFT (standardized world interbank and financial transactions), que permite fazer transações espontâneas. Em 1999, 6710 bancos já operavam por via do sistema SWIFT em cerca de 189 países»⁴⁶. A informatização do sistema bancário reduziu os custos das transações e melhorou a sua eficácia. Bastava a partir de então fazer um clique no teclado e grandes somas de dinheiro estariam circulando de uma conta para outra, de uma empresa para a sua congênera, até se fosse necessário como diz Belarmino Van-Dúnem, para “lugares desconhecidos” como os paraísos fiscais onde ficam isentas dos elevados impostos, e isto feito sem o consentimento do Estado que vê o seu poder diminuindo.

É claro que a revolução da informação foi crucial para este processo todo ao permitir a redução significativa dos custos das transferências tecnológicas e de todo movimento de capital ou financeiro. «Para mil milhões de operações, o custo passou de 500.000 francos em 1960 para 50 cêntimos em 1995. Todos os preços de transporte diminuem, permitindo à economia funcionar em tempo quase real, à escala planetária»⁴⁷.

Mas precisamos reconhecer que, apesar de um aumento significativo no número de pessoas com acesso às novas tecnologias, ele ainda está longe de ser universal e equilibrado.

A nossa vida hoje é determinada pelo ritmo dos global média que alteraram completamente o fluxo da informação primeiro a partir da globalização das transmissões radiofónicas, depois a partir das emissões de televisão que foram acompanhados pelo uso do telefone e depois pela chegada dos computadores domésticos ligados em rede através da internet⁴⁸.

⁴⁵ MALTEZ, José Adelino – Curso de Relações Internacionais. 2002, p. 127.

⁴⁶ VAN-DÚNEM, Belarmino – Globalização e Integração Regional em África. 2010, p. 133.

⁴⁷ FONTANEL, Jacques – Ob. Cit. p. 313-314.

⁴⁸ MALTEZ, José Adelino – Ob. Cit. p. 115

José Maltez (2002) acredita que há por um lado difusão da informação mas, por outro, os meios de difusão desde as cadeias planetárias – CNN, MTV – e a internet que vão alterando os costumes, as culturas, as ideias e os debates, estão sob controlo de grandes empresas que funcionam dentro e para além das fronteiras estatais e que são susceptíveis de sofrerem a maior pressão de políticos e pessoas ou grupos de interesses, veiculando a informação que lhes convém. Foi o que aconteceu com a CNN na primeira guerra do Golfo. Mas esta posição também não é partilhada por todos.

Diferentemente das épocas anteriores, hoje é muito mais fácil difundir uma informação devido ao barateamento nos custos de transmissão e no acesso aos recursos que estão ao dispor de cidadãos comuns. Mas Joseph Nye adverte que embora seja mais fácil o acesso a internet e a difusão da informação, a sua produção continua difícil, ou seja, as fontes para produzir nova informação não estão ao alcance de todos. Acredita também que muito embora os cidadãos comuns possam aceder hoje aos novos meios de comunicação, os países mais fortes – como os Estados Unidos por exemplo – partem em vantagem uma vez que estes já faziam o uso delas no domínio militar introduzindo nova tecnologia altamente sofisticada como satélites, software e computadores altamente potentes.

A grande novidade desta era é a velocidade em que a informação se processa, a facilidade de acesso e a redução drástica dos custos que teve um efeito descentralizador fazendo com que o poder sobre a informação ficasse mais descentralizado. Mas também, na era da informação existe aquilo que Nye chamou de “o paradoxo da abundância”, ou seja, há muita informação e pouca atenção. Ele acredita que aqueles que conseguirem ser mais perspicazes na filtração da informação ganharão poder.

Tal como escreveu Manuel Castells, «o poder se baseia no controlo da informação»⁴⁹. No início do século XX os meios de informação tornaram-se em recursos preciosíssimos para mobilização e propaganda mas em períodos anteriores, ela já havia produzido quase os mesmos efeitos. Assim também notou Daniela Oliveira ao afirmar que as «mudanças na comunicação, provocam mudanças no poder»⁵⁰. A criação e desenvolvimento dos meios de comunicação ao longo da história provocaram sempre alterações na ordem social permitindo a difusão de ideias por onde fosse possível. O século XXI não será exceção à essa regra.

⁴⁹ CASTELLS, Manuel – A Ciberguerra do Wikileaks. 2011.

⁵⁰ OLIVEIRA, Daniela S. G – Ob. Cit. p. 27

Nesta era, quer os Estados como outros atores procuram ganhar destaque nas audiências. A grande questão para os Estados – que normalmente conseguem controlar os meios de comunicação tradicional – é que na internet tudo pode passar sem censura. Ou como diz Conrado Adolpho, «vivemos a era da informação e da verdade. Nada mais pode ser escondido ou camuflado com a facilidade com que até então isso era feito»⁵¹. Informações que podem comprometer a imagem de governos ou de políticos vão circulando livremente bastando para isso fazer um clique. Um evento ou um escândalo pode levar apenas alguns minutos e passa a ser assistido por milhares de pessoas nos quatro cantos do mundo. Uma imagem colocada no facebook em menos de cinco minutos pode ser partilhada por vários utilizadores. E é isto que Castells chama atenção: «Os meios de comunicação – rádio, televisão e jornais – são suscetíveis as pressões quando as informações se revelam comprometedoras, por se inscreverem num contexto empresarial e político»⁵². O mesmo não acontece com a internet, o que de resto traz benefícios mas também riscos.

As instituições hoje estão ligadas em rede o que tem facilitado as transações comerciais e financeiras, envio e receção de informação e controlo de certas operações a distância. Mas esta situação também trouxe riscos e novos desafios. Agências governamentais, empresas e bancos já foram virtualmente assaltadas por países, organizações e indivíduos particulares.

A wikileaks – como veremos adiante – é uma das organizações que melhor proveito tem tirado desses novos recursos. Assim, muitos atores não-estatais ganharam poder na era da informação e ocupam espaços importantes na agenda política internacional. A política externa norte-americana “ficou exposta” quando mais de 750.000 telegramas secretos foram publicados na internet dando a oportunidade aos cidadãos comuns “penetrarem nos corredores da diplomacia americana”, coisa que segundo analistas, seria impensável em épocas anteriores e que somente a revolução da informação tornou possível. Foi um golpe duro ao soft power norte-americano.

Na era da informação, a credibilidade passou a ser um recurso crucial para o poder. O maior impacto reside na opinião pública que tem hoje uma fonte muito mais diversificada para adquirir informação mas a sua atenção se fixa nos órgãos com maiores credibilidades. Isto significa que, quer a rádio como a televisão, passaram a ter

⁵¹ ADOLPHO, Conrado – Os 8 Ps do Marketing Digital. 2012, p. 30.

⁵² CASTELLS, Manuel – A ciberguerra do wikileaks. 2011

novos concorrentes que lhes vão retirando o monopólio exclusivo que tinham antes. Um vídeo postado no Youtube pode produzir os mesmos efeitos comparativamente as imagens transmitidas pela televisão. O exemplo mais ilustrativo é a primavera árabe. Antes que as imagens passassem pelas grandes cadeias de televisão (Al Jazeera, Al Arabia, e posteriormente a CNN), elas circulavam primeiro pelas redes sociais e seu impacto pelo mundo fora foi enorme. Elas conseguiam transpor as barreiras da censura chamando a atenção à comunidade internacional sobre o que se passava no interior de seus países.

Nye acredita que «o poder da radiodifusão persiste, mas será cada vez mais complementado pela Internet, com os seus múltiplos canais de comunicação, controlado por múltiplos atores, que não podem usar a força para se controlarem uns aos outros»⁵³. Ele concluiu, em função disto, que «o soft power está a tornar-se mais importante em relação ao hard power do que o que acontecia no passado, à medida que a credibilidade se transforma num recurso crucial de poder, tanto para os governos como para as ONGs»⁵⁴.

Rovilson R. Britto parte também do princípio que estamos num mundo em mudanças. Estas refletem-se no campo da economia graças as transformações na forma de produção, da circulação e da acumulação, bem como a dimensão global da produção e do mercado que foram proporcionados graças ao avanço da ciência e as novas formas de gerenciamento da produção, por um lado, e por outro, na vida social, e isto graças «a um sistema de transportes rápido e desenvolvido de produtos e pessoas com um sector de comunicação altamente integrado e com capacidade de divulgação simultânea dos factos, que fez com que as distâncias ao menos pareçam menores e possam interagir de maneira mais permanente»⁵⁵.

Mas, contrariando o otimismo de muitos incluindo Castells, ele adverte que neste processo de integração os interesses das diversas regiões do mundo nem sempre são levados em conta. Por isso,

A globalização que vivenciamos em nada se aproxima de um processo universalista democrático e de inclusão, muito pelo contrário. É uma

⁵³ NYE, Joseph – Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História. 2011, p. 254.

⁵⁴ Ibidem, p. 257.

⁵⁵ BRITTO, Rovilson Robbi – Ob. Cit., 16.

globalização verticalizada, pilotada a partir do centro hegemônico, centro que hoje se constitui como império unipolar, perigoso e agressivo⁵⁶.

Mas a grande novidade ainda neste contexto, é que não são mais os Estados a determinarem ou moldarem os padrões de comportamentos. São as grandes corporações, indústrias culturais, de cinema, mercado da música, grandes publicações, a indústria de entretenimento, espetáculo, informação, alimentação e moda. São atores privados que agem para além das fronteiras nacionais. Grupos terroristas e hackers também estão a tirar o maior proveito das novas tecnologias como veremos mais adiante.

A revolução da informação, além de criar um mundo interconectado e facilitar a entrada em cena de novos atores (como os hackers por exemplo), não fez desaparecer as organizações existentes mas obviamente alterou a sua forma de organização. O terrorismo por exemplo, data desde o século XIX mas, esta nova era transformou estes grupos de organizações hierárquicas em organizações em rede, que não dependem de um comando central para desencadear ataques coordenados em vários países.

1.3.1. O papel da mídia e da internet na difusão do poder

“Neste século estão a ocorrer dois tipos de mudanças de poder: a transição de poder e a difusão do poder”, escreve Nye em “*O Futuro do poder*”. A transição não é um fenómeno novo pois ao longo da história nós vemos o centro do poder a transferir-se de um Estado para o outro. Aconteceu com a França no século XVII e XVIII, com a Inglaterra no século XIX, e na segunda metade do século XX com os Estados Unidos e a União Soviética.

O que é de facto novo neste contexto é a difusão de poder, ou seja, a entrada em cena de outros atores não estatais. Isto significa que há acontecimentos a ocorrerem atualmente fora do controle dos Estados. As ameaças terroristas, as crises financeiras, o aquecimento global entre outros são alguns dos atuais desafios que enfrentam os cidadãos de muitos Estados, desafios estes que não têm necessariamente origem no seu país mas em outras partes do mundo, salienta Nye.

⁵⁶ Idem.

«Uma das principais razões para essa dificuldade é o facto do poder se ter difundido tanto horizontal como verticalmente. Já não temos um mundo multipolar, mas sim um mundo não polar»⁵⁷. Em outros termos, podemos dizer que a era da informação provocou esta difusão ao colocar no palco da política internacional organizações que noutrora não teriam qualquer possibilidade de ingresso.

Dois fatores contribuíram para a difusão do poder no século XXI: a velocidade com que a informação circula diminuindo o controlo dos governos e de sua agenda, e os baixos custos de entrada. Joseph Nye defende que «a medida que o custo da informática e das comunicações descem, as barreiras à entrada reduzem-se. Tanto indivíduos como as organizações privadas, desde empresas a ONG, a terroristas, ficam com a possibilidade de desempenhar um papel direto na política mundial»⁵⁸, e tudo fica mais fácil se conseguirem atrair a atenção da mídia ou projetar o seu poder a partir da internet que neste contexto tem dado maiores possibilidades de acesso.

É no ciberespaço onde o poder apresenta-se muito mais difundido do que em qualquer outro lugar. A difusão do poder no ciberdomínio segundo Nye,

É representado pelo vasto número de intervenientes aí presentes e pela redução relativa de diferenciais de poder entre eles. Assim qualquer pessoa, desde um hacker adolescente ou um grande governo podem infringir danos a outros atores que se encontram presentes neste domínio⁵⁹.

Um indivíduo pode garantir a sua participação na política internacional bastando para isso ter um computador conectado a internet. Se uma organização fizer um apelo e esta informação for partilhada por milhares de pessoas, pode-se projetar o poder deste indivíduo ou organização.

Mas a mídia tradicional continua a desempenhar também um papel importante. Manuel Castells na sua obra “*Comunicación y Poder*” salienta que temas como o aquecimento global só se transformam em questão ou assunto público e político se estes conquistarem um espaço nos meios de difusão massiva. «Sem a cobertura mediática é improvável que um problema importante pudesse chegar ao âmbito do discurso público ou converter-se em tema político»⁶⁰. Ao mesmo tempo, as organizações com carácter filantrópico e humanitário vêem melhorada a sua posição se conseguirem estar sobre os

⁵⁷ NYE, Joseph – O Futuro do Poder. 2012, p. 135.

⁵⁸ Ibidem, p. 138.

⁵⁹ Ibidem, p. 154.

⁶⁰ CASTELLS, Manuel – *Comunicación y Poder*. 2009, p. 415.

holofotes da mídia podendo persuadir a opinião pública e os governos em favor da sua causa.

A mídia tradicional – com maior destaque para a televisão – e a internet tornaram-se nos principais fatores de difusão de poder no século XXI. Quer uma como a outra, conseguem exercer forte pressão sobre a opinião pública acabando por afetar as decisões tomadas pelos governos. A guerra do Vietnam é um bom exemplo do que a mídia é capaz de fazer. «Considerada a primeira guerra da televisão, até 1967 a televisão contribuiu para que o público apoiasse a guerra»⁶¹. Mas foi também pela televisão, sobretudo a partir de 1968 que as imagens começaram a registrar a escalada de ataques inimigos e a mostrar inúmeros soldados americanos feridos. «Mostrando como os americanos estavam perdendo a guerra, as imagens tiveram um efeito devastador sobre o moral do país, e para o orgulho nacional»⁶². O mesmo aconteceu com a intervenção americana na Somália. É a este respeito que o secretário de estado assistente para os Direitos Humanos e Democracia, John Shattuck, havia dito que «a imprensa americana nos jogou dentro da Somália e nos tirou de lá»⁶³.

Sem a imprensa e a internet organizações com pouco poder financeiro, indivíduos particulares e organizações errantes como a Al Qaeda, não teriam conseguido facilmente uma projeção ao nível da política internacional. Antes do 11 de Setembro por exemplo, o terrorismo já constituía um problema para a comunidade internacional e para os Estados Unidos em particular. Mas as suas ações tinham um impacto mais limitado e era geralmente considerado um problema nacional ou local. Após o 11 de Setembro, a rede terrorista Al Qaeda e o seu líder Osama Bin Laden, atraíram a atenção mundial conquistando os holofotes da imprensa. Sobre o 11 de Setembro Wainberg afirma que:

Um ano após o ataque ao World Trade Center o terror continuava a ser o tema mais importante da agenda pública da população daquele país, e 91% dos americanos o consideravam a mais grave ameaça à segurança dos próximos 10 anos, um crescimento de 7% desde 1998. A percentagem que via o fundamentalismo islâmico como uma ameaça crítica subiu 23% depois daquele ano, chegando a 61% da opinião pública⁶⁴.

⁶¹ MATTOS, Sérgio – Mídia Controlada: a História da Censura no Brasil e no Mundo. 2005, p. 73.

⁶² Ibidem, p. 74.

⁶³ WAINBERG, Jacques A – Mídia e Terror: Comunicação e Violência Política. 2005, p. 38.

⁶⁴ Ibidem, p. 66.

É claro que a partir destes dados podemos deduzir consequências. Elas podem ditar o resultado final numa eleição geral – candidatos visto como fortes em questões de segurança acabam por ampliar as suas chances de ganhar como aconteceu em 2004 com a reeleição de George W. Bush – e ter outro impacto na política externa. No início, a guerra do Iraque e Afeganistão tinham um amplo apoio popular.

A mediatização do acontecimento projetou o poder (soft power) da Al Qaeda tornando-a na organização terrorista mais conhecida e temida no mundo assim também como o seu líder, Osama Bin Laden.

Isto por vezes é usado para justificar as ações que muitos governos têm levado a cabo para tentar limitar ao público o acesso à informação, como forma de cortar o oxigênio a este tipo de organizações, manter o controlo social e/ou formatar a opinião pública. Diminuir o poder das organizações terroristas, diz Waimberg, significa retirar-lhes a cobertura mediática do qual têm sido alvos.

Margaret Thatcher defendeu o ponto de vista de que a melhor forma de coibir o terrorismo era cortar-lhe o “oxigênio da publicidade”... após o 11 de Setembro, o governo dos Estados Unidos havia pedido as principais redes de televisão limitar a difusão de declarações de Osama Bin Laden na programação noticiosa do país⁶⁵.

Em “*Midia Controlada*” Sérgio Mattos defende que «o controle dos meios de comunicação é geralmente o primeiro passo na aquisição de autoridade política»⁶⁶. E isto parece estar a ser bem interpretado não somente pelos governos que procuram a toda hora e momento controlar estes meios mas também as Organizações não-Governamentais e grupos terroristas que procuram atrair a atenção da mídia.

Num ataque terrorista o importante não é o número de vítimas que sofrem mas sim o impacto que causa no imaginário das pessoas, afetando desta forma também as decisões que os governos tomam em função destes. A imprensa tem ajudado a difundir as mensagens destes grupos, explicando as suas causas e motivações políticas. Jacques Waimberg acredita que a informação transmitida pela imprensa nem sempre é um retrato fiel à realidade. Muitas vezes para fugir a rotina, ela amplia e dramatiza os eventos para atrair a atenção do público. Mas ao fazê-lo, também ajuda as organizações errantes projetarem ainda mais o seu poder.

⁶⁵ Ibidem, p. 74.

⁶⁶ MATTOS, Sérgio – Ob. Cit. 45.

Há autores que vão mais longe chegando mesmo a afirmar a existência de cumplicidade entre a imprensa e o terrorismo. Quem defende esta posição é António Almeida em “*Que Nova Ordem Mundial?*”, advogando que o terrorismo beneficia em muito com os avanços tecnológicos.

O que o terrorismo tem de mais saliente e novo, é assim o facto de se inscrever no quadro da nova civilização tecnológica, e de beneficiar das facilidades proporcionadas pelas suas espetaculares inovações. Entre essas facilidades está a aliança objetiva (...) entre o poder terrorista e o poder mediático. A tal ponto que Roger Dadoun não recua perante a afirmação de que “o verdadeiro oxigênio do terrorismo, são os “mass media”, e muito particularmente a televisão”. Segundo ele, dão ao terrorismo uma dimensão incomparável⁶⁷.

A prova deste argumento é o facto do terrorismo tornar-se após o 11 de Setembro o tema central da política externa americana e a rede Al Qaeda, no inimigo número 1 nos anos que se seguiram.

Mas a imprensa tradicional também está sujeita a pressões dos governos e grupos de interesses, razão pela qual, muitas informações veiculadas acabam por sofrer censura. Isto não significa que ela deixa de ser um meio importante e credível para difusão da informação mas, o controlo dos governos sobre ela acaba por limitar o seu espaço de atuação.

Na internet as coisas passam-se de modo diferente. Antes que o governo reaja, a informação já foi veiculada nua e crua. Tudo isto porque a internet é uma rede de partilha de informação e conhecimentos. Comparada com a rádio, com a televisão e os jornais controlados por editores e emissoras, ela cria uma comunicação ilimitada, um para um (através do email), um para muitos (através de uma página, blogue ou conta Twitter pessoais), muitos para um (como a Wikipédia), e, talvez o mais importante, de muitos para muitos (como nas salas de Chat online, ou em sítios sociais, como o facebook, ou o Linked In⁶⁸.

A este propósito, Manuel Castells faz a seguinte observação: o Estado perdeu a capacidade de informação e por isso tem medo dela. Por isso eles vigiam a internet, invadem a privacidade das pessoas, podem entrar nos nossos emails e lerem as nossas

⁶⁷ SANTOS, António Almeida – *Que Nova Ordem Mundial?* 2008, p. 147.

⁶⁸ NYE, Joseph – *O Futuro do Poder*. 2012, p. 138.

mensagens. Mas isto não constitui novidade. O Estado sempre manteve o controlo social graças aos serviços de informação que a toda hora e momento vigiam os cidadãos. A novidade é que nós também podemos vigia-los. Qualquer ministro, personalidade, banqueiro ou qualquer pessoa que esteja fazendo algo que não gostaria que se tornasse público, qualquer pessoa que ande com um celular pela rua pode filmá-lo e exibi-lo no youtube em cinco minutos e isto estará nos telejornais da noite imediata.

No fundo, ele acaba reconhecendo que graças a internet o poder se tornou mais difuso ao ponto de colocar no xadrez político cidadãos comuns e outras organizações sem grandes recursos financeiros. Quem partilha também esta opinião é Belarmino Van-Dúnem. Para este autor, a internet criou um espaço de interatividade ao mesmo tempo deixa o indivíduo a toda sorte de informação e desinformação, num espaço onde a informação circula sem controlo. «Esta lógica faz com que o controlo e a atribuição de responsabilidades sejam impossíveis»⁶⁹. Um hacker na China pode empreender um ciber ataque contra os Estados Unidos e fica-se sem saber a quem atribuir responsabilidade.

A propósito da comunicação ilimitada, Manuel Castells fala do surgimento do espaço público. «O espaço de interação social e significativa onde as ideias e os valores se formam, se transmitem, se respaldam e combatem»⁷⁰. É dentro deste espaço segundo Castells, que os movimentos sociais e políticos, insurgentes ou não, florescem e vivem. A nova era da informação propiciou o aparecimento destes ao conectar indivíduos numa rede complexa de partilha de valores, sentimentos e emoções. Para Castells, existem muitas oportunidades para os movimentos sociais e políticas insurgentes entrarem no espaço público. Estas oportunidades são oferecidas pelas redes de partilha de comunicação horizontais e os meios maioritários onde possam difundir as suas mensagens e imagens.

A rede propiciou ao indivíduo um espaço onde este pode difundir as suas ideias, chamar atenção para uma causa que, se refletir o desejo de uma multidão – que antes não tinha meios de se expressar com tanta liberdade e sem medo de represália, protegendo a sua identidade – pode conquistar aderentes e vencer batalhas importantes.

O movimento de jovens que esteve na origem da primavera árabe e na queda de regimes como o da Tunísia e Egipto, sem recurso a armas ou a violência física fazem parte desta

⁶⁹ VAN-DÚNEN, Belarmino – Ob. Cit. p. 132.

⁷⁰ CASTELLS, Manuel – Comunicación y Poder. 2009, p. 395.

“categoria” de insurgentes, assim também como o Movimento de Jovens Revolucionários que esteve e continua a estar na origem das manifestações contestando a liderança do presidente angolano, denunciando a corrupção e a má governação. O seu principal meio de mobilização e divulgação de mensagens tem sido a internet.

1.3.2. O surgimento de novas ameaças: a ciberguerra e o ciberterrorismo

Em 2010, um vírus denominado stuxnet, foi lançado contra as centrais nucleares iranianas provocando uma paralisação que segundo analistas, poderiam variar de um a três anos. As suspeitas do ataque recaíram sobre Israel. Não foi o primeiro ataque cibernético lançado contra um país mas ilustra perfeitamente como as novas tecnologias estão a mudar também a natureza do poder e dos conflitos.

Se por um lado a internet traz grandes benefícios, encurtando as distâncias, proporcionando uma base de dados aonde as pessoas têm possibilidade de aceder a várias informações e permite a economia funcionar a uma velocidade que há décadas não se podia imaginar, por outro lado, ela oferece novos desafios e riscos aos Estados, empresas, Organizações Não Governamentais e aos indivíduos que estão ligados em rede. Basta para isso ter um computador conectado a internet. A ciberguerra e o ciberterrorismo são duas ameaças que se baseiam na guerra da informação. Ainda que elas não provocam danos físicos às pessoas, podem no entanto causar perdas económicas enormes.

Por ciberguerra entendemos a condução ou preparação para realizar operações militares, de acordo com os princípios relacionados com a informação. Isto significa romper senão mesmo destruir os sistemas de informação e comunicação, amplamente definidos para incluir a cultura, mesmo militar, em que o adversário se baseia, a fim de “conhecer” em si: quem é, onde está, o que pode fazer, quando, por que é que combate, que ameaças para combater em primeiro lugar, etc.⁷¹.

A ciberguerra implica atacar as infraestruturas críticas de um país, provocando a sua paralisação, diminuindo a sua capacidade de resposta tornando-o vulnerável à outros ataques. «Se um ataque de carácter bélico fosse lançado contra os centros de informação

⁷¹ ARQUILA, John; Ronfeldt, David - «Cyberwar is Coming!». *Comparative Strategy*. 1993, p. 40.

militares e políticas dos EUA, acabaria por inutilizar os sistemas de decisão política e de resposta militar deixando o país desprotegido ante qualquer agressão»⁷².

Os seus efeitos não se limitariam na esfera do ciberespaço mas, poderia ter repercussões num campo de batalha real, ou seja, ele transcenderia a simples guerra eletrónica, computarizada, automatizada ou robotizada. Tal como a analogia usada por Joseph Nye, se uma guerra naval pode influenciar o curso da guerra na terra ao impor bloqueio ao abastecimento as forças inimigas, assim a ciberguerra também poderá ser usada para desorientar o adversário. Analogamente as guerras anteriores que tinham como estratégia bombardear ou destruir as infraestruturas críticas de um Estado, um ciberataque pode igualmente afetar estas estruturas paralisando praticamente a sociedade e lançar o caos.

Já «o ciberterrorismo pode ser definido como ataques às redes de computadores, incluindo aqueles que se encontram ligados à “Net”»⁷³. «Seu objetivo inclui a obtenção da informação, comunicação, lavagem de dinheiro e propaganda; destruição física e lógica da informação e dos respetivos sistemas de informação; roubo de informação e dados sensíveis ou simplesmente alterar essa informação»⁷⁴.

Uma outra definição pode ser encontrada também no artigo de Paulo Viegas Nunes. Ele define-o como «um acto criminoso perpetrado através de computadores que resulta em violência, morte e/ou destruição e que gera terror com o objetivo de coagir um governo a alterar as suas políticas»⁷⁵.

Embora seja considerado uma das maiores ameaças no ciberdomínio, com pouca frequência os terroristas fazem uso destes equipamentos para atacar as suas vítimas em parte por causa da fraca mediatização. Na maior parte das vezes o terrorismo serve-se da Internet como fórum para difundirem as suas mensagens de ódio e de violência, para comunicarem-se uns com os outros e com os seus simpatizantes.

A segurança cibernética ocupa hoje um lugar importante na política de defesa de muitos Estados. O presidente Barack Obama foi um dos primeiros líderes mundiais a reconhecer os perigos que este novo domínio representa para segurança do seu país e do

⁷² RIBEIRO, Gonçalo B. C; AMARAL, Feliciano – Ciberterrorismo: a nova Forma de Crime do Sec. XXI. Como Combatê-la? *Proelium – Revista da Academia Militar*. 2003, p. 38.

⁷³ Ibidem, p. 33.

⁷⁴ Ibidem, p. 38.

⁷⁵ NUNES, Paulo F. V. – Ciberterrorismo: «Aspectos de Segurança». *Revista Militar*. 2009.

mundo, quando em 29 de Maio de 2009, num discurso fez referência a ameaça cibernética:

Foi um lembrete poderoso, nesta era da informação, um dos maiores pontos fortes – no nosso caso, a nossa capacidade de comunicar com um vasto leque de apoiantes através da internet – também poderia ser uma das maiores vulnerabilidades⁷⁶.

No fundo ele recordava as oportunidades que a internet proporciona nesta nova era – e a sua vitória em 2008 deveu-se em grande parte pelo uso das redes sociais – mas também advertia sobre os riscos e ameaças que ela nos expõe.

Na era da informação os conflitos e as ameaças começam a mover-se do espaço geográfico para o espaço virtual com vista a obter vantagens em relação a países ou organizações rivais. No passado, as ameaças estavam bem identificadas e um ataque sobre um Estado implicava atribuir responsabilidade a outro com todas as consequências que aí poderiam advir. Nesta nova era, nesse novo espaço (o ciberespaço), as ameaças podem vir de todos os lados: Estados, organizações não-governamentais, ciberterroristas, hackers e outros. Assim, no ciberespaço é difícil atribuir responsabilidade à quem quer que seja. Os hackers normalmente atuam dentro das fronteiras nacionais e desencadeiam ataques contra outros países. Um ciberataque contra os Estados Unidos vindo da Rússia pode ser desencadeado por um hacker sem o conhecimento do governo russo.

Ao contrário das grandes guerras que envolviam vários recursos, capacidade militar, um exército bem treinado e disciplinado e uma economia forte, os ciberataques acabam por ser quase gratuitos, dada a redução dos custos. Indivíduos sem quaisquer recursos podem lançar ataques contra Estados poderosos paralisando as principais infraestruturas daquele país, provocar prejuízos financeiros avultados e ainda assim garantir o seu anonimato.

A dependência das redes de internet elevou o nível da ameaça porque os serviços mais importantes de um país estão ligados em rede. Se alguém conseguir decifrar os códigos de acesso e entrar automaticamente no sistema, acaba por ter acesso a informações importantes criando situações embaraçosas. É neste contexto que vamos abordar o fenómeno wikileaks e ver o seu impacto na política internacional.

⁷⁶ OBAMA, Barack citado por FRASER, Matthew – Geopolitics 2.0. *Real Instituto Elcano*. 2009, p. 2.

1.3.3. A Wikileaks e a divulgação de documentos secretos dos E.U.A

A internet tem sido explorada como ferramenta fundamental para pesquisa, roubo, partilha e difusão da informação. O que vamos apresentar aqui nos ilustra o poder que a informação exerce nas relações internacionais, os desafios que os Estados enfrentam para controlar os atores não-estatais bem como o papel das novas tecnologias na difusão do poder.

«A Wikileaks é uma organização fundada em 1999 por Julian Assange, um hacker australiano, cujo objetivo consistiu em criar no espaço cibernético uma plataforma em que qualquer cidadão pudesse divulgar informações confidenciais»⁷⁷. A organização usa um software, o “TOR”, que também é usado pelo governo americano para impedir o rastreamento e a consequente ocultação e de suas fontes, na rede de computadores. «Assim, o domínio virtual do wikileaks já na sua fundação, em 1999, indicava estar sediado na Suécia, enquanto sua sede operacional na realidade encontrava-se na Inglaterra»⁷⁸.

Desde os primórdios da sua fundação, a organização sempre primou pela coleta de informações confidenciais mas foi em 2010 que a organização ganhou destaque ao divulgar documentos secretos do Pentágono e mais tarde mais de 200 mil telegramas diplomáticos dos Estados Unidos da América. A wikileaks tornou-se um problema internacional e seu fundador, Julian Assange, foi alvo de perseguição por parte das autoridades norte-americanas e vários atores foram chamados a intervir: a Interpol, o governo sueco, o governo norte-americano, a polícia metropolitana de Londres e o governo equatoriano que lhe deu abrigo na sua embaixada em Londres.

Por que se criou esta tempestade em volta da organização e do seu fundador? Qual foi o real impacto das revelações da wikileaks nas relações internacionais? Os especialistas e analistas divergem a respeito do seu real impacto.

Primeiro devemos reconhecer que a diplomacia é feita com um alto grau de sigilo e determinados acordos e negociações não passam pelo domínio público, pelo receio que isto poderá causar nas populações. Ao divulgar as correspondências entre o Departamento de Estado e as embaixadas americanas, a wikileaks deu a conhecer a

⁷⁷ OLIVEIRA, Daniela S. G. – Ob. Cit. p. 49.

⁷⁸ TELES, Asaph Correa et all – Caso Wikileaks: a Questão da Ética e Influências no Jornalismo e nas Relações Internacionais. 2013, p. 293.

cidadãos comuns as ações secretas dos seus governos, nalguns casos mesmo, revelando detalhes interessantes.

Mas, a maior parte dos autores reconhece que a ela não causou surpresas ao divulgar informações secretas que revelavam as relações de Washington com outros países, ou a preocupação dos países árabes com o Irã e os problemas de Guantánamo.

A wikileaks não colocou em risco as relações diplomáticas entre Washington e outras capitais. O que ela fez foi, primeiro, ter confirmado as suspeitas que alguns já tinham antes, e segundo, fez revelações que muitos líderes evitam falar em público para não incendiar as relações entre os seus países, ou como no caso do Iémen que tem sido um aliado de Washington no combate a Al Qaeda, que o governo assume a autoria dos ataques para evitar que as suas populações pensem que os Americanos têm matado cidadãos iemenitas com a ajuda do seu governo⁷⁹.

Com relação a Tunísia, que foi o berço da primavera árabe, «ela proporcionou aos jovens tunisinos a confirmação daquilo que já se sabia, o que as pessoas já falavam e comentavam mas que ninguém tinha coragem de assumi-la publicamente»⁸⁰. Foi o acesso a esta informação segundo Daniela Oliveira, que deu aos tunisinos a legitimidade de sair às ruas e protestar contra Ben Ali. Mas ainda assim ela não seria a causa principal.

Matias Spektor partilha da opinião que o efeito wikileaks será modesto. Ele acredita que o impacto da wikileaks foi amplamente exagerado uma vez que os dados vazados não mostram novidades substanciais para os observadores mais atentos. E Particularmente esclarecedor foram as declarações do secretário da defesa Robert Gates:

Os governos do mundo lidam com os Estados Unidos porque é de seu interesse, não porque gostam de nós, confiam em nós ou porque acreditam que podemos guardar segredos... Eles continuarão trabalhando connosco. Nós continuaremos compartilhando informações sensíveis. Isto é embaraçoso? Sim. Isto é constrangedor? Sim. Quais são as consequências para a política externa americana? Acho que bastante modestas⁸¹.

O chefe do pentágono reconhecia deste modo que embora haver mal-estar por parte de alguns governos, as relações entre Washington e seus parceiros não estavam em causa.

⁷⁹ ABRAMS, Elliott – Dictators, Democracy, and Wikileaks. *Wall Street Journal*. 2010.

⁸⁰ OLIVEIRA, Daniela S. G. – Ob. Cit. p. 71

⁸¹ GATES, Robert citado por SKEPTOR, Mathias – Wikileaks nas Relações Internacionais. *Política Externa*. 2011, p. 21.

Mas ela teve inegavelmente um impacto na política internacional uma vez que os governos tornaram-se mais fechados no que diz respeito a partilha de informações, pelo menos no curto prazo. Steven Aftergood, encarregado de supervisionar o material para a Federação de Cientistas Americanos admitiu que depois da wikileaks «o governo tomou novas medidas na restrição do acesso a material classificado e na identificação e auditoria eletrónica que vai tornar muito mais difícil a fuga de informação bem como mais fácil a punição aos responsáveis por essas fugas»⁸², contrariando em princípio a expectativa de que o pós-wikileaks promoveria maior abertura e transparência por parte dos governos.

Quem assim o diz é também Judah Grunstein, que reconhece um lado positivo na divulgação dos telegramas que mostra «os esforços dos diplomatas americanos em manterem Washington bem informado mas, por outro lado, este vazamento poderá dificultar doravante o trabalho dos diplomatas»⁸³.

Relativamente aos Estados Unidos, ela abalou de certeza com o seu soft power devido as reações do governo americano que mostraram que este age com dois pesos e duas medidas no tratamento de questões como os Direitos Humanos, o Direito Internacional e a liberdade de expressão e informação. Meses antes do vazamento, a secretária de Estado Hillary Clinton defendia a liberdade na internet mas depois lançou-se numa campanha contra a wikileaks colocando desta forma em causa os princípios defendidos por aquela nação.

Finalmente, podemos dizer que,

O wikileaks se beneficiou, de facto, da difusão do poder com o advento da livre informação para se projetar no cenário político internacional, vazando documentos sigilosos e espalhando informação para a sociedade como um todo, criando assim, uma nova noção de poder da informação⁸⁴.

⁸² OLIVEIRA, Daniela S. G. – Ob. Cit. p. 55.

⁸³ GRUNSTEIN, Judah – Wikileaks, Diplomacy vs. Policy. *World Politics Review*. 2010.

⁸⁴ OLIVEIRA, Daniela S. G. citado por TELES, Asaph Correa – Ob. Cit. p. 395.

CAPITULO II – A PRIMAVERA ÁRABE E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A primavera Árabe “começou” em Dezembro de 2010 na Tunísia com a autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi a 17 de Dezembro, em Sidi Bou Zid, uma cidade no centro da Tunísia como protesto contra a forma como as autoridades locais o trataram na sequência da apreensão da sua banca de venda de frutas e legumes, supostamente porque não possuía a licença camarária apropriada.

A partir daí houve protestos populares em vários países do norte de África e do Golfo Pérsico que acabaram por derrubar o regime tunisino de Ben Ali, o egípcio de Hosni Mubarak, o líbio do coronel Kadhafi, que através da resolução nº 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 17 de Março de 2011, estabeleceu uma zona de exclusão aérea e a consequente intervenção militar da NATO, liderados pelos Estados Unidos em apoio a rebelião, uma guerra civil na Síria, produziu reformas no Marrocos e na Argélia e fez eco em outros países não árabes como o Burkina Faso, Gabão, Sudão e particularmente também em Angola como iremos demonstrar no próximo capítulo.

No Egipto e na Tunísia, os presidentes foram afastados de forma “pacífica” do poder com as redes sociais (entre elas o Twitter e o Facebook) a jogarem um papel fundamental na aceleração, mobilização, organização e difusão da informação quer no interior dos países e da região, como fora dela. Não devemos esquecer também a contribuição da mídia tradicional – e neste caso a rede de televisão do Qatar Al Jazeera – que foi fundamental para amplificar a voz dos manifestantes. É precisamente pelo papel desempenhado por estes meios e pela dimensão que o fenómeno “primavera árabe” atingiu que escolhemos o tema dada as repercussões que teve nas relações internacionais, e como a informação tornou-se hoje, a semelhança do poder militar e económico, um recurso fundamental para o poder tal como teorizou Nye.

O que nos propusemos neste capítulo é compreendermos as razões que estiveram na base das revoluções no mundo árabe, como foi possível uma revolução começar na Tunísia e espalhar-se rapidamente por toda região do norte de África e nos países do golfo Pérsico, e como a nova mídia baseada na internet contribuiu para sua difusão e para o derrube dos regimes autocratas da região sem recurso a violência, explorando apenas os novos recursos trazidos pela nova era da informação.

2.1. As origens e causas da primavera no norte de África

Muitos autores concordam que as causas da primavera árabe são os problemas estruturais vividos na região. Apesar dos protestos terem começado em massa somente a partir de Dezembro de 2010, quando o jovem tunisino autoimolou-se em protesto contra as autoridades do seu país pela falta de oportunidades e pela corrupção e violência policial, o ato em si desencadeou a série de revoltas mas não foi a sua causa, assim também como o assassinato de Francisco Ferdinand em 1914 não foi a causa da Primeira Guerra mundial, ainda que ela tenha sido o lume colocado no barril de pólvora. Contudo, a maioria dos autores aponta os fatores políticos, económicos e sociais como as verdadeiras causas.

As questões económicas tiveram um papel fundamental na origem das manifestações, sobretudo o desemprego e o subemprego. Esta situação teve origem com a crise da dívida que emergiu no mundo em desenvolvimento, no rescaldo do choque global do preço do petróleo nos anos 1970 e as políticas de desenvolvimento económico assente em princípios neoliberais, que melhoraram relativamente os indicadores macroeconómicos e os balanços financeiros externos mas produziu um efeito diferente no âmbito microeconómico. «Os modelos económicos, que exigem profundas reformas e reestruturações, tem sido impostas à região desde há décadas mas não tiveram grande efeito no cenário microeconómico».⁸⁵

Associado a este fator foi a alta global dos preços e da energia verificadas na segunda metade de 2010, que teve um efeito imediato na escalada dos preços na região com um impacto direto na vida das populações, mas, segundo George Joffé, ela não foi a causa principal. «Foram o desprezo e a repressão com que os regimes tratavam os seus cidadãos e o impedimento destes de participarem na gestão da coisa pública as razões principais»⁸⁶. Nos países árabes em que se deram as revoltas, o IDH era alto na Arábia Saudita, Bahrein, Líbia, e médio nos restantes países, como mostra o relatório do CEEA. Então, ainda que as razões económicas tivessem um papel fundamental, elas não teriam sido a causa principal.

Politicamente, a situação foi se degradando há décadas criando condições propícias para uma revolta popular. Quer na Tunísia como no Egipto, os manifestantes exigiam a queda dos regimes. Em Marrocos e na Argélia exigia-se maior abertura política. O

⁸⁵ JOFFÉ, George – A primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectiva. 2011, p. 88

⁸⁶ Idem.

relatório especial do CEEA indicava que os problemas que motivaram a ira pública no norte de África são razões conhecidas – restrições das liberdades civis, corrupção, aumento das disparidades na distribuição da riqueza, impunidade política e eleições fraudulentas. Santoro diz ainda que,

O autoritarismo é um ponto essencial das revoltas, por várias razões. Primeiro, há a brutalidade dos ditadores, a violência policial e a tortura, e não só por disputas políticas. No Egipto, o assassinato de um rapaz de Alexandria pela polícia, em uma discussão banal por causa de uma carteira de identidade foi um catalisador das manifestações: “somos todos Khaled Said”, diziam os cartazes, em movimento semelhante ao da Tunísia, onde um jovem virou símbolo dos descontentamentos da nação.⁸⁷

Assim, a falta de liberdade e a asfixia política destes regimes sobre os seus cidadãos, são apontados como as razões principais. De acordo com Ilhelm Allagui e corroborando com os pontos anteriores, vários fatores conjugados simultaneamente estiveram na base das revoltas. São as deploráveis condições económicas, privações políticas, corrupção e repressão sociais omnipresentes entre a maioria dos países árabes os fatores motivadores.

Se é verdade que os países do mundo árabe partilham problemas comuns, uma religião e língua comum, seria errado no entanto supor que a região constitui um bloco homogêneo, ignorando-se as diferenças existentes entre eles. Devemos ainda realçar que o aparecimento de elementos comuns durante as revoltas, pode criar a falsa ideia de um fenómeno monolítico, o que de facto não o é. É certo que não faltaram tais elementos que são comuns nos diferentes casos. Por exemplo,

As demonstrações são largamente conduzidas por cidadãos jovens, usam telefones celulares e redes sociais para contornar o controlo estatal. Não há lideranças visíveis nesses movimentos. Usam os mesmos slogans e táticas tal como os cidadãos árabes em outros países, aprendem do sucesso dos movimentos revolucionários de outros países árabes.⁸⁸

É importante também realçar que a democracia estava longe de ser um facto na região. De acordo com Fareed Zakaria, editor do *Newsweek International*, «dos 22 membros da

⁸⁷ SANTORO, Maurício – As revoltas Árabes e a democratização do Magreb e do Oriente Médio. 2011, p.117

⁸⁸ ROGAN, Eugene – Regional Overview. 2011, p. 4

Liga Árabe, nenhuma é uma democracia eleitoral, enquanto 63 por cento de todos os países do mundo são».⁸⁹

Apesar dessas semelhanças e de muitos países da região terem um regime autocrata, eles possuíam diferenças notáveis e que vale a pena referenciar.

Na Tunísia por exemplo, existiam organizações da sociedade civil que, embora com sérias limitações, desempenhavam um papel relativamente importante na luta pelos direitos humanos e pelos direitos cívicos. Ela já conseguia manter um foco de oposição ao regime, freando o poder e limitando o abuso e a violação dos direitos humanos e teve igualmente um papel central nas revoltas. Entre essas organizações destacamos «o Movimento Sindicalista, a UGTT, a Ligue Tunisienne des Droits de l'Homme (LTDH), O Comité National des Libertés en Tunisie (CNLT), que eram semi-independentes ou que desempenhavam um papel semiclandestino»⁹⁰.

Desde 1890, a Tunísia já tinha uma Constituição que legitimava as organizações acima mencionadas e refreavam o poder do regime impedindo-o de ser tão repressivo e havia igualmente uma tradição de partidos políticos. É importante notar igualmente que o regime marginalizava o exército, reduzindo a sua ameaça e tornando-o geralmente apartidário. «Desde Bourguiba (1957-1987), os militares foram afastados de forma a não tomarem lugar nos assuntos políticos e juntarem-se ao partido governante. Eram mais profissionalizados»⁹¹.

Quando os protestos começaram, o exército recusou-se sair as ruas e reprimir os manifestantes. A Tunísia era um dos países mais abertos da região e possuía condições favoráveis que permitiriam os manifestantes saírem as ruas e exigirem a demissão do seu presidente sem serem rapidamente esmagados.

No Egipto, a situação era relativamente semelhante. O regime de Mubarak tolerava um certo grau de pluralismo político e de liberdade dos meios de comunicação, com maior controlo do exército e ameaças constantes de fragmentação da sociedade civil. Mubarak, de acordo com Leila Bijos e Patrícia da Silva, «era um ditador diferente de Kadhafi. O seu regime não era tão repressivo e a sua manutenção no poder sempre dependeu do apoio do exército e da Polícia Secreta bem como do clientelismo como

⁸⁹ ZAKARIA, Fareed – Islam, democracy, and constitutional liberalism. *Political Science Quarterly* 2006, p. 7

⁹⁰ JOFFÉ, George – Ob. Cit. p.101

⁹¹ BARANY, Zoltan – The role of the military. *Journal of Democracy*. 2011, p. 31

forma de gratificar a lealdade dos seus súbditos»⁹². Existiam organizações – como a Irmandade Muçulmana – que até então exercia um papel semiclandestino, face as perseguições do regime e restrições das liberdades civis e políticas.

Deve-se dar destaque também ao prémio nobel da paz, Mohamed AlBaradei, que desde Abril de 2008 formavam uma “sociedade secreta” com os membros da ala jovem juntamente com a irmandade muçulmana e o grupo ativista 6 de Abril, com o objetivo precípuo de fomentar protestos no Egipto e promover mudanças políticas. Foram na verdade estes grupos que estavam em 2011 na organização dos protestos que conduziu a queda de Hosni Mubarak.

Precisamos destacar ainda que quer na Tunísia como no Egipto, os movimentos sociais não haviam partido do nada. O descontentamento já existia como resultado da situação económica e social. «Em 2008 por exemplo, quer na Tunísia como no Egipto, os movimentos sociais adquiriram maior importância na bacia mineira de Gofsa-Redeyef em Túnis, e no Egipto nas manifestações e greves nas fábricas do setor têxtil de Mahada el Kobra»⁹³. Apesar dos dois regimes políticos serem autocratas, já se podiam notar alguns sinais de abertura e de desintegração do próprio sistema que aos bocados foi sendo contestada pelas classes trabalhadoras e mais instruídas.

Justamente por darem esses sinais de relativa abertura, Tunísia e Egipto são consideradas autocracias liberalizadas, ao contrário da Líbia de Muammar Kadhafí que não dava espaço para a emergência de uma sociedade civil e de partidos políticos da oposição, tendo as instituições um papel meramente formal, por isso mesmo considerada uma autocracia total. Nuno Rogeiro, citando uma jovem líbia de nome Fátima, apresenta um país totalmente fechado a qualquer tentativa de autonomização de organizações que pudessem refrear o peso do poder. Segundo ela, houve gerações que «só puderam escolher entre o silêncio, a morte, a prisão, a tortura, o exílio, o suicídio ou a colaboração».⁹⁴ Ou como vai dizer Lisa Anderson, «a Líbia sobre Kadhafí tinha nascido traços do fascismo italiano que governou o país nos dias coloniais: extravagância, dogmatismo e brutalidade».⁹⁵

⁹² BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida – Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egipto. 2013, p. 58-71

⁹³ THIEUX, Laurence – La Primavera Árabe y la sociedad civil. 2011, p. 19

⁹⁴ ROGEIRO, Nuno – Na rua árabe: causas e consequências das revoltas no Médio Oriente. 2011. P. 137

⁹⁵ ANDERSON, Lisa – Demystifying the Arab Spring: parsing the differences between Tunisia, Egypt, and Libya. *Foreign Affairs*. 2011

Desde 1951 que a Líbia não tinha uma constituição e o “parlamento” era igualmente simbólico, não representando efetivamente um poder legislativo independente do executivo. Estas características definem melhor o regime de Kadhafí que procurava a qualquer custo silenciar toda tentativa de oposição ao poder instaurado garantindo desta forma a continuidade do seu status quo. Isto em parte explica por que razão a situação na Líbia assumiu contornos muito diferentes em relação a Tunísia e ao Egipto.

Um outro fator que levamos em conta para compreendermos as causas da revolta é a emergência de uma classe média bastante jovem e o papel desempenhado pelas redes sociais como o Twitter e o Facebook. No Egipto por exemplo, as taxas de desemprego eram alarmantes. Cerca de 90% dos desempregados em todo país eram jovens na faixa etária dos 15 a 30 anos. Mas «os jovens da atualidade são mais instruídos, comparados aos seus pais, no entanto, apesar de terem boa educação, pertencem à geração mais frustrada, anestesiada e oprimida pelo regime de Mubarak há cerca de trinta anos»⁹⁶

Nuno Rogeiro caminha no mesmo diapasão. Ele afirma que «há uma nova geração de diplomados, técnicos, estudantes, formados no Ocidente ou em outros modelos com menos patologias políticas...que regressam às sociedades do Médio Oriente com menor ou nenhuma tolerância pelas práticas corruptas...».⁹⁷ No fundo é o reconhecimento da emergência de uma classe média, constituída maioritariamente por jovens com formação superior – e muitos deles estudaram em países europeus ou nos Estados Unidos como foi dito acima – que já não se identificavam com os regimes políticos dos seus países e serão estes os principais motores das revoltas.

Mas o protagonismo e ativismo desses jovens teria sido mais difícil sem as novas tecnologias de informação que não foram as causas da revolta mas os aceleradores. Muitos autores estão igualmente de acordo que sem Twitter e Facebook haveria revolução mas teria sido mais complicada. De facto, como iremos demonstrar nos pontos seguintes deste trabalho, as novas tecnologias de informação e comunicação jogaram um papel central ao reduzir o controlo dos governos e permitiram a organização e difusão da informação entre os manifestantes e, entre estes e o mundo exterior.

Graças a extensão das novas tecnologias e as redes sociais, foram capazes de superar o controlo que os regimes ditatoriais exerciam sobre os meios de

⁹⁶ BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida – Ob. Cit. P. 64

⁹⁷ ROGEIRO, Nuno – Ob. Cit. 128

comunicação clássicos, para lograr uma capacidade de difusão e mobilização sem precedente, chaves sem dúvida para o êxito das sublevações tunisina e egípcia.⁹⁸

2.2. A influência de factores externos nas revoltas

Os fatores externos também marcaram presença durante as manifestações. Devemos realçar que, se por um lado os governos do norte de África e do golfo acusaram a presença de elementos externos, por outro lado houve uma real intervenção de forças externas na Líbia, Síria e Bahrein. Na opinião de Zvi Magen, «cada uma das potências luta para manter e promover os seus próprios interesses. Se no início os fatores internos foram as chaves da revolta, o mesmo já não se pode dizer de todo desenrolar»⁹⁹ particularmente nos países acima mencionados.

Inicialmente foram apenas acusações. Quando as manifestações irromperam na Tunísia, o Coronel Kadhafi acusava a wikileaks de desencadear uma conspiração contra a ordem na Tunísia. Suspeitando que a CIA estivesse por detrás do vazamento, ele havia advertido aos seus ouvintes sobre «os projetos obscuros do wikileaks, que publica informação escrita por embaixadores mentirosos, a fim de criar o caos»¹⁰⁰.

Nuno Rogeiro descreve igualmente o sentimento dos regimes que estavam sob pressão dos manifestantes e acusavam a interferência de forças externas: «Na Síria, o bode expiatório foi Israel. Na Líbia, foi a Al Qaeda. No Bahrein, foram “elementos estrangeiros”, com uma alusão velada ao Irão. No Egipto, falou-se, nos círculos de Mubarak, numa conspiração de círculos extremistas internacionais»¹⁰¹.

Entre ser e não-ser, havia de facto uma certa euforia em alguns países como o Irão, que saudavam por um lado os manifestantes e a queda de regimes pró-ocidentais, e por outro, davam apoio moral a maioria xiita no Bahrein.

As evidências sobre as influências externas foi notória mas acreditamos que estas só surgiram depois que as populações locais irromperam em protestos contra os seus governos. A NATO invadiu a Líbia depois que o Conselho de Segurança das Nações

⁹⁸ THIEUX, Laurence – Ob. Cit. p. 19-20

⁹⁹ MAGEN, Zvi – Russia faces the results of the Arab Spring. One year of the Arab Spring: Global and Regional implications. 2012, P. 29-31

¹⁰⁰ MACKAY, Robert – Qaddafi sees Wikileaks plot in Tunisia. *The New York Times*. 2011.

¹⁰¹ ROGEIRO, Nuno. Ob. Cit. p. 186.

Unidas aprovou uma resolução que impunha uma zona de exclusão aérea, impedindo a força aérea líbia levantar qualquer voo e bombardear os insurgentes. Na Síria, os governos ocidentais e do golfo apoiaram abertamente os rebeldes, enquanto a Rússia continuava a vender armas ao regime sírio e no Conselho de Segurança, ela e a China vetavam qualquer resolução contra o país, impedindo uma intervenção semelhante ao da Líbia.

O último caso foi o Bahrein, onde a repressão brutal contra os manifestantes contou com apoio internacional.

A Arábia Saudita, através do Conselho de Cooperação do Golfo e da operação «Escudo Peninsular», enviou carros de combate e veículos blindados de combate de infantaria e um total de mil homens, sob o argumento de que era preciso restaurar a ordem, a paz e a segurança internacional no Bahrein. No fim de Março, o monarca do Bahrein anunciou um período de emergência de três meses, o pedido de auxílio à Arábia Saudita, aos EAU, ao Qatar e a outras potências aliadas, o desmantelamento de uma «conspiração estrangeira» e o seu governo expulsou o embaixador do Irão.¹⁰²

2.3. Difusão e cruzamento de fronteiras pelo mundo árabe

A queda de Ben Ali na Tunísia é um ponto de viragem. Seguiram-se a ela vários protestos em diferentes países do norte de África e do Golfo: no Egipto, Argélia, Líbia e Marrocos, na Arábia Saudita, no Iêmen, no Bahrein, na Síria, no Kuwait, na Jordânia, no Líbano, etc.

Existe alguma razão para acreditarmos que as revoltas na Tunísia tiveram um efeito dominó na região do Magreb e fora dela? E se tiveram, em que medida elas influenciaram outros movimentos de protestos dentro e fora da região?

Uma resposta possível a primeira questão deve-se buscar nas causas que foram atrás enumeradas. De facto, os países da região – especialmente nos países em que ocorreram os grandes protestos – eram governados por regimes autocratas, altamente corruptos e repressivos. Os governos do mundo árabe agiam como se fossem autênticas dinastias, criaram no interior dos seus países impérios comerciais. Na Tunísia, a família de Ben

¹⁰² Ibidem, p. 187

Ali e de sua esposa eram praticamente donos ou acionistas de maior parte dos negócios assim também como as altas chefias do governo e serviços de segurança.

No Egito e na Síria a situação não era muito diferente. «As empresas eram propriedades dos militares (no caso do Egito) ou do partido Ba'ath na Síria. As redes pessoais e tribais também fizeram fortunas por serem próximos as famílias de ditadores como Hosni Mubarak, Kadhafi ou Ben Ali»¹⁰³. Estes governos careciam de legitimidade e havia tendência de sucessão de pai para filho. Aconteceu na Síria com o presidente Bashar Al Assad, e havia igualmente esta tendência no Egito e na Líbia onde os filhos dos ditadores eram vistos como sucessores dos pais. Ben Ali não tinha ainda um sucessor a vista. Quando as revoltas começaram na Tunísia e depois no Egito, os ditadores receavam um efeito contágio que de facto aconteceu.

Outro aspeto que deve ser destacado é a longevidade destes regimes. Quer no Egito, na Líbia ou no Iêmen, os presidentes estavam há mais de 30 anos no poder com exceção a Ben Ali na Tunísia que estava há 23 anos. Esses governos de acordo com Nuno Rogeiro, estavam caduco, não conseguiam inovar e na maior parte das vezes traíram a causa que os conduziu ao poder. Na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, os presidentes foram depostos depois de várias semanas de protestos.

O aspeto que parece ser mais relevante para nos apoiarmos na teoria do dominó, é a cronologia dos acontecimentos, as populações que saíram as ruas e o uso massivo das redes sociais. Na Tunísia os protestos começaram em de Dezembro de 2010, na Argélia a 28 de Dezembro do mesmo ano, na Líbia a 13 de Janeiro de 2011, Jordânia a 14 de Janeiro, Mauritânia a 17 de Janeiro, Omã a 17 de Janeiro, Iêmen a 18 de Janeiro, Arábia Saudita a 21 de Janeiro, Líbano a 24 de Janeiro, Egito a 25 de Janeiro, Síria a 26 de Janeiro, Marrocos a 30 de Janeiro. Em Fevereiro, no Iraque, Djibuti, Bahrein e Kuwait, os manifestantes também saíram as ruas.

A proximidade dos acontecimentos sugere que houve um efeito contágio na região e muitos líderes tiveram igualmente esta percepção. Esta constatação é apoiada no facto de muitos governantes da região anunciarem reformas e mudanças de governo neste período. Em Marrocos, apesar dos distúrbios, o rei Mohamed respondeu rápida e eficazmente os manifestantes reforçando o poder do primeiro-ministro. Na Argélia o

¹⁰³ SANTORO, Maurício – Ob. Cit. 118

presidente Bouteflika ordenou a redução dos impostos sobre as importações e o levantamento do estado de emergência que vigorava desde 1991.

Mas há autores que mostram um relativo ceticismo sobre um possível efeito dominó. George Joffé por exemplo afirma que, «devido ao poder e à universalização da televisão por satélite, a população líbia estava a par dos acontecimentos na Tunísia e no Egito mas não é muito claro se aqueles factos tiveram ou não um “efeito dominó” dentro da própria Líbia».¹⁰⁴

Esta posição é rebatida pelo relatório especial do CEEA que mostra uma realidade oposta. O documento indica que, a queda dos regimes de Ben Ali e Hosni Mubarak, serviram de inspiração e apoio moral, levando cidadãos de vários países a acreditar que era possível derrubar os seus governos sem recurso a força mas através de protestos massivos e pacíficos. Santoro corrobora com esta opinião e acrescenta que,

A derrubada do ditador da Tunísia, em Janeiro de 2011, quando o exército recusou a reprimir os grandes protestos, teve impacto avassalador no Norte da África e no Oriente Médio, por seu efeito demonstrativo. Mostrou que uma população bem organizada e com coragem para desafiar as autoridades poderiam destruir um regime autoritário nessas regiões, a exemplo do que havia ocorrido na Europa Oriental e na América Latina.¹⁰⁵

É importante também destacar que fora da região e no mesmo período, ocorreram manifestações em outros Estados africanos e faziam referência a primavera árabe. Na Mauritânia ocorreram protestos nos meses de Fevereiro, Março e Junho; no Burkina Faso ocorreram em Abril e Junho; no Gabão em Janeiro, e no Uganda em Setembro. Ocorrerem Manifestações igualmente na Nigéria, Malawi e no Senegal. Em Angola os protestos começaram em princípios de 2011 isto é, a partir de 7 de Março, e o principal visado era o presidente da república, José Eduardo dos Santos, que na época estava a mais de 32 anos no poder. Como iremos demonstrar mais a frente no trabalho, o movimento de jovens revolucionários inspirou-se também na primavera árabe.

Por agora, vamos descrever a ordem em que se seguiram os protestos e os principais acontecimentos fora da região do Magreb:

¹⁰⁴ JOFFÉ, George – Ob. Cit. p. 105

¹⁰⁵ SANTORO, Maurício – Ob. Cit. p. 116

Mauritânia: Yakoub Ould Khatry imolou-se pelo fogo junto aos portões do palácio presidencial pouco depois da queda do Presidente Tunisino Zine El Abidine Ben Ali...

Burkina Faso: Entre Abril e Junho eclodiu uma série de protestos com slogans como “a Tunísia em Kougaudou” e o “Burkina terá o seu Egipto”.

Gabão: Em Janeiro, a polícia dispersou protestos em Libreville nos quais os manifestantes carregavam cartazes que diziam “Na Tunísia, Ben Ali saiu. No Gabão, fora com [o presidente] Ali Ben”.

Uganda: Durante as eleições nacionais em Fevereiro de 2011 a Comissão de Comunicação Ugandesa deu ordem aos operadores móveis para interceptarem e bloquearem as mensagens SMS contendo as seguintes palavras “Egipto”, “Tunísia”, “Mubarak”, “Ditador”, “Ben Ali” e “Poder do Povo”.

Malawi: Durante uma greve nacional em Setembro de 2011, um dos principais activistas da sociedade civil disse aos jornalistas: “A Primavera Árabe foi uma grande inspiração para nós”.¹⁰⁶

Reconhecemos por um lado que é difícil dizer-se em que grau a revolta na Tunísia teve efeitos noutros Estados da região e da região, para fora dela mas, por outro lado e diante dos casos aqui apresentados, não podemos negar que ela teve de facto influência nos protestos que se seguiram. O seu efeito foi fundamentalmente de motivação e inspiração, fazendo os outros povos acreditarem que, se foi possível regimes tão longos e que pareciam tão sólidos caírem em poucas semanas, seria igualmente possível derrubar os regimes dos seus países usando os mesmos recursos. Por outro lado, a repressão e os bloqueios a que os manifestantes ficaram sujeitos mostravam igualmente o medo que os governos tinham dos seus cidadãos e no caso do Uganda, do poder da informação.

2.4. O papel da internet na difusão da primavera árabe: o twitter e o facebook

Durante os protestos, o twitter e o facebook foram amplamente utilizadas pelos manifestantes para informarem aos países ocidentais e não só, a respeito do que estava acontecer realmente no mundo Árabe. Isso porque a cobertura da imprensa internacional

¹⁰⁶ CENTRO DE ESTUDO ESTRATÉGICO DE ÁFRICA – África e a Primavera Árabe: uma nova era de expectativas democráticas. Washington, D.C: CEEA, 2011. p. 9

tornou-se impossível em alguns locais onde estes protestos decorriam e a mídia pública local é controlada pelo governo. Jornalistas profissionais também fizeram uso dessas ferramentas para narrar o que estava acontecendo. «Mona Eltahawy, uma jornalista egípcia, narrava a partir de sua conta no twitter o que estava de facto a acontecer no Egipto»¹⁰⁷.

Analisando o papel dos novos média durante os protestos, Manrique e Mikail fizeram a seguinte observação:

Para muitos jovens cidadãos egípcios, Internet se converteu em um meio para descarregar as suas frustrações face a situação política e económica e contactar outras pessoas que também estavam descontentes... As notícias sobre a revolução na Tunísia se estenderam pela rede, convertendo-se em uma motivação, junto com outras formas de influência menos directas, como vídeos de música hip-hop, ridicularizando os regimes autoritários. Todos eles contribuíram para criar um sentimento de comunidade entre os ciberativistas no Cairo, por todo mundo árabe e com a diáspora no Ocidente.¹⁰⁸

No entanto, muitos especialistas divergem sobre o papel que as redes sociais desempenharam nos protestos: saber se elas tiveram de facto uma papel primário ou secundário na mobilização e organização dos protestos, ou se elas apenas informavam o público local e internacional. Outros ainda recusam-se em atribuir nas redes sociais um valor demasiado exagerado. Os números da região poderão nos ajudar a compreender melhor a utilidade que as redes sociais tiveram durante os protestos.

De acordo com o relatório da *Dubai School of Government*, durante o período dos protestos, houve crescimento no número de usuários do facebook em todos países do mundo árabe com exceção da Líbia. Destacam-se o Egipto e o Iêmen com 29% e 47% respetivamente. Na Tunísia o crescimento foi de 17%. No período de 1 de Janeiro a 30 de Março de 2011, houve igualmente aumento na taxa de crescimento de usuários do twitter. O número de vezes twittado foi de 22,750,000 o que equivale a 252,000 twitts

¹⁰⁷ BORGES, Thassio – Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe. *Operamundi*, 2012

¹⁰⁸ MANRIQUE, Manuel; MIKAIL, Barah – El papel de los nuevos medios y las tecnologías de la comunicación en las transiciones árabes. *Policy Brief*. 2011, p. 1- 6

por dia, ou 175 twitts por minuto.¹⁰⁹ Os países com maiores indicadores de aumento foram o Egípto, a Tunísia, o Bahrein e a Arábia Saudita.

Durante ainda este período, «os hashtags que estiveram em destaque no número de menções foram #egipto, #janeiro 25, #libia, #bahrein, #protestos»¹¹⁰.

Inquiridos sobre como obtinham as informações durante os protestos, a maioria dos egípcios e tunisinos afirmavam que faziam-no através das redes sociais: facebook, twitter e outros blogues atingindo uma cifra acima dos 84% a 90%. A rádio, jornal e televisão privadas vinham em segundo lugar. Só 36% na Tunísia e 40% no Egípto é que admitiram terem obtido a informação através dos órgãos de informação estatal. A organização dos movimentos civis, a difusão da informação e a organização de ativistas e suas ações também contou com a contribuição das redes sociais, estando na ordem dos 30%.¹¹¹

O relatório da *Dubai School of Government* concluiu que, para muitos manifestantes, as redes sociais não foram os elementos mais importantes na participação aos protestos. Diferentemente, os organizadores dos protestos e ativistas mobilizaram-se através das redes e outras plataformas. Quem assim o diz é a blogueira e ativista egípcia Gigi Ibrahim.

Segundo ela, os protestos não teriam começado sem os movimentos sociais e sem as redes que começaram a atuar a partir de 2005 contra as desigualdades económicas e sociais, e em demanda de salários dignos. Mas foi em 2011 que a situação ganhou novo rumo após a revolução na Tunísia. Foram convocados diferentes movimentos para protestos... durante dias foram discutidos a hora e o lugar das demandas. «Alguém propôs que se organizasse várias marchas desde diferentes bairros da cidade e que todos confluíssem em um ponto, e votou-se a favor. Alguém propôs que esse ponto fosse Tahrir, assim se acordou e assim difundiu-se a mensagem pela rede»¹¹².

Jovens como ela concordam que as redes sociais tiveram um papel importante na organização e na difusão da mensagem principalmente entre os organizadores dos protestos e os ativistas, mas para a maior parte dos manifestantes não. Muitos tunisinos

¹⁰⁹ DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT – Civil movements: The impact of Facebook and Twitter. Arab Social Media Report. 2011

¹¹⁰ Ibidem. P. 21

¹¹¹ Idem.

¹¹² RODRÍGUEZ, Olga – Así hicimos la revolución. *Solidaridad Internacional*. 2011, p. 9-11

e egípcios nem sequer tiveram acesso a internet. Foram se juntando à medida que as marchas continuavam.

Sean Aday e outros autores concordam que a nova mídia teve mais o lado informativo. Eles argumentam que o seu principal papel foi o de informar o público internacional ou a mídia de comunicação, em vez de um papel direto na organização e mobilização dos protestos. Também existem fortes evidências – continuam – para apoiar a demonstração e difusão de efeitos regionais, como as ideias e quadros narrativos se espalham através de redes sociais árabes além fronteira. Outra contribuição da nova mídia é que ela teria servido de ponte entre os ativistas e públicos de massa, dos conteúdos auto gerados pelo usuário à mídia principal e, de lutas locais a atenção internacional.¹¹³

Dado o crescimento acelerado que se verificou neste período e o papel que a internet estava desempenhando, os governos da região rapidamente perceberam como as redes sociais tornaram-se numa ameaça para o controlo da informação e, conseqüentemente do poder. Mubarak e Ben Ali ordenaram que se cortasse o sinal da internet em demonstração do medo que tinham de perder o controlo da situação. Só que

Quando na Tunísia, por exemplo, o governo tentou bloquear as páginas do facebook, restringindo a distribuição de vídeos e fotos e bloqueando os sites dos meios de comunicação estrangeiros que cobriam os eventos, Anonymous e hacktivistas atacaram os sites do governo e desde pontos de fax permitiram a difusão das informações apesar da censura do governo.¹¹⁴

Na Líbia, Síria e Bahrein, os governos também tentaram mas sem sucesso, o fecho da internet, impediram a entrada de jornalistas estrangeiros para fazer a cobertura dos acontecimentos locais. Novos canais alternativos para as notícias foram abertos por residentes transfronteiriços próximos (no Egipto, Tunísia e no Líbano) através do estabelecimento da comunicação via satélite ou por telemóvel.

No Egipto, quando Mubarak ordenou aos provedores de internet desligar o país, usuários de todo o mundo ajudaram os egípcios a pularem a desconexão e o twitter se aliou ao Google para criar um sistema que lhes permitisse twittar mediante uma chamada telefónica local.¹¹⁵

¹¹³ UNITED STATE INSTITUTE OF PEACE – New media and conflict after the Arab Spring. 2012, p. 5

¹¹⁴ ALLAGUI, Ilhem; KUEBLER, Johanne – The Arab Spring and the Role of ICTs: Editorial Introduction. *International Journal of Communication* 5. 2011, p. 1436

¹¹⁵ RODRÍGUEZ, Olga – Ob. Cit. p. 9-11

Os grupos da diáspora estavam a exercer um papel fundamental na comunicação e divulgação da informação e permitiram escapar o controlo imposto pelos regimes numa tentativa frustrada para conter a disseminação da informação pelo exterior. Já em 2009, aquando dos protestos no Irã, ativistas iranianos sediados na Alemanha também criavam redes alternativas e complementar aos que iam sendo fechadas no solo iraniano. O mesmo voltava a acontecer com a primavera árabe. Nuno Rogeiro constata que,

...Em todos os países onde grassa a revolta tem havido participação das redes sociais locais manejadas pela diáspora. Os emigrantes e exilados tiveram um papel importante no caso tunisino, líbio, argelino, e também marroquino, com foros de discussão em todas as comunidades magrebina e norte-africanas da Europa.¹¹⁶

Devemos destacar também que devido as dificuldades de acesso nos locais aonde as manifestações decorriam (Egipto e Tunísia) e onde resultaram os conflitos armados (Síria e Líbia), a internet e o jornalismo cidadão foram cruciais para se tomar conhecimento da situação real da região por parte da comunidade internacional.

Jornalistas pela grande mídia, Al Jazeera ou os jornais e televisão norte-americanos, basearam-se fortemente nas novas mídias. No caso da Líbia e da Síria, quase todos vídeos usados no ar vieram de usuários, seja enviado para as estações ou upload para sites de partilhação social.¹¹⁷

Houve sim uma grande cumplicidade entre a nova mídia e a mídia tradicional. Como ficou provada na primavera, o maior volume de informações que eram lançadas no ar pelas maiores cadeias de televisão planetária foram “apanhados” através de gravações postadas no youtube. Em muitos casos, as emissoras se viravam para os vídeos online de “jornalistas cidadãos” ao invés dos seus correspondentes locais. De igual modo, sem a intervenção das grandes cadeias de televisão, estes movimentos de protestos dificilmente teriam o impacto que tiveram na opinião pública a nível mundial.

Concordamos que a internet e as redes sociais não foram as causas da revolta. Que a situação política e social nestes países já havia criado um ambiente propício para as revoltas mesmo sem o uso das redes sociais. Mas, por outro lado, devemos também reconhecer que sem elas, a vida dos manifestantes, a organização e mobilização dos ativistas, o reconhecimento internacional, bem como a queda dos regimes teria sido

¹¹⁶ ROGEIRO, Nuno – Ob. Cit. p. 159

¹¹⁷ UNITED STATE INSTITUTE OF PEACE – Ob. Cit. p. 9

muito mais difícil. Como notou Manuel Castells «...a possibilidade de rebelar-se sem ser esmagado de imediato dependeu da densidade e rapidez da mobilização e isto relaciona-se com a capacidade criada pelas tecnologias de “auto-comunicação de massa”». ¹¹⁸

Ao fazerem o uso destas ferramentas, os manifestantes conseguiram via twitter, facebook, youtube e outros, expandir a revolução e mostrar as imagens que a mídia tradicional local não poderia fazer. Ao fazerem isto, os manifestantes impediram os governos locais manipular as informações e colocaram em causa a credibilidade e legitimidade desses regimes.

Reconhecendo o alcance e os limites das novas tecnologias, Manuel Castells também defende que,

Nenhuma revolução, nem esta nem nenhuma outra, é produzida pelo twitter ou por qualquer outra tecnologia de comunicação, mas sem o twitter e outras redes sociais as revoluções não teriam tido a forma que têm, não teriam sido tão espontâneas, nem de difusão tão rápida, nem tão auto-organizadas de forma flexível e pouco controlável sem partidos da vanguarda nem autoproclamados líderes. ¹¹⁹

Precisamos realçar a importância dos movimentos sociais já existentes que foram na verdade os alicerces desta luta. Sem eles não teria havido revolução. Mas isto não marginaliza o poder que as redes sociais proporcionaram a causa. Não nos podemos esquecer que o mundo tomou conhecimento das revoltas graças as ferramentas como o twitter, o facebook, o youtube e outras plataformas que lançavam as filmagens online, que devido as dificuldades de acesso aos locais onde decorriam os protestos, a mídia internacional informava o mundo através das informações recolhidas nessas fontes.

Devemos destacar também que a informação é uma fonte geradora de poder, um dos meios mais importantes para formatar a opinião pública e vender boa imagem no exterior. A sobrevivência dos regimes no mundo árabe dependeu sobretudo do controlo dos aparelhos fundamentais do Estado, da corrupção e dos meios de comunicação. A luta pelo controlo da informação e o bloqueio da internet durante os protestos provaram o medo que estes governos têm da nova mídia e como elas dão poder a cidadãos

¹¹⁸ ROVIRA, Jordi – A era das Wikirrevoluções. Entrevista com Manuel Castells. Revista IHU On-line. 2011.

¹¹⁹ RODRIGUES, Délia – Twitterrevolução. Revista IHU On-Line. 2011.

comuns. Muitos governos tentaram desesperadamente cortar o acesso a internet para abafarem os protestos mas a leitura foi mal feita, e saíram-se igualmente mal sucedidos. O Egito teve de restaurar rapidamente o sinal devido aos custos do bloqueio. Além disso, os manifestantes conseguiam contornar criando vias alternativas para entrar em contacto com o exterior através de gravações de imagens e vídeos nos telemóveis fazendo-os passar pelas fronteiras.

As redes sociais revelaram-se como catalisadores importantes nesses regimes onde a liberdade de expressão é amplamente restrita. Durante a primavera árabe, ela ajudou a acelerar a revolução e a difundir a informação pelo mundo. Isto confirma mais uma vez as teses de Joseph Nye Jr. defendidas no princípio deste trabalho que, a informação está assumir um papel cada vez mais importante nas relações internacionais e a colocar a disposição de cidadãos comuns ferramentas que antes estavam somente a disposição dos Estados. «Agora qualquer pessoa com um computador pode ser um desktop publisher, e qualquer com um módem pode comunicar com partes distantes do globo a um custo trivial»¹²⁰. Qualquer cidadão pode ser gerador da informação e esta «pode viajar através do ciberespaço para criar soft power atraindo cidadãos em outros países»¹²¹.

Após vários dias de protestos nas ruas do Cairo e outras cidades do Egito, os manifestantes tiveram o reconhecimento internacional que legitimava a sua luta. «...a Casa Branca declarou que uma transição urgentemente deveria ser feita».¹²² Na Líbia, o regime de Kadhafi começava igualmente a sofrer pressão internacional e terminou em uma guerra civil com a intervenção de atores externos e que culminou com a morte do líder líbio. O regime sírio de Bashar Al Assad também viu-se pressionado pela comunidade internacional.

Devemos finalmente admitir que, se por um lado as novas mídias facilitaram o trabalho dos ativistas, ajudaram a difundir a informação pelo mundo e reduziram o controlo do governo na censura da informação, o contrário também tem sido possível. Os governos conseguem infiltrar os seus agentes nos servidores e utilizadores, em grupos de discussão e comunidades virtuais que têm como tarefa principal identificar outros membros e dismantelar organizações. Em 2009 aquando dos protestos no Irã, o governo fez o uso destas ferramentas para reprimir e perseguir os manifestantes.

¹²⁰ KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph – Power and Interdependence in the International Age. *Foreign Affairs*. 1998, p. 81

¹²¹ NYE, Joseph – Cyber Power. *Belfer Center for Science and International Affairs*. 2010, p. 6

¹²² NICHOLAS, citado por BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida – Ob. Cit.

2.5. A contribuição da mídia internacional na difusão da primavera

A mídia internacional projetou a primavera árabe dando-lhe uma outra dimensão. Destacamos o papel da Al Jazeera, um importante canal de televisão da região que já vinha se notabilizando devido as coberturas da guerra contra o Afeganistão e o Iraque. Fundada em 1996 e desconhecida por boa parte do público, ela viria a se tornar uma importante cadeia de notícia regional e internacional após o 11 de Setembro, com acesso exclusivo no Afeganistão controlado pelos Talibãs e a difusão das mensagens de Osama Bin Laden.

De acordo com Gabriela Lian,

Desde o 11 de Setembro, eles entrevistaram autoridades do Talibã quase todos os dias, mas depois houve recusas e os acessos foram limitados. A busca pela notícia se tornou um desafio diário, mas ser um dos poucos ali tornava a Al Jazeera testemunha do que estava acontecendo e dona do monopólio da informação.¹²³

A emissora foi alvo de controvérsia em relação ao seu posicionamento nas duas guerras que se seguiram ao 11 de Setembro. O governo dos Estados Unidos e a imprensa norte-americana acusaram o canal de ser porta-voz do terrorismo, por ter acesso exclusivo aos talibãs e pelas mensagens difundidas de Bin Laden. Os governos da região também olhavam o canal com bastante desconfiança impedindo-o de abrir escritório nos seus países.

Quando os protestos começaram no mundo árabe, a imprensa internacional foi impedida de fazer cobertura dos eventos, os seus correspondentes eram impedidos de entrar nestes países ou expulso dos mesmos (para os que já se encontravam no local).

Enquanto as mídias locais ignoravam os protestos, e os jornalistas estrangeiros eram expulsos, presos e impossibilitados de realizar o seu trabalho, as redes sociais (nomeadamente Twitter e Facebook) assumiram o papel de fontes de informação e notícia, abastecidos pelos próprios cidadãos, e furaram o bloqueio imposto pelos canais tradicionais de comunicação.¹²⁴

Houve um casamento entre a velha e a nova mídia. Se por um lado devemos admitir que sem as redes sociais muitas informações importantes (principalmente os vídeos online)

¹²³ LIAN, Gabriela Santos – A rede de televisão Árabe Al Jazeera: crescimento e relevância no contexto local e internacional. [s.n], 2013, p. 40

¹²⁴ LOPES, Gustavo Chaves – As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. Palavra Clave 16. 2013, p. 799

teriam se perdido, devemos admitir igualmente que sem a Al Jazeera que tem uma enorme audiência estando acima dos 220 milhões de telespectadores em mais de 100 países do mundo, a primavera árabe não teria o impacto que teve ao nível internacional. Podemos dizer que a mídia internacional (com destaque para a televisão do Qatar), serviu-se do material produzido por cidadãos comuns que eram colocados nas redes sociais e amplificaram a voz dos revoltados, dando uma projeção internacional a causa.

Em 27 de Janeiro de 2011, o presidente egípcio Hosni Mubarak ordenou o corte do sinal da internet como forma de travar a difusão das mensagens e, conseqüentemente, das manifestações. Neste período as informações da Al Jazeera abasteceram o mundo. «Foi uma grande vitória do canal, pois muitas organizações ocidentais, que tinham dificuldade de colocar repórteres no Egito e não conseguiam se comunicar com quem estava no local, foram obrigados a retransmitir as imagens da Al Jazeera».¹²⁵

Assim, os protestos no mundo árabe tiveram uma ampla cobertura da Al Jazeera que pontualmente difundia a informação pelo mundo. Devemos ainda recordar que ela é uma televisão do Qatar e uma das mais importante da região cujos governos locais têm pouco poder. Alguns países como o Egito, chegaram mesmo a acusar o canal de ser tendenciosa e parcial. Yves Gonzalez também critica o canal. Ela estaria segundo o autor, alinhada com os interesses políticos do Qatar. «Enquanto ela fechava os olhos para a repressão brutal no Bahrein, na Líbia e na Síria, ela soprava as brasas»¹²⁶. As imagens que ela lançava para o ar, a ampla cobertura e entrevista aos rebeldes minaram ainda mais a credibilidade dos regimes que já estava desgastada.

Mas para outros autores, ela é vista como expressão viva da liberdade de imprensa e de informação, bem como um fator de democratização destas sociedades. Um dos grandes reconhecimentos da sua contribuição para o debate independente veio, segundo Mohammed El Oifi, da Secretária Geral dos Estados Unidos, Hillary Clinton, que no dia 02 de Março, perante os membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado estadunidense, fez as seguintes declarações:

Os Estados Unidos “estão perdendo a guerra da informação” no mundo por causa dos grandes canais de TV privados norte americanos “que difundem milhões de spots publicitários e os debates entre os especialistas”, ao passo

¹²⁵ LIAN, Gabriela Santos – Ob. Cit. p. 60

¹²⁶ QUIJANO, Yves Gonzalez – O cenário da mídia árabe ameaçado pelo dinheiro. Le Monde diplomatique Brasil. 2014

que “a audiência da Al Jazeera nos Estados Unidos vem crescendo porque ela oferece verdadeiras informações”... “Gostem disso ou não [a Al Jazeera] é realmente poderosa”¹²⁷

Hillary reconhecia assim o grande contributo deste canal para informar o público e para conquista e consolidação de uma verdadeira democracia. Como notou e bem Gabriela Lian, «a imprensa é símbolo de poder como as armas, e essa nova imprensa está criando novos meios de abranger diversas culturas na guerra e na paz. A Al Jazeera estava usando essas plataformas para influenciar a opinião da audiência e reverter o fluxo de informação».¹²⁸ Numa época que também existe o paradoxo da abundância a credibilidade é uma fonte chave do poder. «Esta resulta precisamente da reputação de providenciar informações correctas, mesmo quando esta reflete de forma negativa a imagem do próprio país»¹²⁹. E «o exercício do soft power requer credibilidade em ordem a ser persuasivo»¹³⁰. Por esta razão, a mídia de todo mundo ficou centrado na Al Jazeera uma vez que a imprensa local perdeu credibilidade.

Finalmente, Gustavo Lopes acredita que as redes sociais estão a pautar a agenda midiática, particularmente no caso da Al Jazeera que durante dias, semanas e meses ficou centrada na primavera árabe cujos conteúdos fundamentais foram gerados por jornalistas-cidadãos através da internet. Apesar das fontes do seu conteúdo informativo, ela deu-lhe uma dimensão internacional ao canalizar as atenções mundiais.

2.6. O mundo Árabe pós primavera

Quando a primavera árabe começou, muitos não imaginavam que ela iria atingir a dimensão que teve durante os meses que se seguiram aos primeiros protestos na Tunísia. Mas após a sua rápida evolução e com a queda de Ben Ali e, depois Mubarak, o fenómeno atingiria enormes repercussões ao nível internacional. Ela não só acabava de deixar cair um regime inteiro na Tunísia, mas acabava com longos anos de ditadura e colocava em riscos as alianças estabelecidas na região, nomeadamente entre Egipto, Israel, e os Estados Unidos uma vez que Mubarak era um importante aliado dos americanos na contenção do islamismo radical e mantinha um importante acordo de paz com Israel. A instabilidade no Iêmen colocaria igualmente em risco a aliança com os

¹²⁷ OIFI, Mohammed – O efeito Al Jazeera. *Le Monde diplomatique Brasil*. 2014.

¹²⁸ LIAN, Gabriela Santos – Ob. Cit. p. 58

¹²⁹ KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph – Ob. Cit. p. 89

¹³⁰ Ibidem, p. 90

Estados Unidos uma vez que o presidente Saleh era um importante aliado no combate a Al Qaeda. As incertezas na Síria também ameaçam importantes relações e a influência de potências como a Rússia e grupos como o Hamas e o Hezbollah.

A expectativa do que se seguirá é enorme. Quando os regimes aliados do ocidente caíram, o Irão viu com agrado esperando a ascensão de partidos islâmicos que mudariam o tom dos discursos contra Israel e um reaproximar do país persa com o Egito. «Mas a ascensão de elementos não islâmicos na região e a possível queda do seu principal aliado (Síria) ele poderá ficar isolado na região. Então o Irão sairá provavelmente a perder»¹³¹. Dependendo ainda do desfecho na Síria, «grupos como o Hamas na Palestina ou o Hezbollah no Líbano, poderão perder uma importante base de apoio enquanto do lado oposto, Israel fica na expectativa»¹³².

Yoav Limor, um dos mais respeitados analistas de defesa de Israel, diz que o país tem um problema físico imediato com a revolta árabe. «Se, por hipótese, piorarem as relações com o Egito até ao ponto de conflito, abre-se uma nova frente de combate já no sobrecarregado sistema de defesa de Israel, com adversários por quase todos os lados»¹³³.

Mas há quem veja ainda a situação muito mais incerta para se anunciarem vencedores e perdedores pois, a nova realidade que toma lugar contém elementos que fortalecem a influência do ocidente e fragiliza o Irão e seus aliados, mas por causa das vitórias eleitorais de partidos islâmicos e as incertezas acerca da natureza dos futuros regimes em que esses partidos tomarão posições, a balança de perdedores e ganhadores na região ainda pode mudar.¹³⁴

Washington também vê a situação com preocupação. Depois de perder um dos principais aliados (Mubarak), a ascensão de partidos islâmicos poderia minar as relações com o Egito e comprometer a situação de Israel. Contudo, os ventos democráticos que sopram podem também favorecer a política de Washington e manter ou ampliar a sua influência na região.

As incertezas não se limitam apenas nas relações interestatais e entre Estados e atores não estatais. Existem também desafios internos inerentes a cada um destes Estados. Que

¹³¹ YADLIN, Amos – The Arab uprising one year on. 2012, p. 15

¹³² Ibidem.

¹³³ ROGEIRO, Nuno – Ob. Cit. p. 204

¹³⁴ BROM, Shlomo – The regional ramifications of the Arab Springs. 2012, p. 41

tipos de regimes irão ascender na região? Democracia ou Islamização dos Estados árabes? Quanto a estas questões temos por um lado os mais otimistas e por outro, aqueles que se mostram mais pessimistas.

João Paulo Ferraz vê um cenário pouco diferente ao que era anteriormente. De acordo com este autor, o mundo Árabe não constitui um bloco homogêneo e por isso, o resultado das revoltas tem sido diferente. Em alguns países (Iêmen, Egito e Jordânia), caiu apenas a cabeça do regime tendo este permanecido quase intacto. Os militares continuarão a ter um papel importante no desdobramento político do Egito. Na Líbia e Tunísia os presidentes foram depostos e com eles todo o seu regime. Na síria o impasse continua e a transição é mais complicada. Os militares e serviços de segurança continuam muito fiéis ao regime e ao nível do Conselho de Segurança da ONU, Rússia e China vetam qualquer resolução que autoriza uma intervenção militar no país.

Ele conclui que, «contrariamente ao que os mais otimistas poderiam prognosticar, não houve modificação relevante nas estruturas autoritárias de outros Estados da região, principalmente nos países do Golfo Pérsico».¹³⁵

Contrariamente a esse pessimismo, muitos especialistas acreditam que a primavera árabe foi uma “vitória” para a democracia. Ainda que existem vários obstáculos pela frente, o mais provável é que ela chegou a região. Oliver Roy, um otimista nesta questão, pensa que os jovens no mundo árabe estão muito mais inclinados para a democracia, liberdade, e igualdade em relação aos seus pais. «O ideal de islamização dos seus Estados, a aplicação da Sharia, parece não ter muito apelo entre os jovens, principalmente aqueles que têm um bom nível de escolaridade, que acompanham as mudanças trazidas pela globalização»¹³⁶. Isto, na opinião dele, obrigará aos partidos que saírem vencedores das eleições manterem uma agenda mais aberta em função do novo contexto político e social. E este parece ser um cenário provável.

Mesmo nos Estados onde as manifestações foram acalmadas com reformas políticas e sociais, poderão ver novamente sair as ruas, centenas ou milhares de pessoas a exigirem maior abertura. Os Estados da região, de acordo com Rogan, «devem embarcar nos movimentos reformistas e satisfazer as demandas dos cidadãos, com maior participação destes na agenda política»¹³⁷. As demandas por mudanças políticas irão continuar em

¹³⁵ OLIVEIRA, João Paulo Ferraz – O Mundo Árabe pós 2010. 2013, p. 69

¹³⁶ ROY, Oliver – The transformation of the Arab World. *Journal of Democracy*. 2012, p.

¹³⁷ ROGAN, Eugene – Regional Overview. 2011, p. 6

diferentes ritmos, de acordo com as condições específicas de cada país. As autocracias serão rejeitadas em favor de regimes mais abertos e mais democráticos. Devemos recordar que os protestos que varreram a região foram em nome da liberdade, igualdade entre género (é preciso não esquecermos a presença massiva das mulheres nos protestos), e da democracia.

Já as monarquias do golfo parecem ter conseguido manter o status quo. Guzansky diz que «elas gozam de legitimidade e o carácter tribal permanece forte nestes reinos»¹³⁸. Apesar disto, a Arábia Saudita anunciou algumas reformas políticas para manutenção da ordem: «eleições para o governo local e os direitos das mulheres de votarem e serem eleitas para cargos públicos, e ainda a possibilidade delas votarem e serem eleitas também ao Conselho Shura»¹³⁹. Isto demonstra que, se por um lado as monarquias se mantiveram quase intactas, por outro, elas deverão ser mais abertas e mais inclusivas reconhecendo o direito das minorias e das mulheres que têm sido marginalizadas durante décadas.

¹³⁸ GUZANSKY, Yoel – The gulf monarchies: is spring far behind? 2012, p. 47-48

¹³⁹ Idem

CAPITULO III – AS MANIFESTAÇÕES EM ANGOLA E A INFLUÊNCIA DA PRIMAVERA ÁRABE

O ano de 2011 também marcou o início das manifestações contra o governo Angolano que abalou fortemente o regime no poder.

A primeira manifestação em Angola foi convocada pelas redes sociais para 7 de Março de 2011 e deixou o governo em estado de barata tonta. As reações dos governantes foram totalmente desproporcionais e expuseram de resto, a natureza autoritária do regime e toda a sua carga de arrogância. A estratégia adotada foi claramente a da exaltação do medo, fazendo crer que a realização de tal manifestação significaria o retorno à guerra e, para variar, atribuindo a autoria da manifestação a certos setores da UNITA.¹⁴⁰

As evidências sobre os efeitos que a Primavera Árabe teve em Angola são inúmeras: o momento em que elas começaram a desenrolar isto é, no princípio do ano 2011, as referências nos jornais (público, privados e internacionais), as reações dos políticos (sobretudo aqueles ligados ao partido no poder), os relatórios das organizações da sociedade civil entre outras. Mas,

Aquém das inspirações, estão [também] as frustrações dos cidadãos nacionais na falta de emprego e quando vêem que o esbanjar da riqueza gerada pelo petróleo não resulta em melhores condições de vida e distribuição de renda e o desemprego, em alta, impulsiona as taxas de imigração para a Europa; assim como a consequência do crescente acesso à universidade e informação fornecida pela Internet, que levaram a juventude a clamar por mais oportunidades de trabalho e maior liberdade política (sic).¹⁴¹

Os protestos foram conduzidos maioritariamente por jovens, com boa formação académica, comunicam-se por celulares e pelas redes sociais da internet. O alvo é o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, cujo governo é conhecido pelos altos níveis de corrupção, nepotismo, tráfico de influência, é repressivo e está a bastante tempo no poder. As palavras de ordem eram “Juventude de Angola é contra a corrupção”, ou “Fora o Presidente Zé Dú – abaixo a ditadura” e “32 anos é muito”.

¹⁴⁰ LUIELELE, Maurílio – O ano das manifestações. «Club-K», 2012.

¹⁴¹ MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio – Os Meandros das Manifestações em Angola. 2011, p. 21-22

A ausência de uma liderança nesses movimentos também é um aspecto que se deve fazer referência. O processo ocorreu naturalmente com alguns jovens a se juntarem na perspectiva de defenderem um objetivo comum: uma sociedade mais atenta aos seus direitos, uma sociedade mais livre, com maior liberdade de expressão. «Não são grupos estruturalmente constituídos onde há uma hierarquia e um regulamento»¹⁴².

No presente capítulo, pretende-se demonstrar as razões que estiveram na base das manifestações em Angola e como os ventos da Primavera Árabe influenciaram o comportamento dos jovens que exigiam a demissão do presidente e a mudança de regime.

3.1. As causas das manifestações em Angola e a influência da Primavera Árabe

As manifestações em Angola resultaram da situação política, económica e social que o país vem enfrentando nas últimas três décadas: falta de liberdade política, pobreza, um governo corrupto e paternalista, o desemprego entre a maioria dos jovens, desvio de fundos públicos do Estado entre outros. Mas há também um fator externo que fez desencadear a onda de manifestações: a influência da Primavera Árabe.

De acordo com Mukuta, «as manifestações em Angola, com cariz contra o presidente angolano (José Eduardo dos Santos, no poder há “32” anos), foram inspirados de países como a Tunísia, a pioneira em protestos contra as ditaduras».¹⁴³ E tal como na Tunísia e noutros países da região do Magreb, as razões são sobejamente conhecidas:

- 1º O enriquecimento ilícito da elite dominante e seus familiares;
- 2º Prepotência, arrogância manifesta dos dirigentes do partido governante;
- 3º Nepotismo e oligarquia;
- 4º Desfalques e roubos sistemáticos aos cofres do Estado angolano;
- 5º Péssimas condições de vida das populações angolanas;
- 6º Os 32 anos no poder e, 7º a exclusão dos angolanos a favor dos estrangeiros.¹⁴⁴

De facto, não faltaram evidências que nos levaram a aproximar essas duas realidades que apesar de estarem afastadas geográfica e culturalmente, existem contudo fortes traços políticos, económicos e sociais que são comuns. E tal como os líderes depostos no norte de África, o Presidente angolano também é autocrata e o seu regime bastante

¹⁴² RADIO ECLESIA – Programa Discurso Direto com Carbono Casimiro que faz balanço sobre a juventude e as manifestações em Angola. Segunda, 02 de Janeiro de 2012.

¹⁴³ MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio – Ob. Cit. p. 21

¹⁴⁴ Ibidem, p. 22

longo, que na altura em que começaram os protestos estava há 32 anos no poder sem nunca ter sido eleito. Ben Ali estava há 23 anos de poder, Mubarak 32 e Kadhafí mais de 42 anos.

Desde 1977 que não se registavam ondas de protestos em Angola. Aliás, todas as manifestações eram sempre feitas em apoio ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao seu partido, o MPLA. Somente a partir de 2000 começam timidamente a surgir novas manifestações. Entre 2000 à 2003 com o PADEPA de Carlos Leitão, dos universitários anónimos (uma associação de estudantes da Universidade Agostinho Neto), e do MEA liderados por Mfuka Muzemba, exigindo ao governo subvencionar o acesso dos estudantes aos transportes públicos. Mas nenhuma destas manifestações dirigia-se particularmente contra José Eduardo dos Santos ou, pelo menos, para exigir a sua demissão.

Antes deste período (2000 à 2003), só existe mesmo uma data relevante para se assinalar: o 27 de Maio. A data é imediatamente posterior a independência do país, isto é, em 1977, quando um grupo de cidadãos liderados por personalidades ligadas ao partido no poder, decidiram sair às ruas para protestar pacificamente contra o governo. Na época, o presidente era Agostinho Neto que governava sob regime de partido único. De acordo com Dalila e Álvaro Mateus, Neto ordenara a prisão, a tortura e o assassinato de muitos dos seus companheiros de luta de libertação, cujo nome mais conhecido era o de Bernardo Alves Baptista “Nito Alves”, que até a data exercia o cargo de ministro da administração interna.

As prisões eram feitas de forma arbitrária, sem se observar o mínimo respeito pelas leis. Os motivos para a prisão deveriam variar em «possuir bens que eram motivos de cobiça, ser conhecido, amigo ou familiar de um “fraccionista”; ter manifestado desgosto como as coisas corriam; o ter tido a pouca sorte de estar na rua...»¹⁴⁵

O 27 de Maio marcaria assim o começo de um período longo de repressão e perseguição política na Angola independente, da supressão das liberdades política e social, e um retrocesso em relação aos direitos fundamentais como a liberdade de reunião, de manifestação e da expressão livre dos pensamentos e opiniões. Devemos destacar que a partir de Agosto de 1977, a Rádio Eclésia – Emissora Católica de Angola, deixou de emitir voltando a ser autorizada anos mais tarde mas com sérias restrições: ela só

¹⁴⁵ MATEUS, Dalila C; MATEUS, Álvaro – Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977. 2011, p. 121.

voltaria a emitir o seu sinal ao nível da província de Luanda, o que permitia aos canais públicos (TPA, RNA, JA e ANGOP) serem as únicas fontes possíveis de acesso a informação nas restantes 17 províncias do país. A liberdade de imprensa estava seriamente comprometida.

José Eduardo dos Santos, na altura ainda bastante jovem, ocupava o cargo de ministro do planeamento, e depois ministro dos negócios estrangeiros. Dois anos mais tarde isto é, em 1979, com a morte prematura e inesperada de Agostinho Neto, e contra todas as expectativas, viria a se tornar no segundo presidente da República de Angola, herdando um país em guerra civil e uma situação económica pouco confortável.

Apesar de bastante jovem, Eduardo dos Santos mostrou capacidade de sobrevivência e adaptação face aos inúmeros desafios que o país enfrentava: uma guerra civil que terminaria apenas em 2002, o colapso da União Soviética e o fim do socialismo em Angola bem como uma economia em hiperinflação. As suas habilidades em manipular as peças do xadrez lhe permitiram durante estes anos todos manter-se no poder, mesmo sem nunca ter sido eleito. Em 1992, com o recomeço do conflito armado não houve segunda volta. Em 2008 realizaram-se as segundas eleições, sendo que somente os deputados foram eleitos. As presidenciais estavam marcadas para 2009 mas fruto da maioria obtida em 2008, as eleições do ano a seguir foram adiadas e o Presidente alterou a Constituição que lhe permitiu governar sem ser diretamente eleito. Mesmo sem um rival político que lhe ameaçasse derrotar num cenário de eleições e «apesar de ter tido todas as condições a seu favor, Dos Santos preferiu escolher a rota política da autocracia, do controlo absoluto do poder e sem o mandato do povo».¹⁴⁶

Jon Schubert classifica o regime angolano de «“autoritarismo competitivo” por jogar pelas regras da democracia” de maneira ostensiva, enquanto na prática subvertem e mudam o seu significado»¹⁴⁷. E optam pela “democracia” sobretudo para conseguir a legitimidade de que precisam diante da comunidade internacional, por este ser o sistema aspirado por muitos Estados do planeta.

De forma intencional, o presidente Dos Santos tem governado unilateralmente, esvaziando o poder dos órgãos colegiais dentro do seu próprio partido e as garantias constitucionais do país. Por exemplo, ele criou organizações paralelas as instituições do

¹⁴⁶ Ibidem. P. 4-5

¹⁴⁷ SCHUBERT, Jon – Democratização e Consolidação do Poder Político em Angola no pós-Guerra. 2013, p. 14

Estado que acabaram por esvaziar o poder dos ministros. O Ministério da Construção e Urbanismo é contrabalançado pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN); a Casa Militar e a UGP são estruturas paralelas às FAA. Estas organizações são «informalmente definidas como o círculo restrito do Presidente».¹⁴⁸

A concentração de inúmeros poderes (Chefe de Estado e do Governo, presidente do partido, comandante em chefe das FAA), fizeram dele, o centro deste sistema de patronagem que opera fora dos canais estatais minando a eficácia de toda a administração pública e a corrupção tem sido um dos meios principais para se manter no poder. «A sua habilidade em silenciar os seus adversários internos e consolidar o seu poder pessoal deve-se, em parte a isto, procurando usa-la de forma efetiva para minar a capacidade moral e política dos seus críticos»¹⁴⁹. Por exemplo,

O presidente criou, ao nível dos serviços de inteligência, um departamento que seleciona, distribui e fiscaliza oportunidades de negócios para certas figuras políticas e sociais, para recompensar os zelosos, cooptar os dissidentes, enriquecer algumas famílias, e assim assegurar o controlo vertical e estrito do sistema de patronagem que mantém o status quo. O referido departamento, segundo fonte interna, também cria empresas e seleciona os seus acionistas, cabendo ao Presidente a decisão final sobre os sócios.¹⁵⁰

A semelhança do que acontecia com os regimes de Ben Ali, Hosni Mubarak e Muammar Kadhafi, os principais beneficiários deste esquema são o círculo restrito de Eduardo dos Santos composto por generais e membros da sua própria família. «A promiscuidade entre o dever público e os interesses privados é uma prática aperfeiçoada na Presidência da República envolvendo a família presidencial»¹⁵¹. Sem constituir motivos para surpresa, «em Janeiro de 2013, a filha mais velha do presidente de Angola, Isabel dos Santos, tornou-se na primeira bilionária africana, de acordo com a revista norte-americana Forbes»¹⁵².

Detentora de um vasto império empresarial, Isabel dos Santos é acionista em várias empresas no país no ramo da banca (incluindo em Portugal), telecomunicações, petróleo

¹⁴⁸ MORAIS, Rafael Marques – O Poder e a Sucessão de José Eduardo dos Santos. «Makaangola». 2012, p. 5

¹⁴⁹ Ibidem, p. 7

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ MORAIS, Rafael Marques – Presidência da República: o Epicentro da Corrupção em Angola. P. 10

¹⁵² LEIRIA, Luís – Perfil: José Eduardo dos Santos, o Déspota Discreto. 2013.

e diamantes, apenas para citar alguns. Ela teria alcançado esta fortuna graças aos esquemas montados a partir do palácio presidencial, «ficando com a parte das empresas que querem estabelecer-se em Angola ou então, beneficia-se da providencial assinatura do pai numa lei ou decreto»¹⁵³. Nenhum grande negócio é feito em Angola sem que elementos ligados ao partido no poder ou a família presidencial estejam diretamente envolvidos.

É por esta razão que durante os protestos que tiveram lugar a partir de Março de 2011, o presidente Dos Santos foi sempre o mais visado pois, acredita-se que é o principal responsável pela situação em que o país se encontra mergulhado e a sua permanência no poder significa a continuidade de todo sistema em vigor.

Durante os mais de 35 anos de permanência no poder (e agora 35) o país a atingiu níveis alarmantes no que toca a corrupção. De acordo o relatório da organização Transparência Internacional, medido pelo Índice de Perceção da Corrupção, Angola ocupava em 2010 o lugar 168 dos 178 países. Numa escala de 0 (altamente corrupto) a 10 (muito transparente) o país obteve a pontuação 1,9¹⁵⁴, o que revelava já a posição dramática que o país enfrentava.

A sua sucessão também tem sido motivo de controvérsia. A ausência de um sucessor que reúne consenso dentro do seu partido alimenta a desconfiança de que este estaria a preparar o seu filho, José Filomeno dos Santos “Zenu”, atual presidente do Fundo Soberano que gere cerca de 5000 milhões de dólares. Para muitos analistas, ele estaria a ser preparado para ganhar visibilidade e experiência que lhe habilitaria alguns anos depois ter maior aceitação no seio do próprio partido e do país. Hosni Mubarak e Muammar Kadhafi, como já referimos no capítulo anterior, também preparavam os seus filhos para os substituírem no cargo.

Precisamos referir que, embora o país enfrentasse esses problemas sobretudo a partir da transição política e económica, altura em que ocorreram importantes reformas macroeconómicas e o programa de ajustamento estrutural, bem como a abertura à democracia, com o fim do conflito armado em 2002 abriram-se novas perspectivas para o país. Angola tornou-se no segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana,

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ TRANSPARENCY INTERNATIONAL – Overview of Corruption and Anti-corruption in Angola. 2010, p. 2

atrás somente da Nigéria, cujas receitas perfazem um total de 58% do seu produto interno bruto.

No período pós-guerra, a produção do petróleo aumentou acompanhado do aumento ou a alta internacional dos preços no mercado internacional, permitindo um crescimento de 15% da sua economia de 2004 a 2008, fazendo da economia angolana uma das que mais crescem rapidamente em África.¹⁵⁵

Desde o fim da guerra civil, há um esforço enorme de construção e reconstrução das infraestruturas com maior realce para as estradas, hospitais, pontes, escolas e uma rede imobiliária. Precisamos destacar o aumento das universidades públicas e privadas no país sendo «47 institutos superiores, 17 universidades, seis escolas superiores e uma academia»¹⁵⁶, o aumento do número de pessoas alfabetizadas, a expansão dos serviços de telefonia móvel que na última década atingiu valores ao alcance de muitos angolanos, «a UNITEL em 2010 atingiu a cifra de seis milhões de clientes»¹⁵⁷, o facto de muitos terem também acesso a TV por satélite a preços relativamente acessíveis.

Durante os protestos que se seguiram no norte de África, muitos angolanos tiveram a oportunidade de acompanhar as imagens dos canais internacionais como a Al Jazeera, Euronews, CNN, RTP Internacional entre outras. «A esperança de vida média em 2012, apesar de ter sido estimada em praticamente 52 anos, seis anos menos do que a média dos países de desenvolvimento humano baixo e apenas dois anos inferior à média da África subsaariana»¹⁵⁸, tem aumentado desde 2002.

Precisamos destacar também a luta pela igualdade no género que o país tem levado a cabo nas últimas décadas. Muitas mulheres frequentam o ensino superior (43% da população universitária)¹⁵⁹, e um terço do parlamento é ocupado por elas. Não menos importante é a existência de muitas organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos humanos e pelo acesso dos cidadãos a justiça de forma gratuita. Neste ponto destacam-se a OMUNGA, a Mpalabanda e a organização de defesa dos direitos humanos Mãos Livres, organizações que reforçaram a sua legitimidade na Constituição

¹⁵⁵ Ibidem, p. 2

¹⁵⁶ ESP-BENGO – Ministério do Ensino Superior Publica Boletim Estatístico. Revista da Escola Superior Pedagógica do Bengo. 2014, p. 20.

¹⁵⁷ UNITEL atingiu a cifra de seis milhões de clientes. «Jornal de Angola». 2010, p. 11.

¹⁵⁸ UCAN – Relatório Social de Angola. 2013, p. 44

¹⁵⁹ ESP-BENGO – Ob. Cit. P. 20.

aprovada em 2010. Estas têm servido como amortecedores do peso do poder sobretudo nas questões relativas a violação dos direitos humanos.

Deve-se destacar igualmente o crescimento da população no período imediato após o fim da guerra e pelo facto de ser uma população maioritariamente jovem. De acordo com o relatório da Comissão Europeia, a população angolana cresceu de 14,7 milhões em 2002 para 17,4 milhões em 2007. O PIB per capita registou igualmente um aumento significativo. De 776 € em 2002 para 2.049 € em 2007. A inflação recuou de 121% em 2002 para 11,8% em 2007.

Mas apesar destes avanços no capítulo económico e social, houve igualmente dificuldades em traduzi-los em desenvolvimento ou seja, a distribuição do rendimento nacional é feito de forma propositadamente desigual. Assim, «o forte crescimento da última década teve um efeito praticamente nulo na forma como a maioria da população continua a viver».¹⁶⁰

A corrupção, o tráfico de influência, o nepotismo, têm deixado muitos jovens à margem das oportunidades que o país oferece. Em muitos casos, para ingressar numa empresa pública ou privada, conseguir uma licença comercial, tem de se ter um laço de parentesco ou de amizade com figuras ligadas ao partido no poder ou pertencentes a administração pública, ser militante, ou ainda ter que subornar as autoridades que participam na seleção de candidatos ou concessão de licença. Os jovens têm sido os mais prejudicados pois, muitos nunca tiveram a oportunidade de ter o primeiro emprego mesmo já com uma formação superior. Associado a este fator, está o fraco desempenho do setor não petrolífero que absorvia muita mão-de-obra, mas que acabou por ficar fragilizado por conta da guerra e das más opções políticas e económicas de que o país foi alvo nas últimas décadas.

De acordo com Alves da Rocha, durante décadas a economia angolana regrediu resultando do abrandamento das exportações, a crescente dependência do setor petrolífero, enquanto que o volume das importações aumentaram. «Em 1974 a participação da indústria transformadora no PIB global foi de 29,6%, em 1989 cifrou-se em 7,2% e em 2000 em 3,9%»¹⁶¹. Apesar da melhoria verificada a partir de 2002, o país continuou virtualmente desindustrializado e isto refletiu-se no desemprego e

¹⁶⁰ De acordo com LEIRIA, Luís – Ob. Cit.

¹⁶¹ ROCHA, Manuel José Alves – Os Limites do Crescimento Económico em Angola. 2012, p. 40

consequentemente no empobrecimento de muitas famílias onde os jovens acabaram por ser os mais prejudicados.

Desemprego, pobreza, corrupção, exclusão política, económica e social foram seguramente os principais motivos que levaram os jovens angolanos saírem às ruas. Por serem a camada da população mais fragilizada pelas políticas do governo, eles tornaram-se nos principais contestadores contra o regime.

Segundo Carbone Casimiro, um dos muitos jovens que manifestaram em protesto contra o governo e o seu presidente, «os jovens querem uma Angola em que as coisas sejam mais repartidas, as riquezas, as facilidades, as oportunidades e não que fosse só por uma questão de nome da família, de cor, de filiação partidária»¹⁶². Jovens como ele acreditam que o país tem potencial para dar uma vida melhor aos seus cidadãos – sobretudo a camada mais jovem – mas existem obstáculos decorrentes da forma como o próprio regime se auto sustenta. O clima para as manifestações estavam internamente criados embora as pessoas não tomassem iniciativas semelhantes as que se seguiram a partir de Março de 2011.

Foi na sequência da Primavera Árabe, que convocou-se a primeira manifestação para o dia 7 de Março. «O apelo à participação nessa manifestação foi feito por um cidadão até essa data anónimo, nas redes sociais (Facebook, e portais de informação)».¹⁶³ O autor da informação viria mais tarde a identificar-se com o nome de Agostinho Jonas Roberto dos Santos, o local escolhido foi o largo da Independência e a informação veiculada foi a seguinte: «em toda Angola, vamos marchar com cartazes exigindo a saída do Zé Dú, seus ministros e companheiros corruptos»¹⁶⁴; e, «os angolanos estão cansados da pobreza extrema, da cultura do medo e da intimidação, da miséria, da autocracia e outros males introduzidos por José Eduardo dos Santos».¹⁶⁵ Frases como estas poderiam ser ouvidas um pouco por toda parte e principalmente após as quedas dos dois presidentes no norte de África.

De acordo com Luaty Beirão, também conhecido como “Brigadeiro Matafrakus” ou “Ikonoklasta”, o 7 de Março foi um momento especial mas ainda antes desta data, já ocorreram outros protestos em que os jovens (sobretudo os estudantes) saíram às ruas

¹⁶² RADIO ECLÉSIA – Discurso Direto com Carbone Casimiro que faz balanço sobre a juventude e as manifestações em Angola. Segunda, 02 de Janeiro de 2012.

¹⁶³ MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio – Ob. Cit. p. 25

¹⁶⁴ CONVOCATÓRIA da nova revolução do povo angolano. «Diário Liberdade».

¹⁶⁵ Idem.

ora para reclamar o fim das greves, bem como manifestações de pessoas que viam demolido as suas residências. «Esses exemplos, apesar de se tentarem abafar, foram chegando e deixaram sementes».¹⁶⁶ Ainda sobre a data e a inspiração vinda do norte do continente, fez o seguinte comentário:

O 7 de Março foi um momento muito particular. Estávamos a viver aquele momento especial no norte de África. As pessoas ganharam esperança, viram pessoas que estavam em situações similares com presidentes tão longevos como o nosso e, em alguns dias, conseguiram livrar-se deles. Foi uma chama, foi uma esperança que apareceu naquele momento.¹⁶⁷

As palavras deste jovem manifestante e um dos rostos mais visíveis do movimento, fazem-nos pensar que a informação veiculada pelas principais cadeias de televisão internacionais sobre a Primavera Árabe, os vídeos postados no youtube, bem como as imagens que passavam nas redes sociais acabaram por produzir efeitos em Angola motivando os jovens, ainda que esta não tenha atingido a proporção que aquela conseguiu no contexto interno dos Estados, da região e até mesmo ao nível internacional. Mas não deixou de ser bastante simbólico num país onde não existe a cultura das pessoas saírem às ruas para protestar contra o governo e exigirem os seus direitos.

Existe ainda um outro fator apontado por Mihaela Webba que também partilha da opinião que os acontecimentos no norte de África tiveram os seus efeitos em Angola. De acordo com esta jurista, foram dois os motivos que fizeram os jovens estudantes saírem às ruas em protestos: «primeiro, tem a ver com um fator social e político, sobretudo por influência da Primavera Árabe, segundo, é o fator jurídico com a aprovação da nova Constituição de 5 de Fevereiro de 2010».¹⁶⁸ A Constituição de 2010 representa um avanço em relação a lei constitucional de 1992. Primeiro por ter sido aprovado por uma maioria de mais de 82% que representa o partido governante no parlamento, ou seja, ela foi na verdade uma imposição do MPLA. Segundo, porque consagra claramente no artigo 47º que a manifestação é um direito e não carece de autorização¹⁶⁹.

¹⁶⁶ PAGINA GLOBAL-ANGOLA – Entrevista com Luaty Beirão. 2012

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio – Ob. Cit. p. 22

¹⁶⁹ Vide REPÚBLICA DE ANGOLA – Constituição, 2010.

Neste contexto a aprovação da Constituição teve “dois” efeitos imediatos: primeiro legitimou a ação dos jovens que pacificamente protestavam; e segundo, fez com que o partido governante e o seu líder entrassem em contradição e assumissem uma postura anti democrática, perante uma Constituição que foi aprovada mesmo sem um amplo debate nacional e com forte contestação dos partidos da oposição e da sociedade civil.

Na sequência da primeira manifestação, outras tiveram lugar não somente em Luanda mas também noutras províncias do país como em Benguela, Huambo, Bié, Uíge e nas Lundas. Em Luanda por exemplo,

Foi preparada a manifestação do dia 8 de Setembro em frente ao Tribunal Provincial da Ingombota, junto às Obras Públicas, por telefone, SMS, emails e facebook, auxiliados pelos sites: www.club.k.com e www.angola24horas.com e conseguiu-se galvanizar um número elevado de jovens para participarem nessa ação do dia 3 de Setembro.¹⁷⁰

Devemos concordar que as condições que levaram os jovens saírem às ruas em Março já existiam pois o nível de descontentamento era bastante visível. Precisamos por exemplo realçar o papel que a Rádio Eclésia vinha desempenhando nos últimos anos com debates e fóruns em que os ouvintes emitiam as suas opiniões. Era notório que as pessoas perdiam o medo em assumir um discurso crítico e contrário ao discurso oficial. Igualmente no portal de notícias Club-K, criou-se um espaço de debate aonde os cibernautas discutem os assuntos mais variados sobre o país, geralmente assumindo uma posição muito mais crítica em relação ao governo. Muitos preferem o anonimato ou usam perfis falsos o que dificulta de certa forma a sua identificação e lhes dá a liberdade de expressarem de forma livre (e por vezes de maneira ofensiva) as suas opiniões. Mas, as informações sobre a Primavera Árabe vieram dar forças para quem necessitava dela para sair a rua e exigir a demissão do presidente, o que era difícil a uma década atrás. A Primavera Árabe permitiu que as pessoas ganhassem consciência da sua situação e difundiu a crença de que não existem ditaduras estáveis. «Ben Ali tinha sido eleito, em 2009, com 89.62 por cento dos votos das eleições presidenciais e parecia bem alicerçado no poder»¹⁷¹. Apenas dois anos depois de ter sido eleito, o presidente tunisino abandonou o país em direção a Arábia Saudita. O MPLA em 2008 ganhou

¹⁷⁰ MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio – Ob. Cit. p. 66

¹⁷¹ MORAIS, Rafael Marques – O Poder e a Sucessão de José Eduardo dos Santos. «Makaangola». 2012, p. 10

igualmente com uma margem folgada de 81.64 por cento dos votos dando igualmente a imagem de um poder consolidado.

O sucesso da revolução tunisina, a queda de Hosni Mubarak e Muammar Kadhafi aumentaram a convicção entre os manifestantes de que era possível também e graças a manifestações pacíficas, exigir a demissão do presidente Eduardo dos Santos. Foi a inspiração que alguns jovens precisavam e tiveram para sair às ruas. A Constituição legitimou a ação dos jovens e sobretudo por ter sido o modelo imposto pelo Presidente ao seu partido e ao país e, que no entanto, mostrou dificuldades em respeitá-la. As redes sociais ajudaram a difundir as mensagens não só com relação ao primeiro protesto convocado mas também deu voz a quem não tinha. Enquanto os canais estatais não mostravam as manifestações dos jovens e nem sequer concederam uma única entrevista a eles, as redes sociais e os portais de notícia como o Club-K e o Angola 24 horas, deram a conhecer por que razão os jovens manifestavam e os vídeos lançados no youtube exibiam não somente os protestos massivos no norte de África, mas mostravam igualmente e de forma bastante clara que as manifestações em Angola foram feitas sempre de forma pacífica e exibiam a violência policial e sua cumplicidade com grupos a paisana que agrediam fisicamente os manifestantes, desmentindo desta forma as informações veiculadas pela imprensa pública.

3.2. A reação da mídia às manifestações

Existe um claro distanciamento entre a mídia pública e a mídia privada no tratamento das informações particularmente àquelas de âmbito político e social. A mídia pública que tem uma linha editorial tendenciosamente favorável ao regime vem há já algumas décadas se notabilizando em publicar informações, ou que distorçam o sentido das coisas, ou que acabam por instigar o ódio e a violência.

Durante o 27 de Maio de 1977, as suas publicações incentivavam a captura, prisão e o fuzilamento dos opositores ao regime. Relativamente ao conflito que opôs o governo e a UNITA, a Rádio Nacional de Angola, o Jornal de Angola e a Televisão Pública de Angola, demonizavam a imagem do líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, acusando-o de ser o principal causador do conflito armado, sem dar espaço para que as pessoas que tinham uma opinião diferente pudessem também ser ouvidas. Durante as manifestações que se seguiram a Primavera Árabe, ela não mudaria a sua linha editorial,

noticiando apenas as contramanifestações do partido no poder, por vezes com cobertura em directo da televisão, enquanto as agressões da polícia e de grupos a paisana contra os jovens que manifestavam contra o presidente Eduardo dos Santos não eram sequer noticiados. Já os jornais privados (com maior destaque para o bissemanário Folha 8) como veremos nos pontos que se seguem, assumiram uma postura completamente diferente, dando espaço para um debate mais alargado e com diferentes pontos de vista. A mídia internacional por sua vez, também fez cobertura de todas as manifestações, não somente aquelas que aconteciam em Luanda isto é, dos jovens revolucionários e do partido no poder, mas também aquelas que tiveram lugar nas províncias do Huambo, Benguela, Cabinda e Uíge.

3.2.1. As reações da mídia pública

A Primavera Árabe começou em Dezembro de 2010 mas somente a partir de 15 de Janeiro de 2011 é que aparecem as primeiras notícias no Jornal de Angola relativamente aos protestos no norte do continente. A notícia fazia referência ao anúncio de Ben Ali de que não iria mais se candidatar e abandonaria o poder em 2014¹⁷². A informação não aparecia em destaque na página inicial e seria dedicada apenas pouco mais do que 6 parágrafos. A morte do jovem Mohamed Bouazizi foi referida pela primeira vez apenas a 19 de Janeiro de 2011. Mesmo após a fuga de Ben Ali para a Arábia Saudita, o jornal não fez qualquer referência à sua renúncia. A TPA passava apenas por momentos breves esta informação não procurando entrar em pormenor.

Em Fevereiro houve maior cobertura noticiosa sobretudo no Jornal de Angola, dedicando por vezes páginas inteiras sobre as manifestações no Egipto. Contudo, em nenhuma matéria Mubarak era tratado como “ditador”. Quanto a Líbia, a TPA e sobretudo o JA, informavam que o líder líbio estava a ser vítima da sua própria vaidade e arrogância, não conseguindo fazer uma leitura dos novos tempos, que ao invés do diálogo preferiu fazer o uso da sua força militar para esmagar os protestos. Mas, a partir de Março, e com o anúncio da primeira manifestação em Angola e o começo da invasão da NATO na Líbia, a mídia estatal angolana mudou completamente a sua abordagem. Kadhafí passou a ser retratado como vítima de uma conspiração internacional, a NATO

¹⁷² CALMA regressa à Tunísia. «Jornal de Angola». 2011, p. 9

e os países ocidentais eram retratados como invasores, os manifestantes de oportunistas e, após a morte do líder líbio, o JA anunciava que “a NATO matou Kadhafi”.

Quanto a manifestação convocada para 7 de Março, a TPA, a RNA e o JA começaram uma verdadeira campanha de desinformação e descredibilização. Em 4 de Março de 2011, o JA trazia o título “*Luanda convoca grande marcha para repudiar acções contra a paz*”¹⁷³. No dia seguinte isto é, a 5 de Março, o JA voltava a colocar esta matéria em destaque fazendo novamente um apelo para que as pessoas saíssem às ruas para defender a paz e a estabilidade.¹⁷⁴

Havia muito nervosismo no seio do partido no poder e da comunicação social pública que mostrou-se igualmente bastante agitada. As notícias sobre os acontecimentos no norte de África deixou-lhes em estado de alerta máximo pois acreditava-se – apesar do partido no poder tentar demonstrar o contrário – que Angola poderia ter igualmente a sua primavera. O editorial de 8 de Março pode demonstrar claramente como o regime sentiu os efeitos da Primavera Árabe:

O que está a acontecer em África é demasiado grave para encarmos a anunciada manifestação de ontem [7 de Março] como algo desprezível. Há uma campanha internacional que visa lançar o continente em guerras civis e alimentar convulsões sociais de consequências imprevisíveis. Houve tentativas claras em Moçambique, ainda existem na África do Sul, estão em marcha uma forma dramática na Costa do Marfim, no Egipto, na Tunísia e na Líbia.¹⁷⁵

Um outro editorial, isto é, o do dia 10 de Março colocava igualmente esta questão no centro de sua análise, procurando denunciar uma suposta conspiração internacional. De acordo com o editorial,

O exemplo do Egipto é paradigmático. Nas redes sociais circulava muita informação. Mas a comunicação social dos países ocidentais manipulou vergonhosamente o que se passava. Promoveu manifestações que fizeram vítimas mortais. Foi o verdadeiro centro da contestação... Hoje temos naquele país africano uma situação económica calamitosa, as liberdades e garantias dos cidadãos pouco ou nada mudaram e os jovens continuam sem

¹⁷³ LUANDA convoca grande marcha para repudiar acções contra a paz. «Jornal de Angola» 2011, p. 40.

¹⁷⁴

¹⁷⁵ JORNAL DE ANGOLA – Editorial. 2011, p.6

perspetivas... a “revolução” manipulada pelos Média ocidentais está levar à miséria absoluta.

A mesma manipulação aconteceu no que diz respeito em Angola¹⁷⁶.

Em Angola, para não variar, os órgãos estatais não concederam uma única entrevista aos jovens que manifestavam contra o governo, não procuraram informar com isenção, nem mesmo a ação da polícia contra os manifestantes havia sido reportado. Somente depois de algumas semanas a TPA anunciava a sentença do Tribunal Provincial de Luanda absolvendo os jovens das acusações que pesavam sobre eles.

Todas as notícias relacionadas com a Primavera Árabe, desde o seu início foram cuidadosamente filtradas e divulgadas em doze conta-gotas para que as pessoas não estivessem suficientemente informadas. Houve dias em que, na mais dramática fase da repressão dos revoltados na Líbia, a TPA, a RNA, o JA e a ANGOP não consagrassem um único minuto a esses importantíssimos acontecimentos pelo medo de que estas poderiam contagiar a propagação desse “vírus” que já havia deixado cair dois poderosos regimes da região e um terceiro na eminência da queda. Por se saber que o regime angolano é semelhante aos do norte de África que durante anos humilharam e discriminaram as suas próprias populações em detrimento de um grupinho de familiares e amigos, toda informação que levasse as pessoas a fazerem qualquer tipo de analogia com a situação do país, não foi passada pelos órgãos públicos.

As marchas pela paz e pela estabilidade – é preciso lembrar que a paz nunca esteve em causa – anunciadas e realizadas antes do 7 de Março tinham como propósito criar o pânico no seio das populações, desinformando as pessoas sobre o que se passava realmente no mundo árabe para que se evitasse o contágio daqueles movimentos em Angola.

3.2.2. As reações da mídia privada

A mídia privada, com particular destaque para o bissemanário Folha 8, começou a dar destaque a Primavera Árabe e fez imediatamente uma comparação com o regime angolano. Sob o título provocador “*Ventos de mudança sopram regimes com mais de 30*

¹⁷⁶ ANGOLA e as redes sociais. «Jornal de Angola». 2011, p. 6

*anos – em Angola como será?”*¹⁷⁷ O jornal destacava as semelhanças e diferenças entre os regimes que estavam em queda no norte de África e o regime angolano, e como o país enfrentava o risco de ter um movimento semelhante nas ruas.

Ao contrário da mídia estatal, Kadhafi, Ben Ali e Mubarak, bem como Eduardo dos Santos eram tratados como ditadores. Várias entrevistas de jovens que estavam envolvidos na manifestação do dia 07 de Março foram publicados pelo jornal assim como a atuação da polícia nacional e os discursos violentos do Secretário-geral do MPLA e do Secretário Provincial de Luanda. A marcha convocada pelo regime era classificada como a marcha do medo, da vergonha e da desinformação. De acordo com o jornal, «no dia 5 de Março de 2011 o MPLA organizou uma manifestação do Medo. Medo do povo, isto é, medo de si próprio...Medo que ele, o povo, cresça na rua até formar uma força irresistível»¹⁷⁸.

É inegável como a informação tem poder de influenciar a conduta das pessoas mesmo aquelas que estão separadas por quilómetros de distância. Medo era como o MPLA e o seu líder, José Eduardo dos Santos eram retratados na mídia privada. Conter a difusão da informação era difícil por isso, o caminho mais acessível para o regime foi o de manipular as notícias, censurando as notícias dos órgãos de informação do Estado, prendendo de forma arbitrária os manifestantes e os jornalistas que pela imprensa privada e internacional cobriam os eventos. A intenção era não fazer passar a ideia que as revoluções árabes também começavam a ser sentidas em Angola de modos a diminuir a pressão sentida pelo regime.

3.2.3. A Mídia internacional

Apesar de não ter merecido uma ampla cobertura dos principais canais internacionais de notícia, as manifestações em Angola não deixaram de chamar a atenção à quem já acompanhava os movimentos de protestos no mundo árabe. Vários jornalistas de canais internacionais – como já foi referido acima – tiveram aquando da cobertura das manifestações, os seus meios de trabalho apreendidos pela polícia angolana e muitos foram parar a uma esquadra.

¹⁷⁷ VENTOS de mudança sopram regimes com mais de 30 Anos – em Angola como será? «Folha 8». 2011, p. 1

¹⁷⁸ A MARCHA do medo, de vergonha e de mentiras. «Folha 8». 2011, p. 15

Dentre os canais internacionais que fizeram algum destaque temos a realçar a RTP Internacional, a BBC Brasil, o Jornal O Globo, o The Wall Street Journal, a Reuters, e o Jornal O Público que dedicou várias páginas da sua publicação as manifestações em Angola.

A BBC Brasil destacava, após as quedas de Hosni Mubarak, Ben Ali e Muammar Kadhafi, que o presidente angolano tornara-se no líder a mais tempo no poder em África cujo mandato começou em 1979, quatro anos após a conquista da sua independência. «Mas as manifestações recentes que levaram a queda dos três big men africanos – Kadhafi na Líbia, Zine al-Abdine Ben Ali na Tunísia e Hosni Mubarak no Egipto – agora ameaçam atravessar o Saara e chegar a Angola».¹⁷⁹

O jornal destacava assim que as manifestações em Angola estariam a inspirar-se nos movimentos de protestos da Primavera Árabe, onde jovens angolanos saíam às ruas para exigir maior abertura política e o fim dos 32 anos de consulado de José Eduardo dos Santos.

O Jornal O Globo também não ficou indiferente. Na sua página da internet destacava igualmente as manifestações em Angola. Segundo o mesmo «o país foi tocado pelos ventos da Primavera Árabe. Em 2011, uma grande manifestação ocorreu, e um movimento permanente se formou – o 7311».¹⁸⁰

Mas o maior destaque vai sem sombra de dúvidas para o jornal português, O Público, que na sua edição datada de 25 de Setembro dedicou longas páginas abordando esta matéria. De acordo com o jornal,

Inspirados nas revoltas árabes, jovens angolanos de classe média têm vindo para a rua protestar contra a falta de liberdade de imprensa e a perpetuação do mesmo homem no poder... são pequenos grupos. Na primeira eram apenas 17, nas seguintes 100 ou 200. Organizam-se informalmente, por email ou folhetos passados nos mercados. Não têm um líder nem um partido.¹⁸¹

Com relação as manifestações todas elas foram unânimes em afirmar ou pelo menos relacionar os acontecimentos em Angola com os movimentos de protestos da Primavera Árabe.

¹⁷⁹ FELLET, João – Angola, com líder mais longo da África, tem 25 mil profissionais brasileiros. «BBC Brasil», 9 de Setembro de 2011.

¹⁸⁰ SORANO, Vitor – Angola entre as urnas e a sua primavera. «O Globo». 25/08/2012

¹⁸¹ PRIMAVERA ÁRABE inspira cada vez mais angolanos a protestar «Jornal O Público». 2011

A cobertura destes eventos pela mídia internacional ainda que não tenha produzido os efeitos verificados no norte de África, não deixaram de ser um incómodo para o governo angolano que tentava passar a imagem através da mídia pública que Angola é um país estável e o presidente gozava de amplo apoio popular. O medo que o governo teve sobre os perigos que a difusão desta informação poderia acarretar era que o foco da comunidade internacional se centralizasse em Angola, tal como havia acontecido na Líbia, Tunísia e no Egito. «Com o mundo a assistir, haveria maior pressão para reformas e abertura. O objetivo do governo era mostrar ao exterior que os eventos ocorridos no norte de África estavam longe de se converter igualmente numa realidade em Angola»¹⁸². Mas o nervosismo tornou-se bastante notório nas reações que os políticos ligados ao partido no poder, a polícia e os serviços de segurança do Estado tiveram com relação aos jornalistas que cobriam os eventos e também em relação aos próprios manifestantes.

3.3. A reação da classe política angolana

Enquanto a oposição manteve uma postura favorável em relação aos protestos, considerando um direito consagrado na Constituição do país, o partido no poder e algumas das suas principais figuras, tiveram sempre uma atitude crítica e negativa em relação aos protestos. O nervosismo tornou-se visível em algumas figuras dos quais se destacam o próprio Presidente da República José Eduardo dos Santos, o Secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo “Dino Matrosse”, o secretário provincial de Luanda, Bento Francisco Sebastião Bento e o ministro dos antigos combatentes, general Kundi Paihama.

Foram na verdade estas reações que deram a amplitude ao movimento de protesto. Mostrou que o governo não estava preparado para lidar com uma situação semelhante e trouxe a tona as fragilidades do regime.

No dia 15 de Abril de 2011, na abertura da I Sessão Extraordinária do Comité Central do partido MPLA, o Presidente da República acusava as potências ocidentais de estarem por detrás desta onda de protestos com o objetivo de o derrubar e colocar fantoches no poder, que sirvam aos interesses desses países. Mas, mais importante do que isto,

¹⁸² De acordo com CORDEIRO, Ana Dias – Movimento em Angola Pode Trazer Abertura mas não Mudanças. «Jornal O Público». 2011, p. 9.

Eduardo dos Santos reconhecia que a primavera Árabe estava a ter também reflexos em Angola. Segundo o Presidente,

Hoje há uma certa confusão em África e alguns querem trazer essa confusão para Angola. Devemos estar atentos e desmascarar os oportunistas, os intriguistas e os demagogos que querem enganar aqueles que não têm o conhecimento da verdade. Temos que ser mais ativos do que eles para vencermos a batalha da comunicação da verdade.¹⁸³

Meses depois, o presidente acabaria por dar uma entrevista ao canal português SIC Notícias, voltando a fazer referência direta a primavera Árabe como o modelo que muitos jovens viram para tentar ameaçar o seu regime. De acordo com o presidente angolano,

Eles tentaram, tentaram logo depois das revoltas na Tunísia, no Egipto e depois do conflito que eclodiu na Líbia, tentaram aqui também incitar a juventude para realizar grandes manifestações. Utilizaram as redes sociais para comunicar as suas mensagens e estabelecer mecanismos de mobilização e sensibilização, mas a verdade é que não pegou porque há uma ação positiva no sentido de se melhorarem as condições de vida dos cidadãos, no sentido de trabalhar para o bem comum.¹⁸⁴

A informação sobre o que acontecia no norte de África foi vital para os manifestantes e Eduardo dos Santos teve igualmente esta perceção. Sabia que se regimes semelhantes ao seu estavam em queda como peças de dominó, e num período apenas de semanas e meses, isto poderia servir também de motivação para os jovens angolanos continuarem com os protestos mantendo a crença de que ele também podia abandonar o poder. Daí a razão dos órgãos de comunicação público ao falarem das revoltas árabes evitarem certas expressões como “ditadores”, limitarem em poucos segundos as imagens da praça Tahrir, e acusarem frequentemente a NATO de ter assassinado o Coronel Kadhafi. Ao darem destaque a instabilidade naquela região, o regime procurou mostrar as pessoas que as manifestações poderiam trazer o país de volta a guerra. Foi esta posição assumida particularmente pelo secretário do MPLA em Luanda, Bento Bento. Para ele as manifestações são fomentadas por partidos da oposição, nomeadamente a UNITA, que querem levar a juventude a fazer um protesto de massas tipo Líbia, Egipto ou

¹⁸³ DOS SANTOS, José Eduardo citado por MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio – Ob. Cit. p. 89

¹⁸⁴ SIC – Entrevista de José Eduardo dos Santos 2013.

Tunísia. Num tom mais agressivo o governador acrescentou que “Angola não é Líbia, Angola não é Egipto, Angola não é Tunísia”.

A estratégia do partido no poder foi clara: desinformar e desacreditar a ação dos manifestantes de modo a persuadir a opinião pública de que se tratavam de jovens arruaceiros, impedir que outras pessoas se juntassem igualmente a causa e em função disto, acabariam por orientar a polícia e os Serviços de Informação e Segurança do Estado (SINSE), a prenderem, espancarem e executarem os supostos líderes destes movimentos. Enquanto o MPLA criticava os movimentos de protestos, do outro lado incentivava aos seus militantes saírem às ruas em apoio ao Presidente da República e com cobertura, por vezes em direto, da TPA e RNA.

Com o intuito de desincentivar a participação da população, o partido no poder, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), organizou uma campanha destinada a desacreditar os protestos contra o governo como tentativa de fazer o país regressar a uma guerra civil. A 15 de Março, o partido dirigente organizou uma marcha pela paz à escala nacional.¹⁸⁵

A imagem da guerra civil que o país atravessou desde 1975 até 2002 ainda está viva na memória de muitos angolanos que testemunharam os horrores dela, e por causa da cultura do medo que se instalou e a falta de uma cultura de reivindicação e de manifestação, fizeram com que muitos angolanos acreditassem na versão oficial. Se por um lado os jovens manifestantes se inspiravam nos sucessos da Primavera Árabe, por outro lado, as imagens da Televisão Pública de Angola que davam particular destaque ao conflito na Líbia e na Síria, dissuadiram outros jovens a se juntarem a ela, mostrando que as manifestações resultaram na guerra e no caos, e os beneficiários foram as potências internacionais e não os povos daquela região. Houve uma verdadeira batalha de informação entre o regime e os manifestantes no sentido de enfraquecer tanto a imagem de um lado como do outro para ganhar legitimidade sobre as suas ações quer interna como externamente. O que evidencia a importância que a informação havia assumido nesta batalha para difundir ou conter as manifestações pelo resto do país e não só.

A manifestação de 7 de Março teve fraca adesão ora porque a mensagem não chegou a todos – precisamos destacar que muitos angolanos ainda não têm acesso a internet que era o principal veículo de mobilização – ora porque a campanha de desinformação teve

¹⁸⁵De acordo a HUMAN RIGHTS WATCH – Angola. 2012, p.3

os seus efeitos. Geralmente o número de jovens que saíam às ruas rondavam entre os 200, 300. Outros órgãos falavam em milhares (dois a três mil) não passando disto. Mas apesar da fraca mobilização, importantes ilações foram tiradas a propósito das manifestações que pela primeira vez no país, exigia a demissão do presidente. É Rafael Marques quem faz a seguinte observação:

Em Angola, o movimento contestatário liderado pela juventude, com o propósito de pressionar a resignação do Presidente José Eduardo dos Santos e acabar com o seu longo consulado de 32 anos, obteve alguns sucessos importantes, apesar da sua incipiente capacidade para mobilizar para além das centenas. Primeiro, durante o ano passado (2011), o regime teve de usar força desproporcional para reprimir pequenos grupos de manifestantes, provando assim o seu apego à violência para rechaçar qualquer oposição que incomode o Presidente. Segundo, os jovens forçaram o regime a dispender consideráveis recursos financeiros e humanos na realização de contramanifestações regulares para reafirmar o seu apoio ao presidente... terceiro, a imagem do regime ganhou um cunho mais autoritário à luz da opinião pública.¹⁸⁶

As informações que o governo geralmente procura esconder do público, os seus crimes e a sua verdadeira natureza acabaram por vir à superfície. «Estes movimentos tornaram muitas coisas visíveis. Coisas que aconteciam em Angola sem (quase) ninguém saber. E que alguns sabiam mas ignoravam: as prisões, as ameaças de morte. Isto foi exposto e o medo desapareceu»¹⁸⁷. Apesar da violência brutal por parte da polícia nacional, a detenção arbitrária dos manifestantes e jornalistas que cobriam os eventos, o surgimento de grupos a paisana que com a cumplicidade da polícia agrediam fisicamente os manifestantes, as manifestações continuaram e continuam um pouco por todo país.

Pode-se notar a cumplicidade do governo no apoio a estas agressões contra os manifestantes pois, não houve de sua parte qualquer condenação oficial e nem fora feito nenhum apelo à polícia para que esta respeitasse a lei. Mas ao contrário da atitude do governo, algumas organizações da sociedade civil tomaram uma postura diferente. A organização Human Rights, no seu relatório denunciava os excessos cometidos pela polícia e apelava ao governo a abrir um inquérito para apurar a verdade e punir os seus

¹⁸⁶ MORAIS, Rafael Marques – O Poder e a Sucessão de José Eduardo dos Santos. 2012, p. 12

¹⁸⁷ De acordo com RIMLI, Lisa. Citada por CORDEIRO, Ana Dias. Ob. Cit. p. 8-9.

infratores. O apelo também se estendia a polícia que era aconselhada a agir com moderação.

A sensação de que o regime estava perdendo o controlo da situação tornou-se ainda mais visível com o rapto e o assassinato de dois ativistas na sequência das manifestações agendadas para Maio de 2012, e que levariam à uma mobilização sem precedentes na história recente de Angola, exigindo que se fizesse justiça pelas mortes de Alves Kamulingue e Isaías Cassule que foram raptados nos dias 27 e 29 de Maio. De acordo com o portal de notícias Club-K, que foi o primeiro a tornar pública a informação, Cassule e Kamulingue foram mortos e jogados no rio Dande, numa zona habitada por jacarés onde os seus corpos terão sido devorados. A informação gerou uma nova onda de protestos no país e levou a demissão do diretor do SINSE, Sebastião Martins, e a detenção de outras 8 pessoas ligadas a polícia nacional e aos serviços de segurança. Internamente a imagem do presidente e do seu partido ficaram seriamente comprometidas. O governo em reação, manteve o silêncio.

3.4. A proposta de lei contra os crimes na Internet

A 31 de Maio de 2011, foi aprovada a lei contra os crimes na internet que penaliza as infrações cometidas ao nível do ciberespaço. A lei foi aprovada sem se promover um amplo debate ao nível nacional e o partido governante, o MPLA, votou de forma unânime a favor do texto. Para Mihaela Webba, «este pacote legislativo é uma clara resposta à manifestação que pretendia ser realizada no dia 07 de Março, só por isso o movimento 7 de Março está de parabéns»¹⁸⁸. E pensa-se que foi aprovada em reação as manifestações porque no dia 14 de Abril de 2011, «o Presidente Eduardo dos Santos, numa das reuniões do seu partido declarou que a internet estava a ser utilizada para organizar manifestações não autorizadas para “insultar, denegrir, provocar distúrbios e confusão”».¹⁸⁹

O diploma legal das tecnologias de informação e comunicação condena com pena de prisão de dois a oito anos quem enviar mensagens eletrónicas com intenção de perturbar a paz. Ela permite que se aceda a uma base de dados sem prévia autorização da autoridade competente numa clara violação ao artigo 34º da Constituição da República

¹⁸⁸ NOVA LEI sobre “TIC” é inconstitucional diz jurista Mihaela Webba. «Club-K».

¹⁸⁹ HRW – Angola: Retirar a Proposta de Lei Contra os Crimes na Internet. 2011.

de Angola. A referida lei teria como alvo a internet, emails e todos equipamentos que possam conter dados. Por exemplo, ela seria aplicada contra pessoas individuais ou coletivas que publicassem informações consideradas não autorizadas ou que lesassem o bom nome das instituições e figuras do governo e do Estado, sob o pretexto de que é a preservação da paz e da soberania nacional, integridade, a segurança do Estado e a ordem pública que estão em causa.

Ora, o grande problema quanto a aprovação desta lei reside no facto de que em Angola qualquer manifestação contra o regime, mesmo que feita de forma pacífica e com conhecimento das autoridades competentes e nos marcos da lei, são considerados como atentados a paz, a reconciliação nacional e a segurança do Estado. Qualquer denúncia feita contra uma figura muito próxima ao regime é considerada calúnia e difamação mesmo com a apresentação de provas substanciais. Se um cidadão filmar ou fotografar agentes da polícia a cometerem uma infração e lançar as imagens nas redes sociais, isto pode ser considerado como um ato que mancha o bom nome da polícia e o cidadão em causa (ao abrigo da nova lei) poderá responder criminalmente.

A utilização da internet e das redes sociais por jornalistas, ativistas cívicos, defensores dos direitos humanos e partidos da oposição tem vindo a tornar-se cada vez mais importante em Angola, como forma de contornar as restrições impostas aos meios de comunicação tradicionais¹⁹⁰. Com esta lei as autoridades teriam luz verde para invadir os emails, os telefones e as correspondências dos cidadãos sob o pretexto de agir no interesse do Estado. Isto reforça a ideia de que tratou-se de uma resposta do regime contra as manifestações que se inspiraram na Primavera Árabe e que foi convocada como vimos nos pontos anteriores, a partir das redes sociais.

Na perspectiva de vários analistas, inclusive do diretor da Human Right em África, a referida lei não só atentaria contra a liberdade na internet mas também contra a liberdade de expressão e informação. Os principais alvos seriam os portais de notícia sitiados na Internet como o Club-K, o Angola 24 Horas e o site Makaangola, e jornais como o bissemanário Folha 8 de Willian Tonet, por se terem constituído nos últimos tempos, fontes de informação independentes e alternativas e os seus responsáveis, ao contrário de outros cibernautas que preferem o anonimato, são facilmente localizáveis.

¹⁹⁰ Idem.

De acordo com Daniel Bekele, Diretor da Human Right em África, «a proposta de lei iria aprofundar as restrições já existentes no ambiente dos meios de comunicação em Angola e estendê-las à internet, à qual muitos angolanos têm vindo a recorrer em busca de um debate aberto sobre questões que o governo quer limitar»¹⁹¹.

¹⁹¹ Idem.

CAPÍTULO IV – UMA PRIMAVERA ANGOLANA?

A queda dos regimes no norte de África, o surgimento das primeiras manifestações em Angola, a utilização das redes sociais da internet como canais alternativos de acesso a informação e mobilização de massas, uma população bastante jovem e sedenta de mudança, faz-nos levantar algumas questões sobre a possibilidade de haver aquilo que poderíamos chamar de primavera Angolana ou seja, um movimento de contestação contra o regime angolano que viesse assumir contornos semelhantes como as que tiveram lugar no norte de África.

Desde 2011 que há um movimento permanente de contestação contra a manutenção do regime de Eduardo dos Santos no poder, que inspirado na Primavera Árabe reivindica maior liberdade política, igualdade económica, emprego, educação de qualidade e um repúdio contra a corrupção. O movimento revolucionário vem realizando manifestações de forma esporádica e constantes, com um carácter anti regime, o que leva a pensar que o contexto político e social em Angola pode estar a conhecer um momento de virada, ainda que estas ações não tenham trazido os mesmos resultados que se verificaram no norte do continente. Eles também têm publicado no seu “blog” informações relativas a organização de manifestações por todo país, entrevistas importantes e notícias de jornais nacionais e internacionais que dão igualmente destaque as manifestações em Angola. A internet para esse movimento tem sido uma ferramenta fundamental.

Apesar das opiniões serem bastante divergentes nesse sentido, muitos ainda acreditam que é possível as manifestações ganharem outros contornos caso a situação política, económica e social não venha mudar no curto ou médio prazo. Isto significa em outras palavras, que Angola não está isenta de conhecer uma situação semelhante ao que ocorreu com a Tunísia e o Egipto e ter igualmente a sua primavera. No entanto, existe uma série de fatores, alguns deles já foram afluídos no capítulo 3, que podem levar a uma situação de não retorno.

O propósito deste último capítulo é analisar potenciais fatores que podem impedir e/ou acelerar um movimento semelhante a Primavera Árabe e como as redes sociais e os portais de informação se converteram num instrumento que oferecem vias alternativas para produzir e obter informação, para organizar protestos e a consequente ameaça do status quo.

4.1. O poder e a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação

«Se a imprensa internacional é chamada de quarto Estado, o ciberespaço pode ser chamado de “Estado interconectado”»¹⁹². É o Estado das comunidades virtuais que transborda as fronteiras nacionais e coloca em contacto de forma instantânea pessoas dos quatro cantos do globo. Mesmo fechado dentro de quatro paredes o indivíduo pode participar de forma ativa na vida política não só do seu país mas também pode se converter num ator internacional. Já fizemos referência dos hackers que podem lançar ciberataques contra outros países, roubar dados em instituições bancárias e até mesmo atacar uma central elétrica. Para isto basta ter um computador conectado à rede. Mas a internet e sobretudo as redes sociais podem fortalecer ainda cidadãos comuns ou ativistas na luta pela conquista de certos direitos e exigir ação por parte dos políticos.

A velocidade com que a informação circula, a sua difusão em tempo real, dão as novas tecnologias um poder acrescentado. A televisão por satélite, o uso de cassetes e o fax, já se mostraram igualmente importantes na segunda metade do século XX confirmando a velha máxima de que a “*informação é poder*”. Já destacamos neste trabalho a guerra do Vietnam mas ainda existem outros exemplos como a revolução iraniana e a queda do comunismo na Europa do Leste, aonde o recurso a informação foi fundamental para as mudanças que se impunham. Com a internet e as redes sociais nos dias de hoje, a informação circula ainda com maior liberdade e em todas as direções. O segredo dela está na partilha e na capacidade de se congregarem o maior número de pessoas à uma determinada causa. A Primavera Árabe resultou de vários fatores que nós já fizemos referência no capítulo 2: corrupção, pobreza, falta de liberdade política, desemprego, etc. mas foi também o sentimento de que era necessário que se fizesse justiça pelas mortes de Mohamed Bouazizi na Tunísia, e Khaled Saidi no Egipto que uniu as pessoas e os fez sair às ruas.

A Primavera Árabe mostrou mais uma vez ao mundo o potencial que as novas tecnologias oferecem aos cidadãos comuns e como podem se converter em instrumentos de poder ao serviço dos sem voz, quer a nível nacional e internacional. O presidente Estradas das Filipinas foi o primeiro a sucumbir a um protesto organizado a partir das mensagens escritas, isto é, no princípio do século XXI. A ele seguiram-se Ben Ali na Tunísia e Hosni Mubarak no Egipto.

¹⁹² SCHIMIDT, Eric; COHEN, Jared – The digital Disruption: Connectivity and the Diffusion of Power. Foreign Affairs. 2010.

Fukuyama acredita que as revoluções que derrubaram estes presidentes é o resultado da emergência de uma nova classe média global, que são liderados por pessoas (maioritariamente jovens) com bom nível de escolaridade. Eles contestam os regimes autoritários ou que mostram tendência para sê-lo, bem como contra governos corruptos que lutam para promover boa imagem internacionalmente, enquanto a maioria das suas populações não têm acesso aos serviços básicos como a educação e a saúde. «A nova classe média traz novas exigências com relação a educação, saúde e emprego, é politicamente mais ativa e estão tecnologicamente conectados»¹⁹³.

Os líderes políticos de agora em diante, deverão estar muito mais atentos às novas tecnologias e maior cuidado terão com suas ações que podem fazer com que situações desta natureza ocorram dentro dos seus países. E fica claro que não somente em regimes ditatoriais há contestação deste tipo, mas também em países mais democráticos.

À medida que os cidadãos reivindicam seu direito de moldar as decisões que determinam sua vida e seu futuro, os contratos sociais entre Estado, mercado, mídia e sociedade civil de final do século 20 estão sendo renegociados. O status quo em democracias estabelecidas e emergentes, bem como em regimes autoritários, está sendo desafiado por cidadãos e de grupos da sociedade civil que buscam maior responsabilização e transparência da governança¹⁹⁴

O Brasil e a Turquia são os melhores exemplos para este caso. No final de 2011, jovens também saíram às ruas para protestar contra as políticas dos seus governos. Nos EUA foi o movimento Ocup Wall Street que durante dias ocupou os destaques da mídia de todo mundo, em contestação ao sistema capitalista.

Mas o uso das novas tecnologias e a circulação da informação não censurada e não controlada tem um poder mais corrosivo em regimes ditatoriais, funcionam como bomba relógio nos países onde os líderes procuram fechar-se a sete chaves. Não é por acaso que muitos líderes na sequência da Primavera Árabe proibiram que as televisões lançassem no ar determinadas imagens e restringissem o uso da internet e a interceção de palavras como “Egipto”, “Tunísia”, “Líbia”, “Tahrir”, “revolução”, etc.

A informação afeta de forma direta a imagem destes regimes mostrando aquilo que muitos líderes autocratas e não só, não gostariam que se tornasse ao conhecimento do

¹⁹³ FUKUYAMA, Francis – The Middle-Class Revolution. «The Wall Street Journal». 2013.

¹⁹⁴ SRINATH, Ingrid – Sociedade Civil: o Poder do Povo. «e Journal USA». 2011, p. 9

seu público. Em causa está a sua credibilidade e a legitimidade não somente a nível interno de cada Estado como também a nível internacional. Ben Ali e Mubarak tinham plena consciência disto e por esta razão o controle da informação foi sempre vital para a consolidação dos seus poderes. Mesmo após o começo dos protestos, eles tentaram mas sem sucesso, bloquear o sinal da internet, numa tentativa clara de limitar a difusão da informação que neste século já se revelou como arma poderosa. Ian Bremmer vai dizer que as novas tecnologias estão espalhando o “vírus da liberdade”. «A disseminação deste vírus torna difícil e dispendioso para os autocratas isolarem as suas populações do resto do mundo e dão aos cidadãos comuns ferramentas para a construção de fontes alternativas do poder»¹⁹⁵. E quer Ben Ali como Mubarak, depois de bloquearem o sinal da internet sentiram-se obrigados a restabelece-lo.

Eles não foram os únicos a tentarem agir desta maneira. Todos regimes fechados e com líderes semelhantes àqueles tiveram o medo do contágio. As pessoas até aqui tinham uma outra percepção do norte de África sempre retratada como a zona mais próspera do continente até que as revoltas colocaram a situação a “nú”. Em Angola os cidadãos aproveitaram estes exemplos para contestar também contra o regime que se crê ser semelhante aqueles que estavam em queda. Os governos ocidentais não tiveram outra alternativa senão reconhecer a legitimidade dos protestos, pressionando os ditadores que respeitassem a vontade dos seus povos, e no caso da Líbia e da Síria, resultou no isolamento internacional dos dois regimes.

Há quem defende que o principal beneficiado com as novas tecnologias é a democracia uma vez que cidadãos comuns podem ter encontrado um espaço não controlado por nenhum governo, onde eles possam ser mais ativos e participativos na vida política dos seus países. A nova classe média do mundo Árabe e as organizações da sociedade civil lideradas pelos jovens tiraram o maior proveito que se pode fazer do uso da internet e das redes sociais. Mas isto tornou-se igualmente possível devido a boa taxa de penetração nesses países (como é o caso da Tunísia e do Egipto), e sobretudo quando várias pessoas começaram a partilhar a mesma informação.

O potencial da mídia digital para construir a sociedade civil é considerável. Desenvolvimentos recentes nas tecnologias de conexão, como telefones celulares e plataformas das redes sociais, revolucionaram o modo como

¹⁹⁵ BREMMER, Ian – Democracy in Ciberspace: What Information Can and Cannot Do. *Foreign Affairs*. 2010.

compartilhamos informações, comunicamos com outros, organizamos e defendemos nossos interesses. Esses desenvolvimentos têm a capacidade de fortalecer a sociedade civil onde ela já existe – e de fomentá-la onde ela não existe. Ao reduzir as barreiras à produção e distribuição de informação, milhões de novos produtores e consumidores de mídia têm condições de organizar, comunicar, aprender e participar em seus países e comunidades com eficiência sem precedentes¹⁹⁶.

As novas tecnologias facilitaram o aparecimento dos grupos de diáspora que mesmo sem se conhecerem podem formar uma comunidade virtual e partilharem valores comuns. Estes promovem o ativismo online cujas ações produzem resultados concretos fora do mundo virtual.

A este respeito os exemplos também são numerosos. Embora estando fora do período de delimitação deste trabalho, fazemos referência a campanha “*Bring Back Our Girls*” que foi lançada por uma conta no twitter pelo advogado nigeriano Ibrahim Abdullahi, na sequência do rapto de mais de trezentas jovens adolescentes pelo grupo extremista Boko Haram. A campanha assumiu a dimensão internacional após a informação ser partilhada por diversos usuários sobretudo quando personalidades famosas começaram a aderir, tal como a primeira-dama americana Michelle Obama. Esta informação persuadiu os governos a assumirem uma posição diferente em relação ao grupo extremista e a União Europeia colocou-os na sua lista negra. Em muitas televisões e jornais de todo mundo a notícia fazia destaque. Isto vem novamente confirmar as teses defendidas no princípio deste trabalho segundo a qual, a credibilidade passou a ser um recurso crucial do poder e leva as pessoas a aderirem a nossa causa sobretudo quando as nossas ações são vistas como legítimas.

Em Angola, as novas tecnologias também podem potenciar os movimentos de protestos e se converter numa importante ferramenta para se exercer pressão sobre o Presidente Eduardo dos Santos. Dissemos que “podem potenciar os movimentos de protestos” porque, tal como fizemos referência no capítulo 2, elas não produzem necessariamente revoluções ou mudanças mas ajudam a facilitar estes processos. De acordo com Ian Bremmer, essas ferramentas têm valor neutro: «nada existe de inerentemente pró-

¹⁹⁶ RUSHKOFF, Douglas – Da Aldeia Global às Bases: Potencial Cívico da Mídia Digital. «e Journal USA». 2011, P. 14

democrático neles»¹⁹⁷. O potencial para as revoluções está no sentimento que as pessoas nutrem em relação ao modo como o país está sendo governado. «O aumento da expectativa e a realidade decepcionante alimentam um ambiente propício as revolta»¹⁹⁸.

E a contestação ao regime de Eduardo dos Santos resulta precisamente pela ineficiência do seu governo em corresponder as expectativas desta nova geração. «Uma geração que têm uma fraca memória do que é a guerra e tem maiores exigências no que toca a educação e o emprego, a melhoria das condições de vida não só ao nível pessoal como ao nível da própria sociedade»¹⁹⁹.

São esses jovens que representam atualmente a maior ameaça para o regime. E como ficou demonstrado desde Março de 2011, essa juventude não tem medo de sair às ruas e protestar contra o governo como noutrora havia. O que falta, na opinião de alguns analistas são elementos que sirvam de catalisadores para transformar estas pequenas manifestações em grandes protestos das massas como aconteceu no Egipto e na Tunísia. «Um acesso mais abrangente e facilitado às redes sociais contribuiria para transformar estas acções localizadas num amplo movimento nacional»²⁰⁰, e talvez até mesmo num movimento transnacional envolvendo angolanos e estrangeiros na diáspora descontentes com o regime de Eduardo dos Santos, ou que vivem situações semelhantes nos seus países.

Para que nascesse a Primavera Árabe em Angola [ou Primavera Angolana], seria preciso uma rede que ligasse os protestos em diferentes pontos do país, ou um acontecimento que unisse a população num mesmo protesto, como na Tunísia, onde um jovem se imolou perante a injustiça e a falta de perspectivas, criando uma onda de solidariedade e protesto que uniu o país num apelo coletivo à saída de Ben Ali.²⁰¹

E a primavera Árabe demonstrou que estes regimes não resistem por muito tempo às pressões sobretudo quando as pessoas saem às ruas. E aqui também ficou demonstrado pelas reacções do governo. Em todo caso, Cresce no país o número de pessoas que vão tendo maior acesso a educação (sobretudo a educação universitária) e as novas

¹⁹⁷ BREMMER, Ian – Ob. Cit.

¹⁹⁸ FUKUYAMA, Francis – Ob. Cit.

¹⁹⁹ DW – As Manifestações em Angola têm um Efeito mais Corrosivo sobre o Regime do que no Egipto, Analisa Rafael Marques.

²⁰⁰ PACHECO, Fernando citado por CORDEIRO, A. Dias – Ob. Cit. p. 9

²⁰¹ CORDEIRO, Ana Dias – Movimento em Angola pode Trazer Abertura mas não Mudança. «Jornal O Público». 2011, p. 8.

tecnologias a preços acessíveis (aliás esta é uma das características da era da informação que já foi dita no capítulo 1), o número de usuários cresce e com ele, o uso da internet que pode ser acedida a partir de um telemóvel.

A internet e as redes sociais seriam de vital importância uma vez que para além das pessoas poderem ter acesso as informações – sobretudo aquelas que a TPA, RNA e o Jornal de Angola não levam ao conhecimento do público – também podem facilitar a organização de protestos mobilizando as pessoas, tal como aconteceu nos países do norte de África. E podem ainda fomentar os fóruns e as discussões online, contribuindo desta forma para o debate aberto e o fortalecimento da sociedade civil.

Esta perspectiva contudo não é consensual. Há vozes que advogam que apesar do regime enfrentar esta nova onda de contestação que vão aparecendo um pouco por todo país, do crescente aumento de usuários da internet e das redes sociais, e de um descontentamento quase generalizado, a mudança tem de vir dentro do próprio MPLA porque a oposição está bastante fragilizada, a sociedade civil é pouco ativa e a juventude está bastante cética em relação aos políticos. «Há uma grande insatisfação mesmo no interior do partido no poder, por tudo o que acontece, mas as pessoas vêm-se coagidas, não tanto pelo medo da repressão mas por acharem que não há alternativas credíveis»²⁰². Um afastamento brusco do presidente por alguma doença ou incapacidade, ou ainda em caso de morte, acreditam, poderia alterar o curso da história. Muitos creem que o MPLA correria o risco de desintegrar-se e perder o poder. Um sucessor mesmo dentro do partido governante teria muitas dificuldades em reunir consenso.

O MPLA controla o poder económico e tem usado uma política de acomodação, sobretudo ao nível do exército e da polícia. Os generais beneficiam-se das riquezas do país e o Orçamento Geral do Estado continua com uma forte inclinação para as áreas da defesa e segurança, em detrimento da educação e saúde apesar das melhorias nos últimos 12 anos. Alguns analistas acreditam que o MPLA ainda tem dinheiro para corromper as vozes que se mostram discordantes em relação ao regime e os petrodólares para tapar os olhos da comunidade internacional.

Quanto a internet e as redes sociais, acredita-se que elas não ajudam somente o fomento de protestos mas também «podem facilitar por parte do Estado, a monitorização e a

²⁰² PACHECO, Fernando citado por CORDEIRO, A. Dias – Ob. Cit. p. 8

espionagem dos seus usuários»²⁰³, tal como o ocorrido no Irã em 2009, na sequência das eleições que deram o segundo mandato ao presidente Ahmadinejad e que foram esmagados pela polícia, bem como a prisão de alguns ativistas capturados através da infiltração de agentes secretos nas redes sociais.

Apesar de concordarmos em parte com esta perspetiva, achamos que ela não é de todo verdadeira e o exemplo é a Primavera Árabe onde líderes que usavam este tipo de estratégia e contavam com os petrodólares, não resistiram aos protestos de rua. E uma das razões está no facto de que nesses movimentos de protestos, não existem lideranças visíveis o que torna a ação dos governos muito mais complicados por não haver pessoas com quem negociar ou corromper para parar os protestos. O mesmo pode-se dizer, ocorre em Angola. Se,

Antes, em Angola, os protestos eram organizados por grandes ou pequenos partidos sem expressão no Parlamento ou por associações, que o MPLA facilmente dividia e aliciava. Agora, são-nos por jovens sem cor partidária, indignados, uma nova geração “que quer ver e sentir as reformas”²⁰⁴

Isto significa que se a situação política, económica e social não melhorarem no curto ou médio prazo, o regime poderá enfrentar ondas de protestos maiores e perderá o controlo da situação. «A história é uma bola. Ainda que se queiram travar os ventos, eles são tão indisciplinados na sua caminhada que não se pode dizer que não vai acontecer. Pode não ser ao mesmo tempo. Mas um dia tem que acontecer»²⁰⁵. E diante deste quadro podem restar apenas duas alternativas a se seguir: ou o regime reprime os protestos de forma violenta como aconteceu na Líbia e na Síria, ou cumpre com a exigência dos manifestantes como aconteceu na Tunísia e depois no Egipto.

As redes sociais em Angola, apesar de não produzirem as mudanças que se pretendem, podem dar expressão a esses movimentos e amplificar a sua voz. Elas teriam o poder de transformar um problema local num problema global sobretudo se estes chocassem com os valores fundamentais como a vida, a dignidade da pessoa humana, a liberdade e a democracia, que são os valores defendidos e partilhados por diferentes povos do mundo e pela comunidade internacional. E, como vai dizer Douglas Rushkoff no seu artigo,

²⁰³ TUFEKCI, Zeynep – After the Protests. «The New York Times». 2014

²⁰⁴ CORDEIRO, A. Dias – Ob. Cit. p. 8.

²⁰⁵ HENRIQUES, Joana Gorjão – Angola Protesta. «Jornal O Público». 2011, p. 5

A maneira mais fácil de lembrar como a mídia digital realmente funciona é simplesmente olhar para os seus dez dedos da mão. A tecnologia digital traz a mídia de volta para as nossas mãos. Não somos mais meramente consumidores de mídia: somos produtores de mídia. E o assunto preferido da câmera de mão dos smartphones tende a ser não o que está acontecendo em outros lugares, mas o que está acontecendo localmente²⁰⁶.

O uso massivo da internet e das redes sociais durante a Primavera Árabe, as imagens que ela projetava na internet, os vídeos que circulavam pelo youtube, transformaram um problema local em internacional e apelaram a consciência das pessoas levando outras nações a pressionarem estes regimes a se tornarem mais abertos, respeitando a vontade dos seus cidadãos, e fazerem uma transição política e/ou transferência pacífica do poder. Se por hipótese as manifestações continuarem em Angola e ganharem maior expressão, se se conseguir captar a atenção da comunidade internacional ou uma campanha nas redes sociais conquistar milhões de aderentes, a pressão quer interna como externa tenderá a aumentar e aí talvez sim, o Presidente Dos Santos teria de enfrentar um protesto de massas generalizado por todo país e pressionado a deixar o poder, e o seu partido teria de iniciar um processo de reformas profundas sob pena de conhecer um cenário igual ao da Tunísia, onde Ben Ali e toda sua máquina repressiva foram afastados do poder.

4.2. O fator Club-K, Makaangola e Angola 24 horas

Para percebermos melhor o impacto que a internet e as novas tecnologias exercem sobre a política em Angola e como a informação tornou-se numa arma que ameaça até mesmo a estabilidade de todo regime que há mais de 39 anos ocupa o poder, destacamos os portais de informação Club-K, o Angola 24 Horas e o Makaangola, por difundirem a informação de forma rápida, não permitindo sequer a interferência do regime na sua publicação que é feita a partir do ciberespaço, e por reforçar as teses que vimos tentando defender desde o início desde trabalho: o poder que a informação exerce atualmente nas relações internacionais.

O Club-K, o Makaangola e o Angola 24 horas, tornaram-se nos sítios mais procurados por cidadãos comuns, elementos ligados a sociedade civil e até de partidos políticos da

²⁰⁶ RUSHKOFF, Douglas – Ob. Cit, p. 13

oposição. O conteúdo gerado por esses portais de notícia e as denúncias contra a violação dos direitos humanos e a corrupção no país (Makaangola), têm contribuído de forma considerável para o alargamento do debate em torno de questões que o governo procura limitar. Os usuários podem aceder aos conteúdos de forma livre e quase sem custos, e a partir da sua conta no facebook fazem comentários sobre as diversas notícias que a imprensa pública também não faz passar.

O papel destes órgãos tem sido vital para o fortalecimento da sociedade civil e para se ouvirem as vozes que há muito foram silenciadas por não existir abertura nos órgãos de informação público que apenas limitam-se a passar as informações que são favoráveis ao regime e as opiniões de pessoas que convergem no mesmo sentido. Contudo, uma das vantagens da era da informação é que ela propicia espaço onde todos podem ser ouvidos, onde qualquer informação, mesmo aquelas que não são do agrado das autoridades, possam veicular em liberdade e com enorme rapidez. O Club-K, o Angola 24 Horas e o site Makaangola, inserem-se neste contexto.

Durante as eleições de 2012 por exemplo, enquanto a imprensa pública manipulava as imagens das atividades ligadas aos partidos da oposição mostrando uma fraca aderência do público, elas conseguiam contornar e desmentir estas informações exibindo os vídeos gravados por câmeras dos telefones celulares e ipads, e lançadas no youtube. Mas antes disso, isto é, em 2011, esses portais de informação – particularmente o Club-K – traziam as notícias mais atualizadas sobre todo o movimento em torno das manifestações de protestos contra o regime angolano que demonstravam o contrário daquilo que estava sendo noticiado nos órgãos oficiais do Estado. Neles foram exibidos as imagens e fotografias dos jovens gravemente feridos e a violência da polícia contra jornalistas e manifestantes, exibiu-se igualmente e de forma flagrante a cumplicidade da polícia com os grupos a paisana que já referimos acima. Mas o caso mais relevante foi sem sombra de dúvidas o rapto e o assassinato de dois ativistas, Cassule e Kamulingue.

Foi na sequência de uma manifestação agendada para 27 de Maio de 2012 que os dois ativistas foram raptados e os seus restos nunca sequer foram encontrados. As suspeitas recaíram diretamente a elementos ligados a UGP, a Casa Militar da Presidência da República e aos serviços de informação. Somente os órgãos privados noticiavam o sucedido. A imprensa pública nunca o noticiou uma única vez. A partir de Maio e Junho de 2012, várias vozes começavam a exigir que o governo e o presidente explicassem o

paradeiro dos dois ativistas. O local escolhido foram os portais de notícia Club-K, Angola 24 Horas, a Rádio Despertar e a Rádio Eclésia.

A notícia sobre o assassinato dos ativistas foi publicada pela primeira vez pelo Club-K, revelando pormenores sobre um processo que ainda estava a decorrer na Procuradoria e sob segredo de justiça, dando alguns detalhes de como o crime teria sido cometido e os supostos implicados na morte dos dois ativistas. A notícia gerou condenação aos vários níveis no país desde os partidos políticos da oposição, organizações não-governamentais e cidadãos comuns que exigiam esclarecimento sobre o caso e que se fizesse justiça não somente em relação aos atores materiais, mas também em relação aos atores morais do crime. Vários usuários comentaram a notícia a partir das páginas do facebook e foi a partir daí que a sociedade foi mobilizada a sair às ruas para uma manifestação contra este crime. Dois dias depois de ser noticiado pelo Club-K, a Procuradoria viria a confirmar toda a informação veiculada pelo portal. O Club-K, melhorou a sua imagem perante os usuários que acreditaram que ele fornecia informações credíveis.

A forma como a informação foi veiculada mesmo antes do pronunciamento oficial da Procuradoria, as reações que ela provocou ao nível de todo o país nomeadamente a exoneração do Diretor Geral do SINSE, a detenção dos elementos implicados, a convocação de uma manifestação em todo o país, a exigência para que se julgassem não somente os autores materiais mas também os autores morais e as reações históricas do regime contra todo este movimento e a mediatização que ela foi assumindo, provaram mais uma vez que nesta nova era as pessoas estão mais interconectadas e é muito mais difícil também para os governos conterem o fluxo da informação que circula em liberdade dentro do ciberdomínio.

A semelhança do que aconteceu na Tunísia onde a morte do jovem Bouazizi incendiou o barril de pólvora da revolução, forçando o Presidente Ben Ali abandonar o país para o exílio na Arábia Saudita, a morte dos dois ativistas em Angola e a publicação e partilha desta informação a partir do Club-K e das redes sociais como o facebook, provou também que um acontecimento inesperado poderia servir de rastilho para dar início a uma revolução angolana ou uma primavera angolana. De acordo com o professor Joseph Nye Jr., «à medida que o crescente fluxo de informação torna as pessoas mais

conscientes das desigualdades [*e das injustiças*], não é de surpreender que alguns escolham protestar»²⁰⁷.

4.3. A credibilidade do governo em causa

A informação que circula em liberdade e sem censura pela internet e pelas redes sociais atinge a credibilidade dos regimes autocratas e coloca em causa a sua legitimidade. Não é por acaso que durante os protestos, o regime esforçou-se em criar campanhas de desinformação que visavam desacreditar os manifestantes e impedir que as suas vozes fossem ouvidas através da mídia pública, para além de censurarem as informações que aconteciam no norte do continente.

Uma das estratégias definidas pelo regime angolano é o melhoramento da sua imagem quer no plano interno como no plano externo. O partido no poder e o governo fizeram uma campanha de limpeza à comunicação social privada em relação ao discurso contraditório de modos a tornar a opinião pública mais favorável às políticas do governo. De outro lado, a Semba Comunicações, uma empresa gerida por dois dos filhos do Presidente Eduardo dos Santos, tem como principal propósito melhorar a imagem do regime no exterior. A estratégia é mostrar sobretudo ao mundo, que o país está em franco desenvolvimento, que o governo está comprometido com a luta pela defesa dos direitos humanos e em consolidar um regime democrático com a realização periódica de eleições.

Mas as manifestações que começaram a partir de Março de 2011, trouxeram à luz do dia muitas verdades e as suas consequências poderão ser sentidas no curto e médio prazo. Uma das consequências visíveis no curto prazo para o regime angolano, é justamente o enfraquecimento da sua imagem em relação a opinião pública quer nacional como internacional. A agressão contra os manifestantes e contra os jornalistas que cobriam os eventos, as detenções arbitrárias (inclusive de um menor) e os discursos agressivos por parte dos líderes do partido no poder, colocou em causa a retórica democrática do MPLA e exibiu a natureza autoritária do próprio regime.

Apesar da mídia pública destacar os esforços de Eduardo dos Santos para a conquista da paz e da democracia no país, de ser apresentado como o garante da estabilidade, o

²⁰⁷ NYE, Joseph – Globalização e Interdependência. In **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**, p. 249.

presidente e o seu partido não conseguiram aceitar que em democracia as vozes discordantes são toleráveis e as manifestações são um direito legítimo que permitem as pessoas exercerem a sua cidadania. Ficou mais uma vez provado que para o Presidente e o seu partido, o respeito pela Constituição e pelas leis do país não é um imperativo. Desde a sua fundação o MPLA teve como matriz ideológica o marxismo-leninismo e após a independência adotou o sistema de partido único. Os cidadãos ganharam consciência que o MPLA não partilha os ideais da democracia e o Presidente não pretende respeitar os limites de mandatos que lhe são impostos pela Constituição, violando desta forma os princípios que regem os sistemas democráticos. O seu modelo de governação está assente no sistema de partido único que se resume na fórmula: um Partido, um Estado.

O assassinato dos dois ativistas, Kamulingue e Cassule, mancharam a imagem do partido, do Presidente dos Santos e dos órgãos do Estado nomeadamente a polícia e os tribunais. No portal de notícia Club-K e nas redes sociais a bandeira do MPLA aparece com um jacaré no centro ao invés da estrela e os cibernautas apelidaram o presidente de “José Eduardo “Jacaré” dos Santos”, em reação as notícias que davam conta que os dois ativistas foram lançados no rio Dande e devorados por jacarés.

Eduardo dos Santos é agora retratado como ditador. Os trinta e cinco anos que ocupa o poder, o facto de nunca ter sido eleito, o facto de desrespeitar de forma aberta e sistemática a Constituição do país, a tentativa de concentrar todos os poderes em si, o sistema de clientela e apadrinhamento que alimenta o regime, prejudicou de forma considerável e irremediável a sua imagem. Dentro do seu próprio partido o presidente fez opções arriscadas como a escolha de Manuel Domingos Vicente como o número dois da lista dos deputados do MPLA, tornando-o no candidato a vice-presidência do país, mesmo com forte oposição interna.

Os sinais de exaustão começam mais do que em qualquer outro momento, ganhar maior expressão. O apelo do partido no poder perante esta nova juventude que é cada vez mais instruída, mais exigente e mais conectada tecnologicamente parece enfraquecer. Uma prova para este argumento é que durante a realização de atividades ligadas ao partido no poder (comícios e marchas), o regime promove maratonas com comidos e bebidas à preços quase gratuitos e mobiliza os melhores cantores para persuadir a aderência dos jovens, incluindo muitos adolescentes. Mas muitos desses jovens têm experiência de outros países que eles mesmos tiveram a oportunidade de visitar ou através do contacto

virtual com outros jovens e a troca de experiência, conseguem perceber o estado patológico em que o país se encontra mergulhado. A extravagância, a ostentação, a arrogância são visíveis nos discursos, na forma como são exibidos os programas na televisão, na compra dos carros mais caros do mundo e na construção das casas luxuosas mesmo nas zonas periféricas da cidade de Luanda.

O regime já não tem como esconder estas informações. As pessoas conseguem ver a olhos nú e perceberem como o país é governado. O acesso à televisão (por satélite), os filmes, os programas que acompanham e as notícias dos canais internacionais, deixam hoje os jovens mais informados do que há alguns anos atrás. De acordo com Nye,

As comunicações estão mudando o mundo. A diplomacia é praticada em tempo real... os problemas de direitos humanos e o sofrimento em massa em regiões distantes do planeta são trazidos para dentro da nossa sala de estar pela televisão. As pessoas que vivem com um dólar nos países pobres estão se tornando mais conscientes dos estilos de vida de pessoas que ganham milhões de dólares por ano²⁰⁸.

Além das pessoas poderem acompanhar os programas e notícias a partir da televisão por satélite, o crescente número de cibercidadãos que acessam o site do Club-K e do Angola 24 Horas também vai ajudando os jovens a confrontar as informações da mídia estatal que parece ter perdido a credibilidade diante do público. Em outras palavras podemos dizer que, uma boa parte dos jovens tornou-se numa importante massa crítica sobretudo na forma de avaliar as políticas do governo. Muitas pessoas afirmam comprar o Jornal de Angola apenas para lerem os anúncios de emprego, ou a TPA para acompanhar as notícias internacionais. O quadro não parece muito animador e Fernando Macedo adverte o partido no poder sobre um possível agravamento das ondas de protesto caso a situação do país continue na mesma:

«O MPLA tem que ler o momento histórico com responsabilidade e promover as mudanças que se impõem, porque, senão, vai ser confrontado tarde ou cedo com a violência. Não será violência organizada por ninguém, mas produto do cansaço pelo sentimento de injustiça pelo modo como o país é governado²⁰⁹.

²⁰⁸ NYE, Joseph – Globalização e Interdependência. In **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. P. 312

²⁰⁹ MACEDO, Fernando citado por ROCHA, J. Manuel. Ob. Cit. p. 7

O mesmo cenário sombrio também é apresentado por Rafael Marques que considera que, não somente o presidente está na iminência da queda, mas todo o regime que sustenta o seu poder pessoal. As manifestações tenderão a continuar embora de forma lenta mas o seu efeito acabará por ser mais corrosivo em relação ao que aconteceu no Egito onde a queda de Mubarak não pôs fim a toda infraestrutura de repressão criada por ele. Em Angola, «as perspectivas acabam por ser mais ameaçadoras não só para o próprio Presidente, mas para todo este sistema alicerçado no clientelismo, corrupção, e na repressão»²¹⁰.

Contudo, existem ainda claros obstáculos para termos também um movimento semelhante como o caso da Tunísia ou do Egito. A nova classe média local foi vital para o derrube desses regimes, assim como a sociedade civil. Mas em Angola ela é ainda bastante nova, é muito mais fragmentada e mais dependente do poder político e não quer arriscar. As pessoas têm medo de perder os seus empregos ou os seus pequenos negócios. Se por um lado o país tem formado uma classe alta através da corrupção, lavagem de dinheiro e de assalto ao erário público, esta nova classe média também não está isenta desses mesmos problemas. Ela beneficia-se igualmente da corrupção e da disfunção do funcionalismo público. Então para muitos jovens e não só, pertencentes a classe média emergente, a corrupção é uma forma de acomodação.

Do outro lado são os militares e as forças de segurança que têm tido também muitos privilégios de parte do regime e parecem muito leais a ele. Muitos generais estão envolvidos em pequenos, médios e grandes negócios, têm facilidades em conseguir empréstimos bancários e outros benefícios sociais, que os deixa bem acomodados com a situação. O papel deles nos principais negócios do país é considerável, tal como aconteceu no Egito, onde os militares controlavam um terço da economia e continuaram a manter a sua influência mesmo após a queda de Mubarak. E a semelhança do que aconteceu com os jovens que se inspiraram nos movimentos da Primavera Árabe para afastar os ditadores do poder, em Angola os militares também poderão seguir o exemplo do Egito, permitindo por um lado a queda de Dos Santos, mas, por outro lado, salvaguardar o seu status na política e na economia do país. Ou se haver a perceção de que a queda de Eduardo dos Santos prejudicaria o seu status económico, eles apoiariam o regime até as últimas consequências.

²¹⁰ MARQUES, Rafael citado por DW. Ob. Cit.

Em todo caso, o poder de atracção do regime está a se esgotar e a sua credibilidade começa a ser posta em causa bem como questionada a sua legitimidade. A informação que circula fora dos canais controlados pelo Estado tem-se mostrado poderosa sobretudo por contribuir para o enfraquecimento de um regime que por si só já dá os sinais de cansaço. E tal como Joseph Nye defendeu na sua obra *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*, «as informações influenciam o poder, e os governos de todos os tipos verão seu controle se desgastar durante o século XXI à medida que a tecnologia da informação gradualmente se espalha e os preços continuam a baixar»²¹¹. E assim como aconteceu com a Primavera Árabe, em Angola ela poderá também dar o poder que as pessoas necessitam para sair em massa e legitimar a sua voz perante o mundo inteiro.

²¹¹ NYE, Joseph – Globalização e Interdependência. In **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. P. 316

CONCLUSÃO

A Primavera Árabe foi uma das demonstrações mais recentes que apresentamos para sustentar a tese de que a informação no século XXI tornou-se tão importante como foram as armas, a extensão territorial e o tamanho da população em outras épocas. Apesar de admitirmos que o poder militar e económico continuam a ser os meios principais que determinam a posição de um país no contexto das Relações Internacionais, a era da informação fez com que o recurso a eles nem sempre fosse possível para contermos as ameaças que se desdobram rapidamente para lá das fronteiras nacionais e ao nível do ciberespaço, onde grupos não localizados territorialmente vão atuando e vão realizando operações fora do controlo dos Estados.

O poder conforme a escola realista pretende definir como a capacidade de influenciar a conduta dos outros por meio do uso da força ou da coerção, vai se tornando “obsoleto” uma vez que na era da informação o poder não só transita como também se difunde tal como escreveu Joseph Nye. Conforme procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, a internet trouxe novos atores e novos desafios em palco nas relações internacionais e os Estados já não podem simplesmente usar os recursos que ao longo de séculos eram considerados fundamentais. As ameaças multiplicaram-se e não vem apenas dos Estados. Os grupos terroristas e os hackers podem lançar ataques contra Estados poderosos e ainda assim não serem punidos por não se identificarem facilmente e muitas vezes também não são localizáveis territorialmente e os governos para contê-la, deverão cooperar entre si e com parceria de novos atores não estatais. É por essa via que o conceito de soft power defendido por Joseph Nye foi assumido neste trabalho.

Tal como dissemos no primeiro capítulo, na era da informação não basta os Estados terem um exército forte. As acções também carecem de legitimidade para serem credíveis e o soft power é fundamental para levarmos os outros a seguir as nossas políticas por meio da atração. «O poder suave²¹² depende da credibilidade e quando os governos são vistos como sendo manipuladores e a informação é associada à propaganda, a credibilidade fica destruída»²¹³. Dissemos ao longo do trabalho que a era

²¹² Soft Power em inglês

²¹³ NYE, Joseph – O Futuro do Poder. 2012, p. 105.

da informação também trouxe o paradoxo da abundância que valorizou a credibilidade como um recurso para aqueles que pretendem afetar o comportamento dos outros.

No norte de África, os regimes mesmo tendo o exército a sua disposição e a imprensa pública sob seu controlo, não conseguiram evitar a queda. Eram regimes caducos que perderam credibilidade diante das suas próprias populações. Eles perderam uma guerra importante: a guerra da informação. Os manifestantes pelo contrário, conseguiram vencer esta guerra e a partir dela também legitimaram a sua posição no mundo. Foi por considerarem ela legítima que muitos jovens em outros países sentiram-se atraídos e seguiram o seu exemplo, e países como os Estados Unidos e também a União Europeia reconheceram a vontade popular como sendo legítima.

Admitimos porém que as causas da Primavera Árabe foram os problemas estruturais vividos nos países da região nomeadamente a pobreza, o desemprego entre a maior parte da juventude, o desprezo com que os regimes tratavam as suas populações, a falta de liberdade, de perspectivas e de oportunidades. A Tunísia, país que deu início as revoltas, juntaram-se outros fatores como a autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi, que serviu de rastilho para que tudo começasse e as redes sociais que permitiram a difusão da informação pelo mundo com a participação da mídia internacional com maior destaque à Al Jazeera, que fez ela chegar a um público mais vasto, influenciando um grande movimento de protesto em toda região e fora dela. Sem as redes sociais seria difícil para esses movimentos contornarem os bloqueios impostos a circulação da informação, e sem a difusão rápida desta informação pelos quatro cantos do mundo esses movimentos poderiam ter sido rápida e ferozmente esmagados. E foi na verdade a difusão da informação sobre o que se passava na Tunísia, Egito e posteriormente na Líbia, que trouxe também os ventos da primavera árabe para Angola.

E aqui procuramos ligar estes dois acontecimentos (primavera árabe e as manifestações em Angola), uma vez que desde 1977 não se registavam movimentos semelhantes no país mas tudo começou pouco tempo depois de ter iniciado a erupção no norte de África. Apesar de já existirem também razões que levariam as pessoas contestar o regime nomeadamente a pobreza, desemprego, corrupção, a manutenção do mesmo homem no poder isto é, há 35 anos, o desrespeito pela Constituição e pelas leis do país, somente após as informações sobre a primavera árabe começarem a serem ouvidas em Angola é que os jovens ganharam coragem e convocaram a primeira manifestação que tinha como alvo o Presidente da República, a partir das redes sociais.

Foi a informação sobre os sucessos da revolução tunisina e egípcia que deu inspiração para que os jovens angolanos saíssem também às ruas e contestassem a permanência de Eduardo dos Santos no poder. E as evidências que foram apresentadas e defendidas para sustentar esta afirmação foram o facto das manifestações em Angola terem começado justamente pouco tempo depois de as revoluções terem irrompido no mundo árabe, as semelhanças entre o regime angolano e os regimes do norte de África (líderes autocratas, longevidade dos presidentes, a acumulação de riqueza por parte das suas famílias, membros do partido e do exército), as reacções dos políticos angolanos ligados ao partido no poder que mesmo diante de uma pequena demonstração sentiram-se fortemente abalados pelo temor do contágio, as declarações dos manifestantes que admitiram terem sido inspirados pelo sucesso das revoluções tunisina, egípcia e líbia, bem como as notícias dos jornais que não hesitaram em associar os movimentos de protestos no mundo árabe e as manifestações em Angola. Apesar da mídia pública angolana não noticiar as manifestações contra o regime, ela, contudo, viria associar igualmente as manifestações em Angola com as do norte de África.

Todavia, chamamos atenção para que não se atribuisse demasiado valor as novas tecnologias pois, apesar delas permitiram a circulação rápida da informação e diminuírem o controlo do Estado sobre ela, e apesar dos sucessos da revolução tunisina e egípcia terem em parte dependido do uso delas, elas possuem um valor neutro podendo ser usadas tanto para fomentar este tipo de iniciativas, fortalecer a sociedade civil e driblar o controlo do Estado sobre a informação, como também facilitam os Estados monitorar os seus cidadãos a partir delas. Porém, «o poder no século XXI já não sai somente do cano de uma arma ou de um barril de petróleo. Ela pode sair também de um post num mural do facebook e de uma publicação no twitter, caso seja partilhado por muitas pessoas»²¹⁴. A internet no nosso século permitiu que a informação circulasse em liberdade e os cidadãos comuns deixaram de ser meros espectadores. À medida que cresce o poder da informação e a redução dos custos, os cidadãos terão sempre mais oportunidades de fazer ouvir a sua voz e os governos terão maiores dificuldades em controlar a mentalidade e as acções das pessoas. A primavera árabe e as manifestações em Angola, ilustram os desafios que regimes fechados terão de enfrentar nesta era da informação onde um vídeo publicado no youtube pode colocar milhões de

²¹⁴ DRUTMAN, Lee citado por OLIVEIRA, Daniela – Ob. Cit. p. 9.

peças nas ruas a protestar e inspirar peças em outras regiões do planeta a seguirem o mesmo exemplo, por força do poder de atração.

SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

O tema aqui abordado não se esgota nas poucas páginas deste trabalho uma vez que a nossa análise fica limitada pelo facto de existirem ainda os remanescentes quer da primavera árabe como das manifestações em Angola. A contribuição da nossa pesquisa limita-se num período curto que vai desde o início da primavera árabe em Dezembro de 2010 e prossegue até ao começo das primeiras manifestações em Angola que se estenderá até Junho de 2012. Para além de 2012, terão ocorrido outros factos relevantes mas que não foram sequer mencionados neste trabalho e, alguns, mencionados sem se entrar em muitos pormenores.

Sugerimos que se explore melhor os meandros das manifestações em Angola analisando aspetos que não foram aqui exposto em parte por limitação de informação (até aqui só um livro que retrata as manifestações em Angola foi publicado), estudar os seus efeitos na política angolana para além do período que nós delimitamos, estendendo-as aos anos 2013 e 2014 por terem ocorrido neste período outras manifestações anti governo e que foram igualmente reprimidas pela polícia.

Relativamente ao poder da informação nas relações internacionais, o papel da internet e das redes sociais na difusão do poder, sugerimos que ela não só avança no tempo mas que também deverá recuar alguns anos, ou seja, explorar mais o ano de 2009 em que ocorreu a chamada twitterrevolução no Irã até a mais recente campanha denominada Bring Back Our Girls, lançada por uma conta no twitter e que assumiu dimensão internacional quando vários usuários, incluindo célebres personalidades aderiram à ela. Para a presente dissertação estas informações não foram tão relevantes uma vez que pretendíamos confirmar ou refutar a hipótese que liga a primavera árabe com as manifestações ocorridas em Angola.

Como foi apresentada na conclusão deste trabalho, os acontecimentos do mundo árabe tiveram claramente influência em Angola e só por isso tentamos justificar o poder que a informação tem de inspirar pessoas e dar novas armas que ameaçam o status quo em regimes já bem estabelecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Elliott – Dictators, Democracy, and Wikileaks. [Em linha]. Wall Street Journal. 1 Dezembro 2010 [Consult. 12 Março 2014]. Disponível na internet <URL:<http://www.cfr.org/media-and-foreign-policy/dictators-democracies-wikileaks/p23542>>.
- ADOLPHO, Conrado – Os 8 Ps do Marketing Digital: O guia estratégico do marketing Digital. Texto Editores, 2012
- ALBERT, Dóra – The Future of Power: Joseph Nye at Central European University. International Relations Quarterly, [Em linha]. Vol. 2, Nº 3 (2011). [Consult. 7 Outubro 2012]. Disponível na internet <URL:http://www.southeast-europe.org/pdf/07/DKE_07_A_N_ALBERT_DORA_pdf>.
- ALLAGUI, Ilhem; KUEBLER, Johanne – The Arab Spring and the Role of ICTs: Editorial Introduction. International Journal of Communication 5 [Em linha] (2011), p. 1435-1442. [Consul. 15 Ago. 2013]. Disponível na internet: <URL:<http://www.arifyildirim.com/ilt508/ilhem.allagui.pdf>>.
- AMARAL, Diogo Freitas – História do Pensamento Político Ocidental. Coimbra: Edições Almedina, 2012
- A MARCHA do Medo, de Vergonha e de Mentiras. «Folha 8». (12 Fevereiro 2011), 15
- ANDERSON, Lisa – Demystifying the Arab Spring: parsing the differences between Tunisia, Egypt, and Libya. Foreign Affairs. [Em linha] 2011. Disponível na internet: <URL:<http://www.foreignaffairs.com/articles/67693/lisa-anderson/demystifying-the-arab-spring>>
- ANGOLA e as Redes Sociais. «Jornal de Angola». (10 de Março 2011), 6
- ARMITAGE, Richard L; NYE, Joseph – A Smarter, more Secure America: CSIS Commission on Smart Power. [Em linha]. Washington: Center for Estrategic and International Studies, [Consult. 22 Agosto 2013]. Disponível na internet <URL:<http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106csissmartpowerreport.pdf>>

- ARON, Raymond – Paz e Guerra Entre as Nações. [Em linha]. São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2002. [Consult. 5 Novembro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0043.pdf>>
- ARQUILA, John; Ronfeldt, David - «Cyberwar is Coming!». *Comparative Strategy*. [Em linha]. Vol. 12, Nº 2 (1993), pp. 141-165, [Consult. 16 Setembro 2013]. Disponível na internet <URL:http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/MR880/MR880.ch2.pdf>
- BARANY, Zoltan – Comparing the arab revolt: The role of the military. *Journal of Democracy*. [Em linha]. Vol. 22, nº 4 (2011), p. 27-39. [Consul. 19 Abril 2014]. disponível na internet: <URL:<http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Barany-22-4.pdf>>
- BELLINTANI, Adriana Iop – Raymond Aron e a Importância dos exércitos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. [Em linha]. (2011), pp. 1-9. [Consult. 4 Outubro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299878747ARQUIV0anpuh2011doc.pdf>>
- BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida – Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egípto. *Revista CEJ* [Em linha]. Nº 59 (2013), p. 58-71 [Consul. 17 Fev. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1677/1707>>.
- BOHORQUEZ, Tysha – Soft Power: the Means to Success in World Politics. *Ucla International Institute*, [Em linha]. (2005). [Consult. 19 Outubro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.international.ucla.edu/article-asp?parentid=34734>>
- BORGES, Thassio – Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe. [Em linha]. *Operamundi* (04 Jan. 2012), [Consulta 16 Out. 2012]. Disponível na internet: <URL:<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revoltas+no+mundo+arabe.shtml>>

BREMMER, Ian – Democracy in Ciberspace: What Information Can and Cannot Do.

Foreign Affairs. [Em linha]. (2010). [Consult. 18 Outubro 2014]. Disponível na internet: <URL: <http://www.foreignaffairs.com/articles/66803/ian-bremmer/democracy-in-cyberspace>>

BRITTO, Rovilson Robbi - Cibercultura: Sob o Olhar dos Estudos Culturais. São Paulo: Sepac/ Paulinas, 2009

BROM, Shlomo – The regional ramifications of the arab springs. 2012, p. 39-42. [Em linha]. Memorandum 113 (2012), P. 29-31 [Consult.06 Nov. 2013]. Disponível na internet: <URL: [http://www.cdn.www.inss.org.il/reblazecdn.net/upload/\(FILE\)1330948414.pdf](http://www.cdn.www.inss.org.il/reblazecdn.net/upload/(FILE)1330948414.pdf)>.

CALMA Regressa à Tunísia. «Jornal de Angola». (15 Janeiro 2011), 9

CAMMACK, Paul (2008), “Smart Power and US Leadership: A Critique of Joseph Nye 49th Parallel, [Em linha]. Vol. 22 (2008), pp. 4–20. [Consult. 7 Outubro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.49thparallel.bham.ac.uk/back/issue22/1-Cammack.pdf>>

CASTELLS, Manuel – A Ciberguerra do Wikileaks. [Em linha]. VOOZ. 11 Fevereiro 2011. [Consult. 19 Outubro 2012]. Disponível na internet URL:<http://www.vooz.com.br/blogs/manuel-catells-a-ciberguerra-do-wikileaks-57005.html>

CASTELLS, Manuel – Comunicación y Poder. [Em linha]. Madrid: Alianza Editorial, 2009, [Consult. 16 Dezembro 2013]. Disponível na internet <URL:<http://holismoplanetario.files.wordpress.com/2012/09/comunica3b3nypoderdemanuelcastells.pdf>>

CASTRO, Thales – Teoria das Relações Internacionais. [Em linha]. Brasília: FUNAG 2012. [Consult. 7 Agosto 2012]. Disponível na internet <URL:http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Teoria_das_Relacoes_Internacionais_-de_Thales_Castro.pdf>

CENTRO DE ESTUDO ESTRATÉGICO DE ÁFRICA – África e a Primavera Árabe:

Uma nova era de expectativas democráticas. [Em linha], nº 1 (2011) [Consult. 13 Out. 2013]. Washington, D.C: CEEA, Disponível na internet: [URL:http://africacenter.org/wp-content/uploads/2012/02/ASR1_POR.pdf](http://africacenter.org/wp-content/uploads/2012/02/ASR1_POR.pdf)

CONVOCATÓRIA da Nova Revolução do Povo Angolano. [Em linha]. «Diário Liberdade» 19 Fevereiro 2011. [Consult. 3 Agosto 2014]. Disponível na Internet <URL:http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=12391:convocatoria-da-nova-revolucao-do-povo-angolano&catid=234:resenh as&Itemid=156>

CORDEIRO, Ana Dias – Movimento em Angola Pode Trazer Abertura mas não Mudanças. «Jornal O Público». (25 Setembro 2011), p. 8-9.

CRAVINHO, João Gomes – Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo. 3ª ed. Lisboa: ICS, 2008

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT – Civil movements: The impact of Facebook and Twitter. *Arab Social Media Report*. [Em linha]. Vol. 1, nº 2 (2011) [Consult. 16 Out. 2012]. Disponível na internet: <URL:http://www.dsg.ae/en/Publication/Pdf_En/DSG/.Arab_Social_Media_Report_Nº_2.pdf>.

DW – As Manifestações em Angola têm um Efeito mais Corrosivo sobre o Regime do que no Egito, Analisa Rafael Marques. [Em linha]. [Consult. 18 Setembro 2014]. Disponível na internet: <URL: <http://www.dw.de/as-manifestacoes-em-angola-tem-um-efeito-mais-corrosivo-sobre-o-regime-do-que-no-egito-analisa-rafael-marques/a17757179>>

ESP-BENGO – Ministério do Ensino Superior Publica Boletim Estatístico. Revista da Escola Superior Pedagógica do Bengo. Volume 2, nº 2, (2014), p. 1-20

FELLET, João – Angola, com líder mais longevo da África, tem 25 mil profissionais brasileiros. [Em linha] «BBC Brasil» 9 Setembro 2011, [Consult. 12 Abril 2014]. Disponível na internet: <URL:http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/1109_08_angola_presidente_jf.shtml>

FONTANEL, Jacques – A Globalização em «Análise»: Geoeconomia e Estratégia dos Actores. Lisboa: Instituto Piaget, 2005

- FRASER, Matthew – Geopolitics 2.0. Real Instituto Elcano. [Em linha]. (2009).
[Consult. 16 Dezembro 2013]. Disponível na internet
<URL:<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcanoeng/Content?WCMGLOBALCONTEXT=/elcanoin/zonasin/ari144-2009>>
- FUKUYAMA, Francis – The Middle-Class Revolution. [Em linha] The Wall Street Journal. 28 Junho 2013. [Consult. 3 Outubro 2014]. Disponível na internet:
<URL: <http://www.online.wsj.com/articles/SB10001424127887323873904578571472700348086>>
- GERALDI, Ronaldo Guimarães – A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira. [Em linha]. Brasília: FUNAG, (sd), [Consult. 11 Novembro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3552/ACFC3.pdf?sequence=1>>
- GRUNSTEIN, Judah - Wikileaks: The Making of Diplomacy [Em linha]. World Politics Review. [Consult. 14 Janeiro 2013]. Disponível na internet
<URL:<http://www.worldpoliticsreview.com/trend-lines/7180/wikileaks-the-making-of-diplomacy>>
- GUZANSKY, Yoel – The gulf monarchies: is spring far behind? [Em linha].
Memorandum 113 (2012), 2012, p. 47-48 [Consult.06 Nov. 2013]. Disponível na internet: <URL: [http://www.cdn.www.inss.org.il/reblazecdn.net/upload/\(FILE\)1330948414.pdf](http://www.cdn.www.inss.org.il/reblazecdn.net/upload/(FILE)1330948414.pdf)>.
- HENRIQUES, Joana Gorjão – Angola Protesta. «Jornal O Público». (25 Setembro 2011)
- HUMAN RIGHTS WATCH – Angola. [Em linha] 2012. [Consult. 27 Setembro 2012]
Disponível na internet: <URL:http://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/angola_2012_po.pdf>
- HUMAN RIGHTS WATCH – Angola: Retirar a Proposta de Lei Contra os Crimes na

Internet. [Em linha] 2011. [Consult. 12 Abril 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.hrw.org/de/news/2011/05/13/angola-retirar-proposta-de-lei-dos-crimes-na-internet>>

JOFFÉ, George – A primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectiva.

Relações Internacionais [Em linha]. N. 30 (Junho 2011). P. 085-116 [Consul. 03 Mar. 2013]. Disponível na internet: <URL:<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n30/n30a06.pdf>>.

KAUFMAN, Robert – Morgenthau's Unrealistic Realism. Yale Journal of International Affairs. [Em linha]. (2006), p. 24-38, [Consult. 23 Agosto 2013]. Disponível na internet <URL:http://yalejournal.org/wp.content/uploads/2011/01/061202_kaufman.pdf>

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph – Power and Interdependence in the International Age. Foreign Affairs. [Em linha]. (1998), [Consult. 14 Novembro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.foreignaffairs.com/articles/54395/robert-o-keohane-and-joseph-s-nye-jr/power-and-interdependence-in-the-information-age>>

LEIRIA, Luís – Perfil: José Eduardo dos Santos, o Déspota Discreto [Em linha]. Angola 24 horas. 19 Dezembro 2013 [Consult. 21 Fevereiro 2014]. Disponível na internet: <URL: <http://www.angola24horas.com/portal/index.php/k2/categories/internacional/item/678-perfil-jose-eduardo-dos-santos-o-despota-discreto>>

LIAN, Gabriela Santos – A rede de televisão Árabe Al Jazeera: crescimento e relevância no contexto local e internacional. [Em linha] São Paulo: [s.n], 2013. Tese de mestrado. Disponível na internet: <URL:<http://www.google.com/#q=papel+da+al+jazeera+na+primavera+arabe>>.

LOPES, Gustavo Chaves – As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. Palavra Chave 16 [Em linha]. Vol. 16, nº 3, (2013), p. 789-811 [Consult. 22 Mar. 2014]. Disponível na internet: <URL: <http://www.google.com/#q=papel+da+al+jazeera+na+primavera+arabe>>.

LUANDA Convoca Grande Marcha para repudiar acções contra a paz. «Jornal de

Angola» 2011, (4 Março 2011) 40

LUIELELE, Maurílio – O ano das manifestações. [Em linha] «Club-K», 8 Janeiro 2012, [Consult. 27 Novembro 2012] Disponível na internet: <URL: http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=9730:o-ano-das-manifestacoes-maurilio-luiele&catid=17:opinioao&Itemid=124>

MACKEY, Robert – Qaddafi sees Wikileaks plot in Tunisia. [Em linha]. The New York Times. 17 Janeiro 2011. [Consul. 09 Fev. 2014]. Disponível na internet <URL: <http://theled.blogs.nytimes.com/2011/01/17/qaddaf-sees-wikileaks-plot-in-tunisia>>.

MAGEN, Zvi – Russia face the results of the Arab Spring. One year of the Arab Spring: Global and Regional implications. [Em linha]. Memorandum 113 (2012), P. 29-31 [Consult.06 Nov. 2013]. Disponível na internet: <URL: [http://http://cdn.www.inss.org.il.reblazecdn.net/upload/\(FILE\)1330948414.pdf](http://http://cdn.www.inss.org.il.reblazecdn.net/upload/(FILE)1330948414.pdf)>.

MALTEZ, José Adelino – Curso de Relações Internacionais. 1ª ed. Cascais: Principia, 2002

MANRIQUE, Manuel; MIKAIL, Barah – El papel de los nuevos medios y las tecnologías de la comunicación en las transiciones árabes. Policy Brief [Em linha]. Nº 69 (2011), p. 01-06 [Consul. 22 Mar. 2014]. Disponível na internet: <URL:http://www.fride.org/descarga/PB_69_nuevas_tecnologias.pdf>.

MATEUS, Dalila C; MATEUS, Álvaro – Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977. 7ª ed. Lisboa: Texto Editores, 2011

MATTOS, Sérgio – Mídia Controlada: a História da Censura no Brasil e no Mundo. São Paulo: Paulus, 2005,

MONCADA, L. Cabral – Filosofia do Direito e do Estado. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1995

MORAIS, Rafael Marques – O Poder e a Sucessão de José Eduardo dos Santos. [Em linha]. [Consult. 19 Maio 2014] Disponível na internet: <URL: http://www.makaangola.org/wpcontent/uploads/2012/01/O_Poder_e_a_Sucessa%CC%83o_de_Jose_Eduardo_Dos_Santos.pdf>

- MORAIS, Rafael Marques – Presidência da República: o Epicentro da Corrupção em Angola. [Em linha]. [Consult. 3 Agosto 2014] Disponível na internet: <URL: http://www.makaangola.org/wpcontent/uploads/2012/01/Corrupc%CC%A7a%CC%83o_na_Preside%CC%82ncia.pdf>
- MOREIRA, Adriano – Teoria das Relações Internacionais. 7ª ed. Coimbra: Almedina,
- MORGENTHAU, Hans – A Política Entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz [Em linha]. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. [Consult. 27 Novembro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/1079.pdf>>
- MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio – Os Meandros das Manifestações em Angola. 1ª ed. 2011, Luanda, Editora Kiron, 2011
- NOVA LEI sobre “TIC” é Inconstitucional diz Jurista Mihaela Webba.[Em linha] «Club-K». 29 Março 2011. [Consult. 7 Janeiro 2014]. Disponível na internet: <URL:http://www.club-k.net/index.php?com_content&view=article&id=7410:nova-lei-sobre-criminalidade-informatica-e-inconstitucional-diz-jurista-mihaela-webba&catid=11:foco-do-dia&Itemid=130>
- NOYA, Javier – The Symbolic Power of Nations. Real Instituto Elcano. [Em linha]. (2005). [Consult. 14 Janeiro 2013]. Disponível na internet <URL:<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcanoeng/Content?WMGLOBALCONTEXT=/elcano/elcanoin/zonasin/image+of+spain/dt35-2005>>
- NUNES, Paulo F. V. – Ciberterrorismo: «Aspectos de Segurança». Revista Militar. [Em linha]. (2009). [Consult. 14 Novembro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article-php?id=428>>
- NYE, Joseph – Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 2011
- NYE, Joseph – Globalização e Interdependência. In **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. [Em linha] São Paulo: Editora Gentes, 2009, p. 243-275. [Consult. 5 Novembro 2012]. Disponível na internet: <URL: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/BibliografiaSelecaoPos/NYE_2009.pdf>

- NYE, Joseph – O Futuro do Poder. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2012
- NYE, Joseph – Soft Power. Foreign Policy. [Em linha]. Nº 80, (1990), p. 153-171.
[Consult. 14 Janeiro 2013]. Disponível na internet
<URL:<http://www.polsci.wvu.edu/faculty/hauser/PS293/NyeSoftPowerPol1990.pdf>>
- OIFI, Mohammed – O efeito Al Jazeera. Le Monde diplomatique Brasil [Em linha],
(2014). [Consult. 22 Mar. 2014]. Disponível na internet:
<URL:<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=936>>.
- OLIVEIRA, Daniela S. Guerreiro – O Poder da Informação na Política Internacional: a Wikileaks e a Revolução na Tunísia. [Em linha]. Lisboa [s.n], (2012). Tese de Mestrado. Disponível na internet: URL:<http://run.unl.pt/bistream/10362/7366/1/Disserta%C3%A7%C3%30%20DGO2012.pdf>
- OLIVEIRA, João P. F; LOPES, Dawilsson E. B. – O Mundo Árabe pós 2010: Entre a Primavera e o inverno. Em Debate [Em linha], Vol. 5, nº 2 (2013), p.64-75.
[Consult. 22 Mar. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/dawissonjoaopaulo.pdf>>
- PAGINA GLOBAL-ANGOLA – Entrevista com Luaty Beirão. [Em linha] 27 Julho 2012 [Consult. 27 Maio 2014], Disponível na internet: <URL:<http://www.paginaglobal.blogspot.pt/2012/07/angola-entrevista-com-luaty-beirao.html>>
- POWEL, Robert – Anarchy in International Relations Theory: the Neorealist-Neoliberal Debate. International Organization. [Em linha]. Vol. 48, Nº 2, (1994), p. 313-344. [Consult. 19 Janeiro 2013]. Disponível na internet
<URL:<http://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/Powell%201994.pdf>>
- PRIMAVERA ÁRABE inspira cada vez mais angolanos a protestar [Em linha] «Jornal O Público». 23 Maio 2014. [Consult. 23 Maio 2014]. Disponível na internet:
<URL: [http:// centralangola7311.files.wordpress.com/2011/09/jornal-op_blico-25-set-2011.pdf](http://centralangola7311.files.wordpress.com/2011/09/jornal-op_blico-25-set-2011.pdf)>
- QUIJANO, Yves Gonzalez – O cenário da mídia árabe ameaçado pelo dinheiro. Le

Monde diplomatique Brasil [Em linha], (2014). [Consult. 22 Mar. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1176>>.

RADIO ECLESIA – Entrevista de Carbono Casimiro que faz balanço sobre a juventude e as manifestações em Angola. [Registo sonoro], Luanda: Programa Discurso Direto, 2012. (16 min.). Disponível na internet: URL: http://www.radioecclesia.org/index.php?option=com_flexicontent&view=items&cid=233:fora-do-campo&id=8702:discurso-directo-com-carbono-casimiro-que-faz-balansobre-a-juventude-e-as-manifestas-em-angola-na-condu-do-jornalista-manuel-vieira&Itemid=673#.VGOHxvnF9SA>

RIBEIRO, Gonçalo B. C; AMARAL, Feliciano – Ciberterrorismo: a nova Forma de Crime do Sec. XXI. Como Combatê-la? Proelium – Revista da Academia Militar. [Em linha]. (2003), p. 29-64. [Consult. 14 Novembro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.academiamilitar.pt/proelium-n.o1/ciberterrorismo.html>>

ROCHA, J. Manuel – O Presidente num Labirinto. Vai Conseguir Sair? «Jornal O Público». (25 Setembro 2011), p. 7

ROCHA, Manuel José Alves – Os Limites do Crescimento Económico em Angola: As fronteiras entre o possível e o desejável. 1ª ed. Luanda: Mayamba Editora, 2012

RODRIGUES, Délia – Twitterrevolução. Revista IHU On-Line [Em linha] (20 Mar. 2011) [Consulta 22 Out. 2012]. Disponível na internet: <URL:<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/41517-twitterrevolucao>>.

RODRÍGUEZ, Olga – Así hicimos la revolución. Solidaridad Internacional. [Em linha]. Nº 60 (2011), p. 9-11 [Consulta 17 Fev. 2014]. Disponível na internet: <URL:http://solidaridad.org/uploads/documentos/documentos_revista_60_06419a93.pdf>.

ROGAN, Eugene – Regional Overview. Conservative Middle East Council. [Em linha], (2011), p. 4-7. [Consult. 2 Mar. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://cmec.org.uk/wp-content/uploads/CMEC-Arab-Spring.pdf>>

- ROVIRA, Jordi – A era das Wikirrevoluções. Entrevista com Manuel Castells. Revista IHU On-line [Em linha] Catalunya (2 Mar. 2011), [Consulta 22 Out. 2012]. Disponível na internet: <URL:<http://www.ihu.unisinos.br/notiia/41065-a-era-das-wikirrevolucoes-entrevista-com-manuel-castells>>.
- ROY, Oliver – The transformation of the Arab World. Journal of Democracy. [Em linha]. Vol. 23, nº 3 (2012), p. 4-18. [Consulta 19 Abril. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Roy-23-3.pdf>>
- RUSHKOFF, Douglas – Da Aldeia Global às Bases: Potencial Cívico da Midia Digital. e Journal USA. [Em linha], Volume 16, nº 3, (2011), p. 10-17. [Consult. 7 Setembro 2014]. Disponível na internet: <URL:http://www.photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/Cultivating%20Civil%20Society_eJ_Portuguese.pdf>
- SANTORO, Maurício – As revoltas árabes e a democratização do Magreb e do Oriente Médio. Revista Ética e Filosofia. [Em linha]. Vol. 2, nº 13 (2011), p. 110-124 [Consul. 06 Nov. 2013]. Disponível na internet: <URL:http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2011/05/13_2_santoro.pdf>.
- SANTOS, António Almeida – Que Nova Ordem Mundial? 1ª ed. Lisboa: Campo da Comunicação, 2008
- SCHIMIDT, Eric; COHEN, Jared – The digital Disruption: Connectivity and the Diffusion of Power. Foreign Affairs. [Em linha]. (2010). [Consult. 5 Setembro 2014]. Disponível na internet: <URL: <http://www.foreignaffairs.com/articles/66781/eric-schmidt-and-jared-cohen/the-digital-disruption>>
- SCHUBERT, Jon – Democratização e Consolidação do Poder Político em Angola no pós-Guerra. Relações Internacionais [Em linha] (2013), p. 79-98. [Consulta 10 Agosto. 2014]. Disponível na internet: URL:http://www.http://www.academia.edu/3584316/_Democratiza%C3%A7%C3%A3o_e_consolid%C3%A7%C3%A3o_do_poder_pol%C3%ADtico_em_Angola_no_p%C3%B3s-guerra
- SIC – Entrevista de José Eduardo dos Santos [Registo vídeo]. Luanda: 2013, (youtube),

(44 min.). Disponível na internet: <URL: <http://www.sicnoticias.sapo.pt/mundo/2013-06-06-primeira-grande-entrevista-concedida-pelo-presidente-de-angola-em-22-anos>>

SORANO, Vitor – Angola entre as urnas e a sua primavera. [Em linha] «O Globo». 25 Agosto 2012 [Consult. 16 Março 2013] Disponível na internet: <URL: <http://www.oglobo.globo.com/mundo/angola-entre-as-urnas-a-sua-primavera-5899405>>

SOUSA, Fernando – Dicionário de Relações Internacionais. [Em linha] 954ª ed. Porto: Edições Afrontamento, (2005) [Consult. 12 Abril 2013]. Disponível na internet URL:<http://www.aeflup.com/ficheiros/Dicionario%20de%20Relacoes%20Internacionais.pdf>>

SPEKTOR, Matias - Wikileaks nas relações Internacionais. Política Externa. Vol. 19, nº 4 (2011), p. 19-29

SRINATH, Ingrid – Sociedade Civil: o Poder do Povo. e Journal USA. [Em linha], Volume 16, nº 3, (2011), p. 4-9 [Consult. 7 Setembro 2014]. Disponível na internet: <URL:http://www.photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/Cultivating%20Civil%20Society_eJ_Portuguese.pdf>

TELES, Asaph Correa et al – Caso Wikileaks: a Questão da Ética e Influências no Jornalismo e nas Relações Internacionais. [Em linha]. (2013), p. 387-407. [Consult. 3 Fevereiro 2014]. Disponível na internet <URL:<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/12.-AC-Artigo.pdf>> 2011

THIEUX, Laurence – La Primavera Árabe y la sociedad civil. Solidaridad Internacional [Em linha]. Nº 60 (2011), p. 19-20 [Consulta 17 Fev. 2014]. Disponível na internet: <URL:http://solidaridad.org/uploads/documentos/documentos_revista_60_06419a93.pdf>.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL – Overview of Corruption and Anti-corruption

- in Angola. [Em linha] 2010 [Consult. 3 Julho 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.u4.no/publications/overview-of-corruption-and-anti-corruption-in-angola/>>
- TUFEKCI, Zeynep – After the Protests. [Em linha] «The New York Times». 19 Março 2014, [Consult. 15 Setembro 2014]. Disponível na internet: <URL: http://www.nytimes.com/2014/03/20/opinion/after-the-protests.html?_r=1>
- UNITED STATE INSTITUTE OF PEACE – New media and conflict after the Arab Spring. [Em linha] Washington, D.C. USIP, 2012. Disponível na internet: <URL:<http://www.usip.org/files/resources/PW80.pdf>>.
- UNITEL Atingiu a Cifra de seis Milhões de Clientes. «Jornal de Angola». 2 Dezembro 2010, 11
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA – Relatório Social de Angola. [Em linha], Luanda: UCAN. 2013 [Consult. 18 Maio 2014] Disponível na internet: <URL:<http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/04/RELAT%C3%93RIO-SOCIAL-DE-ANGOLA-2012.pdf>>
- VAN-DÚNEM, Belarmino – Globalização e Integração Regional em África. 1ª ed. Luanda: Autor, 2010
- VENTOS de Mudança Sopram Regimes com mais de 30 Anos – em Angola como será? «Folha 8». (12 Fevereiro 2011), 30
- WAINBERG, Jacques A – Midia e Terror: Comunicação e Violência Política. São Paulo: Paulus, 2005
- WALTZ, Kenneth N – Realist Thought and Neorealist Theory. Journal of International Affairs. [Em linha]. (2003), p. 21-37, [Consult. 19 Janeiro 2013]. Disponível na internet <URL:http://labmundo.org/disciplinas/WALTZ_realist_thought_and_neorealist_theory.pdf>
- WALTZ, Kenneth N – Structural Realism after the Cold War. International Security.

[Em linha]. Vol. 25, Nº 1, (2000), p. 5-41. [Consult. 20 Setembro 2013]. Disponível na internet <URL:<http://www.columbia.edu/itc/spa/U6800/readings-sm/WaltzStructural%20Realism.pdf>>

YADLIN, Amos – The Arab uprising one year on. 2012, p. 11-18. [Em linha].

Memorandum 113 (2012), P. 29-31 [Consult.06 Nov. 2013]. Disponível na internet: <URL:[http://cdn.www.inss.org.il/reblazecdn.net/upload/\(FILE\)1330948414.pdf](http://cdn.www.inss.org.il/reblazecdn.net/upload/(FILE)1330948414.pdf)>.

ZAKARIA, Fareed – Islam, democracy, and constitutional liberalism. Political Science Quarterly. [Em linha]. Vol. 119, nº 1 (2004), p. 1-20. [Consult.17 Outubro. 2013]. Disponível na internet: <URL: http://www.Maxwell.syr.edu/uploadedFiles/exed/sites/ldf/Academic/Islam_Democracy_and_Liberalism.pdf>